



Relatório da
Administração

2025

IFRS



Relatório da Administração | 2025



Lucro Líquido

R\$ 16,8 bilhões

Perdas Líquidas Esperadas

R\$ 66,6 bilhões

Receita de Tarifas e Comissões

R\$ 34,7 bilhões

Despesas Administrativas e de Pessoal

R\$ 38,6 bilhões

Índice de Basileia

15,13 %

Índice de Capital Principal

12,23 %

O ano de 2025 foi um ano de ajustes. Atuamos com responsabilidade para controlar a inadimplência, impulsionar novos negócios e diversificar receitas, além de avançar em inovação e sustentabilidade, com investimentos consistentes em pessoas e promoção da diversidade.

Reafirmamos nosso compromisso com todos os públicos com os quais nos relacionamos, alinhados ao nosso propósito de ser próximos e relevantes na vida das pessoas em todos os momentos. Seguimos fortalecendo nossa atuação como o banco do agro – do pequeno produtor ao grande exportador – apoiando trabalhadores, famílias, empresas e o setor público.

Em dezembro/25, nossos ativos alcançaram R\$ 2,5 trilhões, a carteira de crédito superou R\$ 1,1 trilhão, com crescimento em todos os segmentos, enquanto os recursos de clientes totalizaram R\$ 898 bilhões. O Capital Principal foi de 12,23%, robusto para continuar suportando o crescimento da nossa operação.

O resultado da intermediação financeira refletiu o aumento das despesas de captação, impulsionado pelo maior volume de depósitos e pela elevação da Taxa Média Selic e da Taxa Referência ao longo do ano, parcialmente compensado pelo crescimento da carteira de crédito e pelo resultado com títulos e valores mobiliários que beneficiaram as receitas.

As perdas esperadas, refletiram, principalmente, o aumento da inadimplência nas operações com produtores rurais. Diante desse cenário, agimos com transparência e implementamos medidas efetivas de enfrentamento, respondendo de forma rápida e decisiva, com a revisão de fluxos de cobrança, aprimoramento das garantias e priorização de desembolsos conforme a matriz de resiliência.

Em outubro, iniciamos as contratações do BB Regulariza Dívidas Agro e do Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais, conforme MP 1.314/2025, oferecendo soluções para liquidar ou amortizar dívidas de custeio, investimento e CPRs para os produtores rurais. Até dezembro, foram contratados R\$ 22,6 bilhões nas linhas da MP.

Avançamos também no Crédito do Trabalhador, que desde o seu lançamento já alcançou uma carteira de R\$ 14,3 bilhões e mais de 1,5 milhão de operações, fortalecendo a diversificação do mix da carteira com melhor relação risco-retorno, buscando nossa participação justa no mercado de crédito consignado.

Nossa atuação com o setor público se intensificou, fortalecendo nossa posição como parceiro institucional de referência e apoiando projetos estruturantes, a modernização da gestão pública e a ampliação da oferta de serviços à sociedade.

Reforçamos ainda a diversificação de receitas de prestação de serviços, com destaque para administração de fundos, consórcios e comissões de seguros, previdência e capitalização, demonstrando



nossa força comercial e importante sinergia e complementariedade junto às empresas do nosso conglomerado.

As Despesas Administrativas evoluíram em linha com a operação, reflexo da recomposição salarial dos funcionários e aos investimentos em tecnologia, inteligência artificial e cyberssegurança.

Com isso, o lucro líquido de 2025 foi de R\$ 16,8 bilhões e o valor adicionado foi de R\$ 44,4 bilhões, considerando impostos, salários, dividendos e demais componentes.

Os resultados alcançados ao longo de 2025 evidenciam a capacidade do Banco do Brasil de

atravessar os cenários com responsabilidade, disciplina e foco na execução. As iniciativas implementadas reforçaram nossa base operacional, financeira e de capital, posicionando o BB para um novo ciclo de crescimento sustentável.

Mantemos nosso compromisso de gerar valor de forma consistente para clientes, colaboradores, acionistas e demais públicos de relacionamento, sempre com visão de longo prazo e atuação responsável.





Principais destaques do Período

Crédito do Trabalhador

Nossa carteira de crédito consignado privado do Crédito ao Trabalhador alcançou a marca de R\$ 14,3 bilhões, com mais de 1,5 milhão de operações desde seu lançamento em março de 2025.

BB no Ranking Bacen de Reclamações

Completamos 14 trimestres consecutivos na melhor posição entre os cinco principais bancos dos conglomerados financeiros, reforçando o compromisso com a excelência no relacionamento com os clientes.

Renegociação de dívidas rurais com base na MP 1.314/2025

Em outubro iniciamos a operacionalização do BB Regulariza Dívidas Agro e do Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais, que são linhas criadas pela MP 1.314/2025 e que prevê condições especiais para liquidação ou amortização de dívidas de custeio, investimento e CPR de produtores rurais. Até dezembro/2025 foram contratados R\$ 22,6 bilhões, beneficiando mais de 15 mil clientes produtores rurais.

Desembolsos com PEAC FGI e Pronampe

Em 2025, reforçamos a atuação nas linhas de crédito com fundos garantidores, priorizando operações com melhor relação risco-retorno. Os desembolsos para micro, pequenas e médias empresas, suportados pelo PEAC-FGI e pelo Pronampe, somaram mais de R\$ 20 bilhões no

período, crescimento de 63% comparado com 2024. Também avançamos na matriz de resiliência, ampliando operações com recebíveis e garantias.

BB Ventures

Ampliamos o escopo de atuação do nosso programa de Corporate Venture Capital, lançado em 2020, incluindo as temáticas bioeconomia, ASG e DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão). Para sustentar essa nova fase, o BB Ventures passará a contar com um capital de até R\$ 500 milhões a partir de 2026.

Atuação Omnichannel

Em 2025, aprofundamos nossa atuação omnichannel, combinando rede física e canais digitais para entregar jornadas mais inteligentes, personalizadas e resolutivas, com 93% das transações já concentradas nos canais digitais e 35,8 milhões de clientes digitais — mantendo presença e proximidade. Esse avanço veio acompanhado da integração humano-digital via Central de Relacionamento do Banco do Brasil (voz e texto), videoatendimento digital e WhatsApp BB, fortalecendo nossa escala com toque humano e ampliando a resolutividade.

Evoluímos em modelos mais leves e flexíveis de atendimento e expandimos parcerias no Ponto BB e nos hubs de relacionamento, conectando negócios e serviços — movimentos que reforçam nossa estratégia de unir tecnologia e humanidade para antecipar necessidades e oferecer uma experiência hiperpersonalizada.



Reposicionamento Estilo

Em 2025, avançamos no fortalecimento do nosso modelo de Alta Renda com o reposicionamento do BB Estilo, que ganhou nova identidade visual e uma proposta de valor focada em benefícios ampliados e jornadas digitais personalizadas, reforçando sofisticação, brasilidade e exclusividade. Expandimos o High Estilo, que passou a contar com 21 agências especializadas, ao mesmo tempo em que evoluímos o portfólio com o lançamento do Cartão Estilo – Altus Liv e evolução do aplicativo. Além disso, ampliamos nossa presença em experiências exclusivas para fortalecer relacionamento e engajamento do cliente alta renda.

BB Empresas

Aprimoramos também o modelo de atendimento às Micro e Pequenas Empresas em 2025, consolidando uma atuação mais consultiva, especializada e orientada por dados. Com a maior rede de atendimento do país, 7,4 mil profissionais dedicados e atendimento humano por canais de voz e texto para 100% dos clientes negociais do varejo. A evolução das jornadas digitais, o reforço da inteligência analítica e o lançamento do nosso primeiro agente conversacional de IA generativa para clientes PJ fortalecem uma experiência integrada, humana e resolutiva. Além disso, o reposicionamento estratégico do BB Empresas, construído em cocriação com nossos clientes, reafirma nosso compromisso de estar ao lado de quem empreende no Brasil. Essas evoluções ampliam o engajamento e impulsionam o crescimento dos negócios no segmento.

Mesa de comercialização de créditos de carbono

Durante a COP30, em Belém, lançamos nossa mesa de comercialização de créditos de carbono, e com isso, nos tornamos o primeiro grande banco brasileiro a permitir que empresas com metas de emissão adquiram créditos de projetos de preservação florestal ou de energia limpa. Estima-se que mais de cinco mil grupos econômicos precisarão gerenciar seus inventários de emissões e o BB atua para atender essa demanda, tanto na negociação de créditos quanto na originação de projetos de descarbonização.

Parceria BEI Global

Também durante a COP30, assinamos com o Banco Europeu de Investimentos (BEI Global) um compromisso para uma captação de € 350 milhões para impulsionar negócios liderados por mulheres e projetos de energia renovável na região da Amazônia Legal.

Empreendedorismo Feminino

Reconhecemos o empreendedorismo feminino como força indispensável ao crescimento econômico e à transformação social. Atendemos 1,3 milhão de empresas lideradas por mulheres, o que representa 41% dos clientes MPE (Micro e Pequenas Empresas) e 36% da carteira de crédito destinada a pequenos negócios. Em 2025, desembolsamos R\$ 1 bilhão em linhas exclusivas para mulheres, como o Giro e o FCO Mulher Empreendedora, reafirmando o compromisso do BB em apoiar e impulsionar negócios liderados por mulheres.



Acionistas

Contamos com uma base de 1,6 milhão de acionistas, sendo 99,1% de pessoas físicas locais. Ao final de dezembro, 34% das nossas ações em *free float* estavam em poder de destes clientes, 19% em poder de investidores PJ locais e 47% em poder de investidores residentes no exterior. Nossas ações (BBAS3) representaram 2,85% do Ibovespa no último quadrimestre. No último pregão do mês de dezembro, as BBAS3 estavam cotadas a R\$ 21,92.

Em setembro, realizamos o BB Day, em Nova Iorque, compartilhando resultados, estratégias e perspectivas com o mercado. O evento híbrido contou com a presença de investidores institucionais, analistas, representantes de bancos de relacionamento e agências de *rating*, e foi transmitido ao vivo pelo canal do BB no YouTube. A gravação do evento está disponível nesse [link](#).

Em 2025, o *payout* foi de 30%, totalizando R\$ 5,2 bilhões distribuídos em Juros Sobre Capital Próprio (JCP), o que corresponde a R\$ 0,907 por ação.

Estratégia e Governança Corporativa

A Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB) orienta o posicionamento de longo prazo da instituição, traduzindo nossa visão de futuro, prioridades e escolhas estratégicas. Com horizonte de cinco anos e revisão anual, a ECBB 2026-2030 reafirma nosso propósito – ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos – e nossos valores, consolidando o compromisso do BB com a geração de valor sustentável, a inovação e a responsabilidade socioambiental.

A atualização da estratégia corporativa incorporou a abordagem de cenários e futuros possíveis, fortalecendo nossa capacidade de antecipação e adaptação em um ambiente marcado por maior complexidade, transformação digital acelerada, evolução regulatória e desafios climáticos. O processo contou com participação ampla dos funcionários, análises técnicas, tendências de mercado e visão integrada do cliente, assegurando que a estratégia permaneça viva, orientada por dados e conectada às necessidades da sociedade.

Nossa cultura organizacional permanece como eixo central do que somos, impulsionando o desenvolvimento contínuo, a diversidade, a inclusão e a segurança psicológica. São nossos funcionários e colaboradores que dão vida à estratégia, tornando possível a entrega de valor, a inovação e a proximidade que nos definem.

A Governança Corporativa assegura transparência, equidade, *accountability* e responsabilidade na condução dos negócios. Desde 2006, estamos listados no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa. Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva; e pelo Conselho Fiscal (CF).

O CA, órgão que fixa a orientação geral dos negócios do BB e de suas subsidiárias e controladas, possui membros independentes, conforme dispõem as boas práticas de governança corporativa, inclusive o Regulamento do Novo Mercado da B3, a legislação aplicável e o art. 18, §7º, do Estatuto Social. O CA possui,



além disso, diversidade de gênero, raça e formação e conta, em sua composição atual, com 50% de liderança feminina, prática que é fortalecida por regras e indicadores de representatividade racial e de gênero que elevam a atuação e a diversidade da Governança Corporativa do Banco

Tecnologia que Transforma

Em 2025, nossa tecnologia seguiu transformando vidas e negócios, contribuindo para a geração de valor para nossos clientes, para a sociedade e para o mercado. Com um parque tecnológico robusto e eficiente e atentos aos movimentos do mercado, mantivemos nosso protagonismo. Evoluímos nossa forma de trabalhar, aprimoramos os canais digitais, ampliamos o uso de Inteligência Artificial e Analítica, aperfeiçoamos nossas soluções de educação financeira e expandimos a integração com diversos ecossistemas, reforçando o posicionamento do Banco do Brasil como referência em inovação no sistema financeiro.

Investimos continuamente em tecnologia e segurança para sustentar o crescimento orgânico, a resiliência operacional e a evolução dos nossos serviços. Esses investimentos viabilizaram avanços relevantes em arquitetura em nuvem, segurança cibernética, modernização de sistemas e escalabilidade das soluções, assegurando confiabilidade, agilidade e flexibilidade às operações do Banco, em linha com as melhores práticas do mercado financeiro. Desde 2016, esses esforços totalizam R\$ 43,7 bilhões em investimentos em tecnologia, sendo R\$ 6,8 bilhões destinados somente em 2025.

Somos um banco tecnológico e digital

Em 2025, mais de 93% das transações realizadas pelos nossos clientes ocorreram por meio de canais digitais, refletindo a preferência crescente por interações simples, seguras e resolutivas. A base de clientes ativos nos canais digitais atingiu 35,8

milhões, enquanto 42,7 milhões de clientes únicos utilizaram ao menos um de nossos canais. O Super App BB consolidou-se como principal ponto de contato digital e plataforma de ecossistema, reunindo serviços financeiros e não financeiros em uma experiência integrada, com elevados índices de satisfação nas principais lojas de aplicativos. Ao longo de 2025, 34,1 milhões de usuários acessaram em algum momento o App BB, evolução de 12% em relação à 2024. Seguimos entre os líderes em satisfação, com notas de 4,7 no Google Play e 4,8 na Apple Store.

Evoluímos, também, jornadas relevantes no WhatsApp BB, que se consolidou como um canal estratégico de relacionamento, incorporando funcionalidades como pagamentos Pix com uso de recursos de Inteligência Artificial, além de soluções digitais para renegociação e regularização de dívidas. A nova Central de Soluções de Dívidas permitiu a realização de processos de recuperação de forma 100% digital, com crescimento expressivo no volume financeiro e na quantidade de operações iniciadas no aplicativo, reforçando uma jornada moderna, acessível e eficiente.

Reafirmamos nossa liderança em Inteligência Artificial e Analítica, com um ecossistema de dados robusto e orientado a resultados. Contamos, atualmente, com mais de 1.800 soluções catalogadas, incluindo mais de 1.000 modelos de IA, que apoiam decisões estratégicas, aprimoram a experiência dos clientes, impulsionam o crescimento de receitas e elevam a eficiência operacional. Essas soluções estão presentes em frentes como encarteiramento inteligente,



personalização de ofertas, crédito, investimentos, agronegócios, gestão de riscos, sustentabilidade e governança.

Inovação no DNA dos nossos negócios

Seguimos promovendo a inovação aberta por meio do BB Ventures, nosso Programa de Corporate Venture Capital, que fortalece a integração com startups e acelera o desenvolvimento de novos negócios. Desde sua criação, mais de 1.000 startups foram mapeadas e, atualmente, o portfólio conta com 53 investidas. As integrações vêm gerando ganhos de eficiência, lançamento de novas soluções e melhoria da experiência do cliente, consolidando o BB como protagonista no ecossistema de inovação.

Estamos acelerando ainda mais a transformação digital ao expandir a metodologia ágil para toda a

organização. O Movimento de Aceleração Digital (MAD), que já promove uma profunda transformação cultural e tecnológica, foi estrategicamente ampliado e tem como objetivo contar, até o final de 2026, com mais de 10 mil funcionários em todas as unidades estratégicas do Banco.

Ao integrar tecnologia e negócio em torno de uma visão comum, nos tornamos mais leves, adaptáveis e preparados para surpreender, encantar e entregar valor real no tempo do cliente. Mais do que implementar novas tecnologias, estamos promovendo um novo jeito de trabalhar, orientado por dados, colaboração e foco no cliente.

Essas iniciativas reforçam o compromisso do BB com a eficiência, a inovação e a sustentabilidade do negócio, oferecendo aos clientes uma experiência digital memorável.

Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

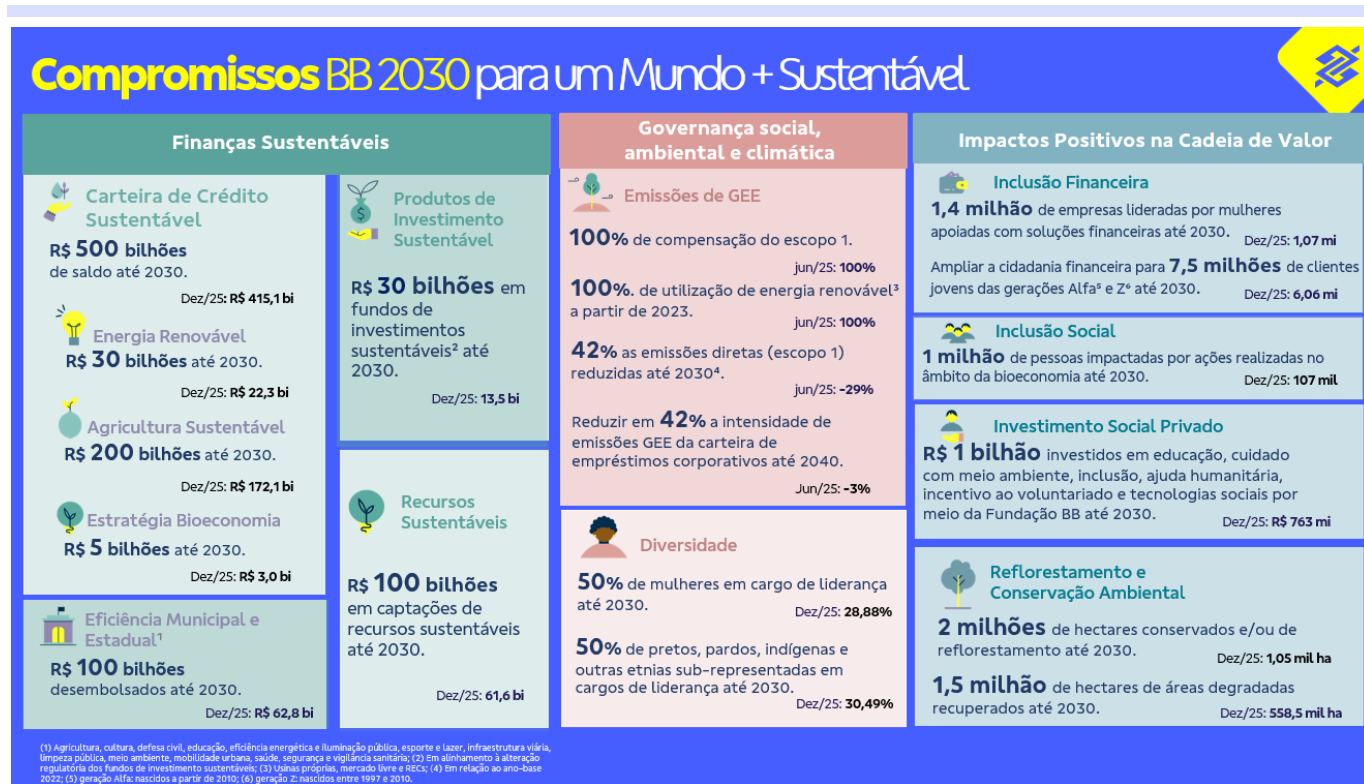
Adotamos as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança, orientadas à identificação, avaliação e gestão de riscos e oportunidades. Essas premissas estão incorporadas na Agenda 30 BB, materializada nos Compromissos BB 2030 – que estabelecem diretrizes de longo prazo para um mundo mais sustentável – e no Plano de Sustentabilidade do Banco, que orienta a execução das iniciativas e entrega de resultados.

Os Compromissos BB 2030 estabelecem metas em três frentes estratégicas: finanças sustentáveis; governança ambiental, social e climática; e impactos positivos na cadeia de valor. Essas frentes refletem nosso engajamento com as prioridades globais de desenvolvimento sustentável e reforçam a incorporação da agenda ASG à condução dos negócios, à gestão de riscos e à geração de valor de longo prazo para clientes, acionistas e sociedade.

Nesse contexto, assumimos objetivos claros e mensuráveis, com destaque para a constituição de uma carteira com R\$ 500 bilhões em crédito sustentável até 2030, incluindo R\$ 200 bilhões direcionados à agricultura sustentável, R\$ 30 bilhões para financiamento de energias renováveis e R\$ 5 bilhões para o fomento da bioeconomia.



Em setembro de 2025, lançamos, juntamente com os novos Compromissos, a 10ª versão do Plano de Sustentabilidade, com 100 ações estratégicas para o período de 2025 a 2027, vinculadas a 20 desafios em sustentabilidade. Ao longo de duas décadas de evolução dessa Agenda, aprimoramos práticas e negócios sustentáveis, com esforços voltados à gestão responsável dos recursos naturais, ao respeito aos direitos humanos e à geração de valor para a sociedade e o meio ambiente.



Captações Sustentáveis

Alcançamos R\$ 45 bilhões em captações destinadas a investimentos em iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de Bonds com perfil ASG e de operações com instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais internacionais.

Anunciamos durante a COP 30, em Belém, R\$ 3 bilhões em captações destinadas a promover pequenos negócios e empreendedorismo feminino, energia renovável e bioeconomia na região amazônica.

Com relação ao programa Eco Invest Brasil, o BB alcançou R\$ 2,4 bilhões em contratos, atingindo 50% do valor previsto para o primeiro leilão, que direciona recursos para economia circular, eficiência energética, bioeconomia e infraestrutura verde. No último trimestre de 2025, o Banco começou a receber os recursos referentes ao segundo leilão, destinado à recuperação produtiva de áreas degradadas, cujo objetivo é viabilizar a recuperação de 275 mil hectares e atingir R\$ 6,8 bilhões em investimentos.



Negócios Sustentáveis

Em linha com os compromissos de longo prazo do BB e visando auxiliar os clientes na transição para uma economia mais sustentável, em 2025, o saldo da Carteira de Crédito Sustentável alcançou R\$ 415,1 bilhões em operações de crédito sustentáveis, crescimento de 7,3% em 12 meses. Este montante foi contratado em linhas de crédito com foco ambiental e social ou para financiar atividades e segmentos com impacto socioambiental positivo, reforçando o papel do BB no desenvolvimento do país e na construção de um futuro mais sustentável.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a uma avaliação independente, que considera as principais taxonomias ASG nacionais e internacionais na classificação dos clientes e das linhas de crédito que compõem a carteira. A metodologia é revisada continuamente para incorporar as melhores práticas e referências pioneiras dos últimos anos e de agregar os novos produtos com atributos ASG.

Mercado de Carbono

Reforçamos a nossa atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando clientes na criação de projetos com alta adicionalidade ambiental, inventários de emissões de GEE, planos de descarbonização e oferta de créditos de carbono para compensação de emissões não mitigadas. Também promovemos a intermediação entre compradores e vendedores de créditos e oferecemos linhas específicas para projetos de energia renovável e eficiência energética.

Até dezembro de 2025, o Banco apoiou a preservação ou reflorestamento de mais de um milhão de hectares por meio de projetos de carbono e operações de crédito. Os projetos de

conservação florestal (REDD+) aliam preservação ambiental à geração de renda.

Bioeconomia e Cadeia de Valor

Temos contribuído com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, atendimento especializado, linhas de crédito com condições atrativas e serviços de consultoria financeira para auxiliar agricultores familiares, associações e cooperativas que atuam com Bioeconomia. Nossa abordagem envolve escuta ativa e atendimento personalizado, com forças-tarefas dedicadas a levar serviços bancários a regiões remotas. Combinamos tecnologia e tradição para superar barreiras logísticas e culturais.

Com essa atuação, nos consolidamos como um dos principais financiadores de produtos florestais e biodiversidade, com R\$ 3 bilhões destinados a projetos de bioeconomia na Amazônia legal, impactando positivamente mais de 100 mil pessoas.

Além disso, com o propósito de impulsionar negócios no ecossistema corporativo e nos posicionarmos como parceiro estratégico de médias e grandes empresas, oferecemos assessoria especializada e soluções personalizadas que promovem geração de valor sustentável em toda a cadeia produtiva. Ao conectar grandes empresas, MPMEs, cooperativas, produtores rurais e consumidores finais, fortalecemos as relações comerciais entre todos os elos da Cadeia de Valor, por meio de convênios e soluções que ampliam o acesso ao crédito, aumentam a eficiência dos fluxos financeiros e contribuem para maior sustentabilidade das operações.




Diversidade, Equidade e Inclusão

Continuamos engajados com a Diversidade. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclararam negros no CD e um no CA. Dois membros do CD e um do CA se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Por fim, o CA também inclui um membro autodeclarado como pessoa com deficiência (PCD). Estabelecemos ainda metas para ampliar a diversidade em toda liderança do Banco. Nosso objetivo é alcançar 50% de mulheres nessas posições até 2030, registrando um avanço de 25,9% em dezembro de 2023 para 27,5% em dezembro de 2024 e 28,9% em dezembro de 2025.

A seguir demonstramos a evolução da quantidade de mulheres que ocupam cargos na Administração do BB:


	dez/24		dez/25	
	Quantidade de mulheres		Quantidade de mulheres	
Conselho de Administração	4	50%	4	50%
Conselho Diretor	4	44%	4	44%
Diretoria Executiva	9	28%	8	25%

 = Percentual de mulheres por nível hierárquico

Possuímos um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa. Não fazemos distinção de gênero na remuneração. O salário-base para ingresso, as verbas vinculadas ao exercício de funções e as verbas pessoais são definidos e calculados sem qualquer diferenciação entre homens e mulheres.

No próximo quadro, pode-se observar a quantidade e proporção de mulheres em cada nível hierárquico no BB.

	dez/24		dez/25	
	Quantidade de mulheres		Quantidade de mulheres	
Total Banco	35.390	41%	34.689	41%
Operacional	18.612	45%	17.681	46%
Gerencial	11.735	37%	11.334	37%
Assessoria	4.338	35%	4.313	34%
Técnico	683	54%	714	54%
Especialista ¹	22	13%	647	37%

 = Percentual de mulheres por nível hierárquico

¹ Em janeiro/25, o cargo de Supervisor de Atendimento nas agências do Varejo foi convertido em Especialista de Atendimento

Ao longo de 2025, fortalecemos nossa atuação em agendas de diversidade, inclusão e sustentabilidade, por meio da participação e promoção de eventos estratégicos que ampliam o diálogo com diferentes públicos e reforçam o posicionamento do Banco do Brasil como agente de impacto positivo na sociedade.

Em outubro, estivemos presentes na 3ª edição do Future in Black, principal encontro de negócios e liderança protagonizado por lideranças negras da América Latina. No mesmo mês, lançamos a primeira edição do Prêmio Chico Vive, iniciativa que valoriza o legado de Chico Mendes e reconhece esforços em prol da preservação ambiental e dos direitos das comunidades tradicionais.

Também em outubro, atentos ao marcador de gerações, participamos do Rec'n'Play 2025, em Recife, fortalecendo o relacionamento com o público jovem por meio da Praça .BB, que combinou ações de educação financeira e experiências digitais, contribuindo para o rejuvenescimento da base de clientes e o fortalecimento da marca nos territórios.

Em novembro, celebramos o Mês da Consciência Negra com uma série de iniciativas em todo o país, que não se restringem a esse mês, mas se intensificaram em função da relevância da data, reforçando o compromisso com a diversidade, a inclusão e a equidade étnico-racial. Por meio de posicionamento da marca, a experiência com vários



públicos impulsionou o relacionamento com outros marcadores sociais de forma transversal ao de raça e etnia. Destacam-se o Festival Gastronomia Preta, no CCBB Rio de Janeiro, que reuniu milhares de pessoas e valorizou o empreendedorismo negro, e a participação no Afropunk Brasil, em Salvador, um dos maiores festivais de cultura negra do mundo, com ativações voltadas à experiência do público e à valorização da cultura que nos conecta.

No mesmo mês, apoiamos a Expo Favela Innovation Brasil, promovendo o empreendedorismo periférico. Com ações comerciais para apresentar soluções financeiras e serviços para o público MEI, estivemos em rodas de negócios junto com empreendedores para ajudar no impulsionamento

dos negócios e orientar quanto aos direcionamentos para geração de valor para os empreendedores, trazendo mais autonomia, independência financeira e gerando impacto social. Por fim, sediamos, em Brasília, o encontro Diálogos Antirracistas para a Democracia – Empregabilidade Verde e Equidade Racial, ampliando o debate sobre transição ecológica justa e inclusão no mundo do trabalho.

Em dezembro, participamos da etapa final do Pink Economy Experience, no Rio de Janeiro, iniciativa que destacou a potência criativa das comunidades negras, indígenas e LGBTQIAPN+, reafirmando a diversidade como motor de transformação social e econômica.

Principais Prêmios e Reconhecimentos

Março

Fomos duplamente premiados no **Agile Trends 2025**, um dos maiores eventos de agilidade e inovação do país. Os dois cases reconhecidos demonstram avanços significativos em automação, cultura ágil e transformação digital: Agiliza – Portal de automação e Self-Healing; Movimento Aceleração Digital – Criação e implementação de Framework ágil em um banco de 216 anos.

Fomos reconhecidos em três categorias no **Prêmio IA em Finanças 2025**, promovido pela revista Global Finance, que destaca as instituições financeiras mais inovadoras no uso de inteligência artificial, as categorias:

- CONSUMER BANKING: Best Banks By Country – Brazil;
- CORPORATE BANKING: Best Banks By Country – Brazil;
- CORPORATE BANKING: Best Banks By Region – Latin America.

Fomos reconhecidos na categoria **Inovação do prêmio 100+ Inovadoras no Uso de TI 2025**, promovido pelo IT Forum, com o case Pix por Aproximação

Fomos um dos vencedores do **Celent Model Bank Award 2025**, recebendo destaque na categoria "AI Innovation for Small Business" pelo uso de Inteligência Artificial Generativa para oferecer insights personalizados de conta a micro e pequenas empresas, por meio da ARI – Área de Recomendações Inteligentes. A premiação se soma a outras duas: Global Finance – The Innovators (América Latina) e AI in Finance Awards nas categorias Enhanced Customer Experience e Personalized Financial Advice.

O BB Private foi reconhecido como **o melhor private bank do País para sustentabilidade**, na premiação **Euromoney Private Banking Awards 2025**, organizado pelo conceituado veículo especializado Euromoney. Trata-se de mais um reconhecimento inédito para o BB Private,



materializando nosso compromisso com ações que fortaleçam a sustentabilidade em nossos negócios.

Abril

Recebemos o prêmio de **Melhor Instituição Pública** do ano, durante o II Fórum de PPPs Sociais, pelo Centro de pesquisa PSP Hub – Infrastructure and Urbanism Studies e Hiria Nurnbergmesse Business. A premiação consagra o protagonismo do BB no fortalecimento do ecossistema de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões.

Maio

No **Prêmio Reconhecimento BNDES 2025**, fomos reconhecidos nas categorias "Finame 60 anos" e "Destaque Empresarial" pelo desempenho no desembolso de linhas de crédito com recursos do banco de desenvolvimento. O evento reuniu os principais agentes financeiros do país.

Pelo segundo ano consecutivo, tivemos reconhecimento pela atuação da diretora jurídica Lucinéia Possar, vencedora do The Latin American Lawyer Women Awards, na categoria In House Counsel of the Year Banking & Finance (Advogada Interna do Ano em Bancos & Finanças).

Junho

Recebemos a 11ª conquista no **Prêmio Broadcast Analistas**, reafirmando sua posição de destaque no mercado financeiro.

Agosto

Fomos amplamente reconhecidos pelo voto dos analistas sell-side no ranking Latin America Executive Team, da Extel, obtendo destaque em diversas categorias individuais e institucionais. Alcançamos a 2ª colocação nas categorias Melhor Equipe de Relações com Investidores, Melhor Programa de Relações com Investidores, Melhor Evento para Investidores e Melhor Conselho de Administração.

Setembro

Fomos premiados com dois ouros e um bronze no **Stevie Awards 2025**, uma das principais premiações globais voltadas à inovação em serviços. Os reconhecimentos envolvem iniciativas que melhoram a experiência dos clientes e valorizam o trabalho das equipes de atendimento. Na categoria Excelência em Acessibilidade, recebemos o ouro pelo case "App BB – Inclusão Digital". A funcionalidade de aumento de fonte e ampliação das áreas de toque no aplicativo já está ativa para mais de 1 milhão de clientes. Já o case "SAC BB – Pessoas cuidando de Pessoas" também recebeu ouro, na categoria Melhor Inovação em Práticas de Gestão.

Outubro

Alcançamos uma marca histórica ao conquistar a 27ª posição no ranking **World's Best Companies 2025**, elaborado pela revista TIME em parceria com a Statista, nos dando a melhor colocação dentre as empresas brasileiras no ranking. Este reconhecimento global reafirma nosso compromisso com práticas ESG e inclusão.

Também em outubro, o BB foi reconhecido em primeiro lugar em duas categorias na 10ª edição do **Prêmio Best Performance**: "Excelência em Comunicação Interna e Cultura Organizacional" com a Temporada CEI – Compliance, Ética e Integridade; e "Excelência na Gestão de Clientes: Retenção" com o case "Acordos que Conectam: Transformando litígios em valor com produtos bancários".

Dezembro

Conquistamos o título de **Melhor Prática e Iniciativa de RI – Large Cap** no **Prêmio APIMEC IBRI**, reforçando nosso compromisso com transparência e excelência no relacionamento com investidores.

No mesmo mês, fomos reconhecidos como **Corporate Startup Star** em premiação realizada



pela **Mind The Bridge e pela Câmara de Comércio Internacional**, em Paris. O reconhecimento destaca o BB entre as 100 melhores empresas do mundo na aplicação de práticas de excelência em Inovação Aberta e na promoção de colaborações estratégicas entre corporações e startups. Esse reconhecimento é resultado do empenho coletivo e do engajamento de diversas unidades do BB, que atuam de forma integrada para fortalecer a cultura de inovação, com foco na geração de valor para os clientes e resultados sustentáveis.

Ainda em dezembro, recebemos o **Prêmio Transparência Pública 2025** pela nossa solução

Gestão Ágil — uma plataforma digital que centraliza, em um único ambiente, informações sobre repasse de recursos públicos, execução financeira, documentos de despesa e prestação de contas, proporcionando mais transparência, padronização e eficiência aos programas governamentais. Concedido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) e pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, o prêmio reconhece trabalhos e ações de destaque voltados à promoção da transparência e ao fortalecimento dos mecanismos de fiscalização na gestão administrativa, patrimonial e fiscal dos recursos públicos no Brasil.

Auditoria Independente

O BB segue rigorosamente todas as legislações e regulamentações aplicáveis à auditoria independente, assegurando transparência e conformidade nos processos. A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a empresa contratada para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras.

Com relação aos serviços de não auditoria prestados por ela no âmbito do BB, não representam conflito de interesse, tampouco comprometem sua independência na execução dos trabalhos. As informações sobre os honorários dos serviços de não auditoria são divulgadas anualmente em nosso Formulário de Referência, em conformidade com a Resolução CVM 162/2022.

Esclarecimentos Adicionais

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Publicamos, anualmente, os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas elaboradas no IFRS.



Agradecimentos

Agradecemos profundamente a todos os nossos funcionários que demonstram todos os dias comprometimento, dedicação e capacidade de inovar. Seu empenho em se adaptar, criar e aprimorar soluções e manter o foco no relacionamento de excelência com nossos clientes é essencial para o atingimento do nosso propósito. Estendemos nosso agradecimento aos clientes e acionistas, cuja confiança é fundamental. Reforçamos nosso compromisso com a geração de valor de forma sustentável, equilibrando resultados consistentes com responsabilidade social, ambiental e ética em todas as nossas ações.

Demonstrações Contábeis IFRS



31 de dezembro de 2025



BANCO DO BRASIL



Índice

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Demonstração consolidada do resultado	2
Demonstração consolidada do resultado abrangente	3
Balanço patrimonial consolidado	4
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	6
Demonstração consolidada do valor adicionado	8

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

1– O Banco e suas operações	9	22– Ativo imobilizado	77
2– Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas	10	23– Ativos intangíveis	79
3– Principais práticas contábeis	15	24– Outros ativos e outros passivos	80
4– Principais julgamentos e estimativas contábeis	31	25– Recursos de clientes	81
5– Aquisições, vendas e reestruturações Societárias	34	26– Recursos de instituições financeiras	82
6– Informações por segmento	34	27– Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	83
7– Receita líquida de juros	39	28– Provisões e passivos contingentes	87
8– Receitas de tarifas e comissões	39	29– Impostos	91
9– Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros ao valor justo	40	30– Patrimônio líquido	93
10– Outras receitas e outras despesas	40	31– Valor justo dos instrumentos financeiros	100
11– Despesas de pessoal	41	32– Garantias financeiras e outros compromissos	106
12– Outras despesas administrativas	42	33– Capital regulatório e limite de imobilização	108
13– Caixa e equivalentes de caixa	42	34– Gestão de riscos	114
14– Depósitos no Banco Central do Brasil	43	35– Transferência de ativos financeiros	131
15– Aplicações interfinanceiras de liquidez	43	36– Compensação de ativos e passivos financeiros	133
16– Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	44	37– Benefícios a empregados	135
17– Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	51	38– Partes relacionadas	145
18– Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	53	39– Ativos e passivos circulantes e não circulantes	149
19– Carteira de crédito	56	40– Outras informações	151
20– Investimentos em coligadas e joint ventures	69	41– Eventos subsequentes	152
21– Envolvimento com entidades estruturadas	73	42– Conciliação do patrimônio líquido e do resultado	152

Relatório do auditor independente	154
---	-----

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	161
--	-----

Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	163
---	-----

Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o relatório dos auditores independentes	164
--	-----

Membros da administração	165
--------------------------------	-----



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada do resultado

	Nota	Exercício/2025	Exercício/2024
Receitas de juros		319.462.104	273.505.274
Despesas de juros		(218.451.386)	(168.990.827)
Receita líquida de juros	[7]	101.010.718	104.514.447
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(66.633.285)	(47.705.982)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	[15]	(14.063)	(1.998)
Carteira de crédito	[19]	(70.356.967)	(43.967.261)
Outros instrumentos financeiros	[17],[18],[32]	3.737.745	(3.736.723)
Receita líquida de juros após provisão para perdas		34.377.433	56.808.465
Receitas não de juros		53.788.043	54.152.252
Receitas de tarifas e comissões	[8]	34.714.379	33.198.229
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros:	[9]	(2.160.784)	3.691.682
Ao valor justo por meio do resultado		(2.689.368)	4.495.668
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		528.584	508.177
Ao custo amortizado		--	(1.312.163)
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	[20]	7.851.177	7.476.884
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras		(1.547.285)	(3.350.977)
Outras receitas	[10]	14.930.556	13.136.434
Despesas não de juros		(82.551.840)	(83.250.128)
Despesas de pessoal	[11]	(29.178.666)	(29.248.166)
Outras despesas administrativas	[12]	(9.455.529)	(9.729.298)
Contribuições, taxas e outros impostos	[29]	(8.919.531)	(8.717.150)
Amortização de ativos intangíveis	[23]	(2.709.568)	(2.467.259)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[28]	(12.465.825)	(11.701.066)
Depreciação	[22]	(3.268.708)	(2.642.297)
Outras despesas	[10]	(16.554.013)	(18.744.892)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		5.613.636	27.710.589
Impostos	[29]	11.168.302	1.460.975
Correntes		(6.107.576)	(9.506.561)
Diferidos		17.275.878	10.967.536
Lucro líquido do período		16.781.938	29.171.564
Atribuível aos acionistas controladores		13.698.124	26.358.860
Atribuível aos acionistas não controladores		3.083.814	2.812.704
Lucro por ação			
Lucro por ação básico e diluído (R\$)		2,40	4,62
Média ponderada das ações em circulação – básico e diluído		5.708.696.148	5.708.392.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada do resultado abrangente

	Exercício/2025	Exercício/2024
Lucro líquido do período	16.781.938	29.171.564
Itens que serão ou podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.840.489	(3.947.073)
Ganhos/(perdas) não realizados	4.713.034	(6.020.646)
(Ganhos)/perdas realizados – reclassificados para o resultado	(528.584)	(508.177)
Efeito tributário	(1.343.961)	2.581.750
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e joint ventures	453.101	(1.531.551)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	60.338	(734.529)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(72.751)	53.796
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	472.524	(1.134.848)
Efeito tributário	(7.010)	284.030
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	113.686	(195.177)
Ganhos/(perdas) não realizados	206.700	(358.805)
Efeito tributário	(93.014)	163.628
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(2.482.898)	299.010
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	115.373	(7.902)
Ganhos/(perdas) não realizados	206.446	(15.069)
Efeito tributário	(91.073)	7.167
Planos de benefícios definidos	(516.068)	2.092.539
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(934.621)	3.811.098
Efeito tributário	418.553	(1.718.559)
Total de outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	523.683	(3.290.154)
Resultado abrangente do período	17.305.621	25.881.410
Atribuível aos acionistas controladores	14.746.979	23.863.526
Atribuível às participações de acionistas não controladores	2.558.642	2.017.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanço patrimonial consolidado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	[13]	19.737.849	20.079.736
Depósitos no Banco Central do Brasil	[14]	120.016.133	115.697.589
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos		1.435.612.604	1.585.149.348
Aplicações interfinanceiras de liquidez	[15]	189.464.519	399.792.192
Carteira de crédito	[19]	1.133.069.621	1.030.007.106
Títulos e valores mobiliários	[18]	47.261.092	88.445.564
Outros ativos financeiros	[24]	65.817.372	66.904.486
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[16]	12.277.786	18.829.091
Instrumentos de dívida e patrimônio		7.620.302	6.161.376
Derivativos		4.657.484	12.667.715
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[17]	673.139.259	484.298.095
Ativos não circulantes mantidos para venda		298.917	141.065
Investimentos em coligadas e joint ventures	[20]	21.916.589	21.823.293
Ativo imobilizado	[22]	18.488.742	16.396.970
De uso		13.700.864	11.962.858
De direito de uso		4.787.878	4.434.112
Ativos intangíveis	[23]	12.053.148	11.350.419
Ativos fiscais		101.756.821	89.176.130
Correntes		12.408.456	14.051.304
Diferidos	[29]	89.348.365	75.124.826
Outros ativos	[24]	39.845.405	35.777.461
Total do ativo		2.455.143.253	2.398.719.197
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.149.846.333	2.106.361.169
Recursos de clientes	[25]	897.937.449	873.710.691
Recursos de instituições financeiras	[26]	727.039.247	724.024.327
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	[27]	331.537.120	325.565.244
Outros passivos financeiros	[24]	193.332.517	183.060.907
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[16]	4.474.734	8.266.681
Provisões		37.895.972	31.623.528
Cíveis, fiscais e trabalhistas	[28]	29.889.800	23.779.021
Outras provisões		8.006.172	7.844.507
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	[32]	793.913	2.319.992
Passivos fiscais		21.834.537	25.216.450
Correntes		6.425.409	9.577.826
Diferidos	[29]	15.409.128	15.638.624
Outros passivos	[24]	46.730.348	40.695.033
Total do passivo		2.261.575.837	2.214.482.853
Patrimônio líquido	[30]		
Capital social		120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível a capital principal		4.100.000	5.100.000
Ações em tesouraria		(258.497)	(263.523)
Reservas de capital		6.643.763	6.638.527
Reservas de lucros		82.301.417	81.215.405
Outros resultados abrangentes acumulados		(16.642.959)	(17.691.814)
Resultados acumulados não apropriados		(6.936.049)	(15.375.577)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		189.207.675	179.623.018
Participações de acionistas não controladores		4.359.741	4.613.326
Total do patrimônio líquido		193.567.416	184.236.344
Total do passivo e patrimônio líquido		2.455.143.253	2.398.719.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

	Atribuível aos acionistas controladores											Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes				Resultados acumulados não apropriados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		
						Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Remensurações de planos de benefícios definidos	Conversão de investimentos no exterior	Ganhos/(perdas) com hedge/outros				
Saldos em 31/12/2023	120.000.000	6.100.000	(268.255)	6.634.358	61.154.159	(1.726.992)	(7.793.139)	(5.292.551)	(383.798)	(9.188.503)	169.235.279	4.335.047	173.570.326
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	26.358.860	26.358.860	2.812.704	29.171.564
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	(4.322.689)	2.091.678	666.975	(931.298)	--	(2.495.334)	(794.820)	(3.290.154)
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	(4.322.689)	2.091.678	666.975	(931.298)	26.358.860	23.863.526	2.017.884	25.881.410
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)	--	(1.000.000)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	4.732	4.169	--	--	--	--	--	--	8.901	--	8.901
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	10.279	10.279	(17.212)	(6.933)
Destinação às reservas de lucros	--	--	--	--	31.703.479	--	--	--	--	(31.703.479)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 30.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(214.184)	(214.184)	--	(214.184)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(11.642.233)	--	--	--	--	(3.532.506)	(15.174.739)	(2.338.436)	(17.513.175)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(89.923)	(89.923)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.893.956	2.893.956	705.966	3.599.922
Saldos em 31/12/2024	120.000.000	5.100.000	(263.523)	6.638.527	81.215.405	(6.049.681)	(5.701.461)	(4.625.576)	(1.315.096)	(15.375.577)	179.623.018	4.613.326	184.236.344
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	13.698.124	13.698.124	3.083.814	16.781.938
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	3.048.212	(516.068)	(1.874.375)	391.086	--	1.048.855	(525.172)	523.683
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	3.048.212	(516.068)	(1.874.375)	391.086	13.698.124	14.746.979	2.558.642	17.305.621
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)	--	(1.000.000)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	5.026	5.236	--	--	--	--	--	--	10.262	--	10.262
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	27.443	27.443	54.318	81.761
Destinação às reservas de lucros	--	--	--	--	5.507.686	--	--	--	--	(5.507.686)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 30.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(35.267)	(35.267)	--	(35.267)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(4.421.674)	--	--	--	--	(762.165)	(5.183.839)	(2.883.979)	(8.067.818)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(231.165)	(231.165)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.019.079	1.019.079	248.599	1.267.678
Saldos em 31/12/2025	120.000.000	4.100.000	(258.497)	6.643.763	82.301.417	(3.001.469)	(6.217.529)	(6.499.951)	(924.010)	(6.936.049)	189.207.675	4.359.741	193.567.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	Exercício/2025	Exercício/2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	16.781.938	29.171.564
Ajustado por:	74.879.907	46.122.887
Perda líquida esperada	71.157.736	51.789.473
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	12.465.825	11.701.066
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	7.550.260	(13.813.379)
Depreciação	3.268.708	2.642.297
Amortização de ativos intangíveis	2.709.568	2.467.259
Perdas líquidas em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	1.547.285	3.350.977
Perdas líquidas de capital em outros ativos	108.994	29.959
Provisão para desvalorização de valores e bens	50.962	32.961
Reversões de perdas por impairment sobre direitos de gestão de folhas de pagamento	(83.224)	(174.670)
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(528.584)	(508.177)
Ganhos líquidos na alienação de valores ou bens	(531.137)	(307.933)
Atualização de ativo/passivo atuarial e dos fundos de destinação do superávit	(3.210.025)	(2.291.681)
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	(7.851.177)	(7.476.884)
Impostos sobre a renda	(11.168.302)	(1.460.975)
Outros	(606.982)	142.594
Variação nos ativos e passivos operacionais	67.592.244	51.913.647
Variação líquida em depósitos no Banco Central do Brasil	(4.318.544)	(15.891.688)
Variação líquida em aplicações interfinanceiras de liquidez	187.112.115	57.779.126
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.551.305	(4.655.787)
Variação líquida na carteira de crédito	(177.770.222)	(160.227.263)
Variação líquida de ativos não circulantes mantidos para venda	(437.906)	(128.989)
Variação líquida em outros ativos	(13.095.289)	(8.115.618)
Variação líquida em recursos de clientes	24.226.758	61.766.888
Variação líquida de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(3.791.947)	5.756.939
Variação líquida em recursos de instituições financeiras	3.014.920	72.833.603
Variação líquida em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	909.841	43.955.082
Variação líquida em outros passivos	51.670.704	8.878.866
Caixa pago em impostos sobre a renda	(6.479.491)	(10.037.512)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	159.254.089	127.208.098



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Continuação	Exercício/2025	Exercício/2024
Atividades de investimento		
Compra de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(373.112.342)	(397.865.334)
Venda de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	232.845.235	342.377.143
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(45.323.381)	(45.967.992)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	16.192.932	6.425.414
Compra de ativo imobilizado	(4.024.772)	(2.972.315)
Venda de ativo imobilizado	13.403	3.223
Aquisição de ativos intangíveis	(3.341.714)	(2.773.925)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	8.369.146	7.294.472
Aporte de capital social - Broto	(15.000)	(13.500)
Alienação de participação na Galgo	3.458	--
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(168.393.035)	(93.492.814)
Atividades de financiamento		
Liquidação de passivos de longo prazo	(10.331.266)	(11.071.945)
Captação de passivos de longo prazo	14.393.300	7.525.800
Liquidação de arrendamentos	(1.309.310)	(1.038.927)
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas controladores	(6.680.889)	(14.824.290)
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores	(2.694.118)	(1.739.256)
Juros de instrumento elegível a capital principal pagos	(220.229)	(212.616)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.842.512)	(21.361.234)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	(15.981.458)	12.354.050
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	83.167.243	56.999.814
Efeito da mudança da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(7.550.260)	13.813.379
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	59.635.525	83.167.243
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(15.981.458)	12.354.050
Informações complementares		
Caixa pago em juros	(214.247.514)	(163.389.477)
Caixa recebido em juros	271.772.030	272.357.332

Movimentações contábeis que não envolvem caixa e equivalentes de caixa		
Ativos reclassificados para ativos não circulantes mantidos para venda	(280.055)	(122.679)
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados e não pagos	1.234.747	2.731.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada do valor adicionado

	Nota	Exercício/2025	Exercício/2024
Receitas		298.765.685	272.474.660
Intermediação financeira		315.754.035	273.845.979
Prestação de serviços		49.644.935	46.334.663
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(66.633.285)	(47.705.982)
Carteira de crédito		(70.356.967)	(43.967.261)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(14.063)	(1.998)
Outros instrumentos financeiros		3.737.745	(3.736.723)
Despesas de intermediação financeira		(218.451.386)	(168.990.827)
Insumos adquiridos de terceiros		(37.752.969)	(39.251.420)
Materiais, energia e outros	12	(8.280.927)	(7.937.279)
Serviços contratados de terceiros	12	(452.204)	(868.183)
Outras		(29.019.838)	(30.445.958)
Atualização de obrigações atuariais	10	(1.377.093)	(1.344.921)
Bônus de relacionamento comercial	10	(1.695.491)	(1.376.665)
Falhas em serviço e perdas operacionais	10	(380.711)	(257.484)
Outras		(25.566.543)	(27.466.888)
Valor adicionado bruto		42.561.330	64.232.413
Depreciação e amortização		(5.978.276)	(5.109.556)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		36.583.054	59.122.857
Valor adicionado recebido em transferência		7.851.177	7.476.884
Resultado de equivalência patrimonial		7.851.177	7.476.884
Valor adicionado total a distribuir		44.434.231	66.599.741
Distribuição do valor adicionado		44.434.231	66.599.741
Pessoal	11	29.698.178	29.858.070
Remuneração direta		16.052.851	18.021.955
Benefícios		5.474.227	5.194.681
FGTS		981.257	922.693
Outros encargos		7.189.843	5.718.741
Impostos, taxas e contribuições		(2.248.771)	7.256.175
Federais		(4.684.083)	4.896.375
Estaduais		831	672
Municipais		2.434.481	2.359.128
Remuneração de capitais de terceiros		202.886	313.932
Aluguéis	12	202.886	313.932
Remuneração de capitais próprios		16.781.938	29.171.564
Juros sobre o capital próprio da União	30	2.591.920	6.295.523
Juros sobre o capital próprio de outros acionistas	30	2.591.919	6.295.521
Dividendos da União	30	--	1.291.848
Dividendos de outros acionistas	30	--	1.291.847
Dividendos de acionistas não controladores		2.883.979	2.338.436
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		35.267	214.184
Lucro retido		8.479.018	10.969.937
Participação dos não-controladores nos lucros retidos		199.835	474.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



1– O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil", "Banco", "Grupo" ou "Conglomerado") é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco tem por objeto, em conjunto com suas controladas:

- a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias;
- a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas; e
- o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional (CMN):

- (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional;
- (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias;
- (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo CMN, por conta do Banco Central do Brasil (Bacen);
- (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Bacen;
- (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural;
- (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 217 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe),



Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera, estão relacionadas nas Notas 2 e 4, respectivamente.

2– Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 10/02/2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil). A moeda funcional das principais subsidiárias do Grupo é detalhada no item “c” desta Nota.

c) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos das contas dos ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e de suas entidades controladas foram aglutinados por similaridade e os saldos de operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios. Não foram identificadas restrições significativas para transferência de recursos intragrupo.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB Asset, deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	31/12/2025	31/12/2024
				% Participação	
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A. ¹	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ²	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ²	Corretora	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Seguros Participações S.A. ²	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços S.A. ³	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ²	Tecnologia da informação	Brasil	Real	100,00%	99,99%
Fundos de investimento					
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%	55,08%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bancos Emissores de Cartão de Crédito V ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	77,36%

1 – Opera em ambiente econômico de natureza hiperinflacionária desde 2018.

2 – Refere-se ao percentual de participação considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

3 – Denominação e objeto social anterior: BB Tur Viagens e Turismo Ltda., empresa de turismo.

4 – Fundos de investimento nos quais o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Informações resumidas de controladas com participação de acionistas não controladores

	31/12/2025			31/12/2024		
	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros
Ativo circulante	5.569.685	28.403.644	929.668	4.501.813	25.191.697	2.058.534
Ativo não circulante	9.774.806	3.877.565	410.843	9.604.518	9.149.805	221.287
Passivo circulante	4.977.035	26.649.789	649.146	4.426.571	28.397.074	668.254
Passivo não circulante	1.386	230.334	--	592	90	--
Receitas	9.171.575	9.704.730	2.172.650	8.750.184	8.162.162	2.157.292
Resultado líquido	9.015.830	1.137.756	161.434	8.679.270	139.306	272.111
Resultado abrangente total	8.812.610	981.060	156.055	9.171.529	48.433	272.111
Dividendos pagos a acionistas não controladores	2.626.250	67.868	--	1.679.182	60.074	--
Participação de acionistas não controladores	31,74%	19,61%	--	31,74%	19,61%	--
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	2.861.965	223.114	(1.265)	2.755.040	27.318	30.346
Participações acumuladas de acionistas não controladores	3.290.582	1.059.153	10.006	3.072.435	1.294.463	246.428

d) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Alterações à IAS 21 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio – Em agosto de 2023, o IASB adicionou requisitos ao normativo para auxiliar as entidades a determinar se uma moeda é cambiável por outra e, quando não for, qual taxa aplicar na conversão.

Adoção da norma não produziu impactos materiais nas demonstrações contábeis.

Normas a serem adotadas pelo Banco em períodos futuros

Alterações à IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em setembro de 2014, o IASB promoveu alterações à IFRS 10 e à IAS 28 que abordam as inconsistências geradas pelas duas normas quanto à contabilização de transações entre investidores e suas coligadas e joint ventures.

A data para adoção destas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 foi adiada, ainda sem uma data definida pelo IASB.

IFRS 18 – Apresentação e evidência das demonstrações financeiras – Em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na demonstração do resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicados na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas notas explicativas em geral.

Ao substituir a IAS 1, muitos dos princípios previamente existentes foram mantidos, com alterações incrementais, inexistindo impactos no reconhecimento ou mensuração de itens das demonstrações financeiras. Podem ocorrer alterações na composição do “Resultado operacional”.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, devendo também serem aplicadas aos períodos comparativos. É permitida a adoção antecipada.



Alterações à IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 9 – Instrumentos financeiros – Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações em normas específicas para instrumentos financeiros. Essas mudanças incluem novos critérios para: o desreconhecimento de passivos financeiros; teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros) em contratos de empréstimos e seus equivalentes; e critérios de divulgação de instrumentos financeiros.

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações que introduzem regras específicas para contratos que referenciam eletricidade gerada por fontes dependentes de condições naturais (ex. vento, sol) que apresentem variabilidade na quantidade de energia entregue.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida sua adoção antecipada.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio – Em novembro de 2025, o IASB adicionou requisitos para entidades que utilizem moeda de apresentação hiperinflacionária, desde que a funcional não seja.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida sua adoção antecipada.

Aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11: Em 18/07/2024, o IASB emitiu documento de aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11, uma coletânea de emendas incrementais às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Essas melhorias são limitadas a alterações que promovam clareza textual em uma norma, ou corrijam imprevistos, lapsos ou conflitos entre requerimentos normativos.

Essas alterações são vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos pronunciamentos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas, alterações ou interpretações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Informações para efeito de comparabilidade

Demonstramos abaixo os efeitos dos ajustes realizados no Balanço patrimonial consolidado, na Demonstração consolidada do resultado, na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e na Demonstração consolidada do valor adicionado decorrentes de mudança de política contábil realizada de forma voluntária e para melhor evidência das informações contábeis, nos termos da IAS 8. Consequentemente, foram ajustados os saldos comparativos das respectivas notas explicativas:

Balanço patrimonial consolidado

31/12/2024	Divulgação anterior	Reclassificações/Ajustes	Divulgação atual
Ativo			
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.573.453.419	11.695.929	1.585.149.348
Aplicações interfinanceiras de liquidez	409.247.199	(9.455.007)	399.792.192
Carteira de crédito	1.020.552.099	9.455.007	1.030.007.106
Outros ativos financeiros ¹	55.208.557	11.695.929	66.904.486
Ativos fiscais	86.619.721	2.556.409	89.176.130
Correntes	12.047.149	2.004.155	14.051.304
Diferidos	74.572.572	552.254	75.124.826
Outros ativos	50.029.799	(14.252.338)	35.777.461
Total do ativo	2.398.719.197	--	2.398.719.197
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.102.659.213	3.701.956	2.106.361.169
Outros passivos financeiros	179.358.951	3.701.956	183.060.907
Provisões	23.779.021	7.844.507	31.623.528
Cíveis, fiscais e trabalhistas	23.779.021	--	23.779.021
Outras provisões	--	7.844.507	7.844.507
Passivos fiscais	22.451.418	2.765.032	25.216.450
Correntes	7.750.780	1.827.046	9.577.826
Diferidos	14.700.638	937.986	15.638.624
Outros Passivos	55.006.528	(14.311.495)	40.695.033
Total do passivo	2.214.482.853	--	2.214.482.853

1 - Inclui reclassificação de perdas esperadas associada ao risco de crédito no valor de R\$ 3.634.237 mil, da linha de outros ativos para a linha de outros ativos financeiros, em função de retificação da evidência realizada no exercício anterior.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada do resultado

Exercício/2024	Divulgação anterior	Reclassificações/ Ajustes	Divulgação atual
(Perda)/reversão líquida esperada com:	(47.705.982)	--	(47.705.982)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	28.661	(30.659)	(1.998)
Carteira de crédito	(43.997.920)	30.659	(43.967.261)
Receitas não de juros	48.984.026	5.168.226	54.152.252
Receitas de tarifas e comissões	28.033.530	5.164.699	33.198.229
Outras receitas	13.132.907	3.527	13.136.434
Despesas não de juros	(78.081.902)	(5.168.226)	(83.250.128)
Outras despesas administrativas	(9.124.925)	(604.373)	(9.729.298)
Outras despesas	(14.181.039)	(4.563.853)	(18.744.892)
Lucro líquido	29.171.564	--	29.171.564

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercício/2024	Divulgação anterior	Reclassificações/ Ajustes	Divulgação atual
Variação líquida em aplicações interfinanceiras de liquidez	58.863.399	(1.084.273)	57.779.126
Variação líquida na carteira de crédito	(161.311.536)	1.084.273	(160.227.263)

Demonstração consolidada do valor adicionado

Exercício/2024	Divulgação anterior	Reclassificações/ Ajustes	Divulgação atual
Receitas	267.306.434	5.168.226	272.474.660
Prestação de serviços	41.166.437	5.168.226	46.334.663
(Perda)/reversão líquida esperada com:	(47.705.982)	--	(47.705.982)
Carteira de crédito	(43.997.920)	30.659	(43.967.261)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	28.661	(30.659)	(1.998)
Insumos adquiridos de terceiros	(34.083.194)	(5.168.226)	(39.251.420)
Materiais, energia e outros	(7.332.906)	(604.373)	(7.937.279)
Outras	(25.882.105)	(4.563.853)	(30.445.958)
Outras	(22.903.035)	(4.563.853)	(27.466.888)

3- Principais práticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e de suas entidades controladas. O controle é determinado quando há poder para tomada de decisões sobre a investida, está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar o lucro através de seu poder sobre a investida.



Conforme a IAS 29, o Banco realiza a atualização monetária das demonstrações contábeis de suas controladas cuja moeda funcional seja considerada a de uma economia hiperinflacionária, de modo que estejam refletidas em termos de unidade de mensuração coerente no final do período do relatório. A diferença resultante da atualização monetária de ativos não monetários, patrimônio líquido e itens na Demonstração do Resultado são reconhecidas pelo Banco como ganho ou perda na posição monetária líquida, em Outras receitas/despesas. As demonstrações contábeis atualizadas das investidas, expressas em moeda estrangeira, são convertidas pelas taxas de câmbio de fechamento.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (goodwill). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em Outras receitas.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis da data de aquisição. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Combinação de negócios de entidades sob controle comum – Na situação de combinação de negócios sob controle comum, o Banco incorpora os valores contábeis dos ativos e passivos pré-combinação sem qualquer mensuração a valor justo.

O Banco não reconhece ágio derivado dessas combinações. Qualquer diferença entre o custo da operação e o valor contábil dos ativos líquidos é registrada diretamente no patrimônio líquido.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Perda de controle – Caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido:

- (i) os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária; e
- (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle:

- (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle;
- (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações;
- (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e
- (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.



Entidades estruturadas – O Banco patrocina a formação de entidades estruturadas, que envolvem fundos de investimento, grupo de consórcios e veículos de securitização, as quais podem ser ou não controladas e reavalia o processo de consolidação de uma entidade estruturada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle.

b) Compensação de ativos e passivos financeiros

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legal de compensação e essa compensação refletir a essência da transação.

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelos seus valores líquidos se houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na demonstração do resultado do período em que surgirem, como parte integrante do resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos pela taxa de câmbio vigente no final do período; e
- (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período (exceto o Banco Patagonia, que se utiliza da taxa de câmbio vigente no final do período, por estar inserido em um contexto de economia hiperinflacionária).

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na demonstração do resultado consolidado, como parte integrante do resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações no exterior. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no balanço patrimonial.

d) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:



Receita líquida de juros – Receitas e despesas decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros para a parte significativa dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco.

O método da taxa efetiva de juros é um método para o cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro (ou de um grupo de ativos ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. É estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. Ao efetuar o cálculo, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro. Inclui as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Receitas de tarifas e comissões – O reconhecimento é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e a existência de instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, estas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Caso contrário, estas receitas são reconhecidas à medida em que as respectivas obrigações de desempenho são cumpridas.

O reconhecimento destas receitas deve ser por um valor que reflita a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para um cliente. Em consonância com o método de saída e com as características intrínsecas das obrigações de desempenho envolvidas, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período em função do próprio tempo transcorrido. As receitas de tarifas recebidas para prestação de um serviço específico ou sobre um evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Neste sentido, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: conta corrente, meios de pagamento, cobrança, administração de recursos de terceiros, comissão de corretagem e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.

Quanto ao preço de transação destes contratos, identificam-se tarifas, anuidades, taxas e comissões com expectativa de recebimento em até doze meses.

O principal expediente prático adotado se refere à existência de componente de financiamento significativo. O componente financeiro não foi considerado significativo quando o período entre o momento em que o serviço prometido é transferido para o cliente e o momento no qual o cliente paga por esse serviço é de um ano ou menos.

Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures – A receita/despesa oriunda da aplicação do método de equivalência patrimonial é reconhecida na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pelas investidas.



Receita de dividendos – É reconhecida no resultado do período quando o Banco adquire o direito de receber o pagamento. Os dividendos são apresentados em receita líquida de juros, baseado na classificação do respectivo instrumento patrimonial que os originou.

e) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e mensuração subsequente

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de capital e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado.

e.1) Ativos financeiros

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido do custo da transação (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.



Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além de reduções ao valor recuperável. As receitas financeiras geradas são registradas em receita de juros.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Aplicações interfinanceiras de liquidez – São constituídos por aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, diminuído pela perda esperada.

Carteira de crédito – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil da carteira de crédito é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como “(Perda)/reversão líquida esperada com carteira de crédito”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

Aplicações em operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- (i) revendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- (ii) revendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Depósitos no Banco Central do Brasil – Os depósitos no Banco Central do Brasil se referem a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos de forma compulsória conforme determinação do Conselho Monetário Nacional. Estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

Valor justo por meio do resultado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros ou quando a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos de empresas não financeiras, títulos públicos federais, dentre outros.

Instrumentos de patrimônio – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos. Incluem ações ordinárias sem opção de venda, instrumentos com opção de venda, instrumentos que impõem à entidade uma obrigação de entregar a uma outra parte uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade apenas na liquidação, alguns tipos de ações preferenciais, dentre outros.



Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- (i) swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- (ii) derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- (iii) derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto para obter seus fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, títulos emitidos por empresas não financeiras, dentre outros.

Instrumentos de patrimônio – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

e.2) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal.

Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado – Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos.

Passivos subsequentemente mensurados ao custo amortizado – Os principais passivos mensurados nessa categoria são:

Recursos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.

Obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido



como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. O passivo de operações compromissadas se encontra subdividido em:

- (i) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- (ii) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

f) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- (i) não houver expectativas razoáveis de recuperação, com base nas curvas históricas observadas de perdas;
- (ii) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem;
- (iii) o Banco transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou
- (iv) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – São baixados quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

O Banco considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original. Se uma troca de passivos financeiros ou modificação de termos for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos são reconhecidos como parte do ganho ou perda sobre a extinção. Se a troca ou modificação não for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil do passivo e são amortizados ao longo do prazo restante do passivo modificado.

g) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo, e a estratégia de designar o hedge e se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade.

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco determina, avalia e acompanha a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos



itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

O Banco continua aplicando os requisitos de hedge contábil previstos na IAS 39, com possibilidade de adoção prospectiva da IFRS 9, conforme decisão da Administração.

h) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem previsão de perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos classificados neste estágio são aqueles considerados em situação de normalidade e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a sua contratação, apresentando atraso no pagamento de principal ou de encargos inferior ou igual a 30 dias. Mediante avaliação, o Banco pode incluir nesse estágio instrumentos com atraso de até 60 dias, desde que existam evidências de que não ocorreu aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado no reconhecimento inicial. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de o ativo financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito – Os ativos classificados neste estágio apresentam atraso superior a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação) no pagamento de principal ou de encargos, ou outro critério que indique aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado na alocação inicial do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Estágio 3 – Operações em descumprimento – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito. São incluídos também os créditos reestruturados. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente considerando os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação, inclusive para os créditos renegociados.



O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), taxa Selic real, taxa de câmbio e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas e análise qualitativa.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco (ASR) de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O ASR compreende, em geral, atrasos superiores a 30 dias, agravação acentuada dos parâmetros de risco e existência de reestruturação de outras obrigações da contraparte.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – Em geral, a migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias e essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou após 12 meses da regularização deste atraso, em que a operação é considerada curada. Em complemento à avaliação quantitativa, utiliza-se o conceito qualitativo de antecipação do descumprimento através de características do cliente que indiquem alta probabilidade de sua ocorrência, como exemplo os indicativos de insolvência civil, falência, recuperação judicial e intervenção ou liquidação extrajudicial.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- (i) Probabilidade de descumprimento;
- (ii) Perda dado o descumprimento; e
- (iii) Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada considera a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera:

- os históricos de dados disponíveis (obtidos sem custo ou esforço indevido na data de relatório sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras),
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.

Probability of Default (PD) ou Probabilidade de descumprimento – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 e 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente.

Loss Given Default (LGD) ou Perda dado o descumprimento – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

Exposure at Default (EAD) ou Exposição no momento de descumprimento – É a estimativa de exposição da operação (saldo) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. No caso de limites não canceláveis unilateralmente, atualmente relacionados ao cheque especial, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites



até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, um passivo é constituído pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida.

i) Investimentos societários

Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) – Os investimentos em joint ventures são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na demonstração do resultado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em joint ventures, qualquer diferença positiva entre o custo e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na demonstração do resultado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.



Coligadas – Os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial. As demais políticas contábeis aplicáveis às coligadas se equivalem àquelas aplicáveis aos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto.

Contribuições não monetárias a entidades coligadas e a controladas em conjunto – Quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade coligada ou controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida das participações de investidores não relacionados na coligada ou empreendimento em conjunto. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se a transação não tiver substância comercial.

j) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo de aquisição, menos perdas por redução ao valor recuperável e depreciação acumulada, cujo valor é calculado utilizando o método linear pelo prazo de vida útil estimada, sendo que os terrenos não são depreciados.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em outras receitas, impactando o resultado do período.

k) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de softwares são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados se referem aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de softwares.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (outras despesas) na demonstração do resultado consolidado.

l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, o Banco efetua o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível de vida útil indefinida e, ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.



Na hipótese de o valor recuperável de um ativo não financeiro ser menor que o seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma conta redutora de perda por redução ao valor recuperável, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas operacionais.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo não financeiro, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado do período, como outras receitas/despesas operacionais.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, é considerado o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) quando o Banco avalia que os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua manutenção.

Outros itens de imobilizado – Embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Investimentos em coligadas e joint ventures e ágios sobre investimentos adquiridos em combinações de negócios

O Banco aplica os requerimentos da IAS 28 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total. Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36.

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos em coligadas e joint ventures, incluindo o ágio incorporado ao saldo desses investimentos, e dos ágios adquiridos em combinação de negócios consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em:

- projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas;
- cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e
- metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model (CAPM).



Outros ativos intangíveis

Direitos por gestão de folhas de pagamento – O modelo de avaliação ao valor recuperável está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem ao desempenho observado. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – Substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado.

Adquiridos por combinação de negócios – Representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte. A metodologia de apuração ao valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

m) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com a IFRS 16, são assim considerados:

Ativos de direito de uso – Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus termos. Os pagamentos variáveis atrelados a índices são reavaliados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como uma despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento.

n) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os



critérios estabelecidos na IAS 19. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

o) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.



Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

p) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda e a contribuição social (IRPJ e CSLL) são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. O imposto de renda é um tributo devido pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica) ao estado a partir da ocorrência de um fato gerador, calculado mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Impostos correntes – Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo é revisado no final de cada período de relatório e tem seu valor reduzido na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução é revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que estão em vigor na data do balanço.



q) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico; e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito das potenciais ações ordinárias diluíveis.

4– Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 31.

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de ativos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações não registradas no balanço patrimonial (off-balance), o Banco constitui provisão para perdas esperadas referentes a compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, bem como para garantias financeiras prestadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.



A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

No período, o Banco revisou o escopo de análise individualizada e alguns critérios de classificação por estágio de instrumentos financeiros, tendo em vista o aprimoramento nos processos de gestão de risco e maior conhecimento quanto ao comportamento da carteira. O impacto oriundo das mudanças de estimativas foi reconhecido no resultado do exercício.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada, podem ser obtidas nas Notas 3.h, 15, 17, 18, 19, 24, 32 e 34.e.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Quando há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade, o Banco utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo. A perda reconhecida por redução ao valor recuperável é sujeita a reversão em períodos futuros, com exceção da perda reconhecida em ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

A determinação do valor recuperável de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser observada nas Nota 3.L.

d) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e julgamentos. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e julgamentos podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito



tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual (Nota 29).

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

f) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Informações adicionais sobre esse assunto podem ser obtidas na nota explicativa 37.

g) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor individualmente não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista, movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.



5– Aquisições, vendas e reestruturações Societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias relevantes no período.

6– Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor, na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas em cinco segmentos divulgáveis: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Bacen. O Consolidado Gerencial do Banco apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- no período corrente, o reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito inclui o cálculo de pisos mínimos de provisionamento, realizados de acordo com os dias de atraso e a classificação dos instrumentos financeiros em carteiras definidas pelo Bacen.
- no período comparativo, o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de carteira de crédito era baseado em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Bacen. As operações de crédito eram classificadas em ordem crescente de níveis de risco, que variavam do risco AA (menor risco) ao risco H (maior risco). O montante de perdas em carteira de crédito era constituído mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variavam de 0% para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H;
- no período comparativo, as receitas de tarifas e comissões cobradas pela originação de carteira de crédito eram reconhecidas como receita no ato do recebimento;
- o montante do ágio resultante da aquisição de controle de uma companhia é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura; e
- vedação de correção monetária nas demonstrações financeiras decorrente de entidade que opera em economia hiperinflacionária.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada nas Notas 2 e 20. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.



a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado doméstico de capitais, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas nos mercados primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável e da prestação de serviços a entidades ligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício/2025									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	317.717.709	175.294	429.026	1.160.468	460.937	1.912.335	(2.848.082)	319.007.687	454.417	319.462.104
Despesas de juros	(220.187.712)	(301.585)	--	--	--	(703.045)	2.835.130	(218.357.212)	(94.174)	(218.451.386)
Receita líquida de juros	97.529.997	(126.291)	429.026	1.160.468	460.937	1.209.290	(12.952)	100.650.475	360.243	101.010.718
Perda líquida esperada	(61.729.977)	6.137	--	--	--	(120.044)	--	(61.843.884)	(4.789.401)	(66.633.285)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	35.800.020	(120.154)	429.026	1.160.468	460.937	1.089.246	(12.952)	38.806.591	(4.429.158)	34.377.433
Receitas não de juros	33.938.695	1.297.103	4.155.054	11.022.083	2.175.919	6.053.529	(3.163.069)	55.479.314	(1.691.271)	53.788.043
Receitas de tarifas e comissões	20.885.485	530.653	4.140.695	5.636.203	47.006	5.627.725	(2.051.164)	34.816.603	(102.224)	34.714.379
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(2.479.703)	542.153	2.081	--	7	(30.771)	--	(1.966.233)	(194.551)	(2.160.784)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	1.039.519	25.809	--	5.324.689	1.926.614	--	--	8.316.631	(465.454)	7.851.177
Outras receitas operacionais	14.493.394	198.488	12.278	61.191	202.292	456.575	(1.111.905)	14.312.313	(929.042)	13.383.271
Despesas não de juros	(78.513.566)	(244.577)	(695.941)	(1.222.887)	(100.878)	(3.644.537)	3.176.021	(81.246.365)	(1.305.475)	(82.551.840)
Despesas de pessoal	(28.328.339)	(43.546)	(168.572)	(99.622)	(4.721)	(630.129)	6.714	(29.268.215)	89.549	(29.178.666)
Outras despesas administrativas	(11.308.363)	(43.921)	(109.268)	(291.021)	(1.619)	(626.296)	2.199.026	(10.181.462)	725.933	(9.455.529)
Contribuições, taxas e outros impostos	(7.010.247)	(76.430)	(296.914)	(721.872)	(42.244)	(819.916)	--	(8.967.623)	48.092	(8.919.531)
Amortização de ativos intangíveis	(2.705.829)	--	--	(119)	--	(4.537)	--	(2.710.485)	917	(2.709.568)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(12.402.121)	(32.670)	(4.457)	(3.412)	(192)	(22.973)	--	(12.465.825)	--	(12.465.825)
Depreciação	(2.101.351)	--	--	--	--	(96.971)	--	(2.198.322)	(1.070.386)	(3.268.708)
Outras despesas operacionais	(14.657.316)	(48.010)	(116.730)	(106.841)	(52.102)	(1.443.715)	970.281	(15.454.433)	(1.099.580)	(16.554.013)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	(8.774.851)	932.372	3.888.139	10.959.664	2.535.978	3.498.238	--	13.039.540	(7.425.904)	5.613.636
Impostos	13.283.336	(403.652)	(1.538.048)	(1.924.038)	(196.964)	(1.126.045)	--	8.094.589	3.073.713	11.168.302
Correntes	(771.641)	(396.217)	(1.539.891)	(1.922.965)	(137.352)	(1.358.767)	--	(6.126.833)	19.257	(6.107.576)
Diferidos	14.054.977	(7.435)	1.843	(1.073)	(59.612)	232.722	--	14.221.422	3.054.456	17.275.878
Lucro líquido do período	4.508.485	528.720	2.350.091	9.035.626	2.339.014	2.372.193	--	21.134.129	(4.352.191)	16.781.938
Atribuível aos acionistas controladores	4.048.950	528.720	2.350.091	6.167.781	2.339.014	2.373.457	--	17.808.013	(4.109.889)	13.698.124
Atribuível às participações de acionistas não controladores	459.535	--	--	2.867.845	--	(1.264)	--	3.326.116	(242.302)	3.083.814
Investimentos em coligadas e joint ventures	6.726.892	357.736	--	8.196.501	5.104.738	--	--	20.385.867	1.530.722	21.916.589
Ativos não circulantes	29.283.687	--	--	1.914	--	413.262	(1.852)	29.697.011	844.879	30.541.890
Ativo	2.453.123.724	4.955.881	4.537.881	22.433.985	12.405.070	18.044.728	(63.880.561)	2.451.620.708	3.522.545	2.455.143.253
Passivo	2.262.644.094	4.175.411	3.109.682	12.615.097	2.473.070	15.160.334	(40.662.275)	2.259.515.413	2.060.424	2.261.575.837
Patrimônio líquido	190.479.630	780.470	1.428.199	9.818.888	9.932.000	2.884.394	(23.218.286)	192.105.295	1.462.121	193.567.416



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2024									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	269.090.153	400.327	303.486	679.757	470.330	1.576.793	(2.313.618)	270.207.228	3.298.046	273.505.274
Despesas de juros	(164.612.398)	(390.621)	--	--	--	(821.194)	2.313.618	(163.510.595)	(5.480.232)	(168.990.827)
Receita líquida de juros	104.477.755	9.706	303.486	679.757	470.330	755.599	--	106.696.633	(2.182.186)	104.514.447
Perda líquida esperada	(37.078.907)	--	--	--	--	--	(2.588)	(37.081.495)	(10.624.487)	(47.705.982)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	67.398.848	9.706	303.486	679.757	470.330	755.599	(2.588)	69.615.138	(12.806.673)	56.808.465
Receitas não de juros	31.188.593	1.340.940	3.700.166	10.831.880	1.749.187	5.621.725	(2.696.343)	51.736.148	2.416.104	54.152.252
Receitas de tarifas e comissões	19.832.659	522.431	3.687.318	5.531.463	44.892	4.967.945	(1.553.600)	33.033.108	165.121	33.198.229
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	3.733.631	625.407	--	--	(5)	(10.724)	--	4.348.309	(656.627)	3.691.682
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	952.847	51.299	--	5.282.941	1.501.610	--	--	7.788.697	(311.813)	7.476.884
Outras receitas operacionais	6.669.456	141.803	12.848	17.476	202.690	664.504	(1.142.743)	6.566.034	3.219.423	9.785.457
Despesas não de juros	(75.860.837)	(346.963)	(630.406)	(1.131.488)	(115.882)	(3.496.849)	2.698.931	(78.883.494)	(4.366.634)	(83.250.128)
Despesas de pessoal	(28.041.426)	(39.089)	(157.772)	(89.665)	(4.503)	(532.069)	6.230	(28.858.294)	(389.872)	(29.248.166)
Outras despesas administrativas	(11.447.479)	(47.075)	(103.329)	(275.455)	(1.427)	(714.207)	1.865.575	(10.723.397)	994.099	(9.729.298)
Contribuições, taxas e outros impostos	(6.633.770)	(82.726)	(259.731)	(671.982)	(53.205)	(761.387)	--	(8.462.801)	(254.349)	(8.717.150)
Amortização de ativos intangíveis	(2.464.495)	--	--	(904)	--	(3.866)	--	(2.469.265)	2.006	(2.467.259)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(11.551.873)	(116.068)	15.979	(21.629)	(56)	(27.419)	--	(11.701.066)	--	(11.701.066)
Depreciação	(1.414.555)	--	--	(12)	--	(40.342)	--	(1.454.909)	(1.187.388)	(2.642.297)
Outras despesas operacionais	(14.307.239)	(62.005)	(125.553)	(71.841)	(56.691)	(1.417.559)	827.126	(15.213.762)	(3.531.130)	(18.744.892)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	22.726.604	1.003.683	3.373.246	10.380.149	2.103.635	2.880.475	--	42.467.792	(14.757.203)	27.710.589
Impostos	1.269.780	(425.964)	(1.336.594)	(1.707.636)	(236.099)	(935.105)	--	(3.371.618)	4.832.593	1.460.975
Correntes	(4.768.590)	(402.637)	(1.330.308)	(1.723.343)	(176.441)	(1.103.714)	--	(9.505.033)	(1.528)	(9.506.561)
Diferidos	6.038.370	(23.327)	(6.286)	15.707	(59.658)	168.609	--	6.133.415	4.834.121	10.967.536
Lucro líquido do período	23.996.384	577.719	2.036.652	8.672.513	1.867.536	1.945.370	--	39.096.174	(9.924.610)	29.171.564
Atribuível aos acionistas controladores	23.138.268	577.719	2.036.652	5.904.692	1.867.536	1.915.023	--	35.439.890	(9.081.030)	26.358.860
Atribuível às participações de acionistas não controladores	858.116	--	--	2.767.821	--	30.347	--	3.656.284	(843.580)	2.812.704
Investimentos em coligadas e joint ventures	7.300.973	349.838	--	7.978.239	5.335.994	--	--	20.965.044	858.249	21.823.293
Ativos não circulantes	22.635.363	--	--	2.802	--	83.835	(5.713)	22.716.287	5.031.102	27.747.389
Ativo	2.436.293.461	3.917.056	4.077.799	20.852.098	11.822.038	19.706.796	(62.800.917)	2.433.868.331	(35.149.134)	2.398.719.197
Passivo	2.248.580.735	3.101.786	2.648.004	11.739.205	2.024.764	15.883.211	(40.182.122)	2.243.795.583	(29.312.730)	2.214.482.853
Patrimônio líquido	187.712.726	815.270	1.429.795	9.112.893	9.797.274	3.823.585	(22.618.795)	190.072.748	(5.836.404)	184.236.344



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Operações internacionais

Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2025	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2025
Ativo	2.292.828.297	290.935.739	(128.620.783)	162.314.956	2.455.143.253
Receitas	356.913.957	27.250.576	(10.914.386)	16.336.190	373.250.147
Despesas (inclui impostos)	(339.229.038)	(25.308.348)	8.069.177	(17.239.171)	(356.468.209)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	4.300.918	4.157.927	(2.845.209)	1.312.718	5.613.636
Lucro/(prejuízo) líquido	17.684.919	1.942.228	(2.845.209)	(902.981)	16.781.938

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2024	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2024
Ativo	2.202.752.833	375.672.965	(179.706.601)	195.966.364	2.398.719.197
Receitas	299.002.642	42.918.225	(14.263.341)	28.654.884	327.657.526
Despesas (inclui impostos)	(276.377.313)	(32.141.783)	10.033.134	(22.108.649)	(298.485.962)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	21.694.438	10.246.358	(4.230.207)	6.016.151	27.710.589
Lucro/(prejuízo) líquido	22.625.329	10.776.442	(4.230.207)	6.546.235	29.171.564

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, perdas esperadas com instrumentos financeiros, despesas não de juros e impostos.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas e ativos foram provenientes das dependências localizadas na América do Sul. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a carteira de crédito e aplicações interfinanceiras de liquidez.

i) Receitas por segmento

	Exercício/2025					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	317.717.709	175.294	429.026	1.160.468	460.937	1.912.335
Receitas de clientes externos	317.402.425	175.112	65.612	270.613	25	1.093.901
Receitas de transações intersegmentos	315.284	182	363.414	889.855	460.912	818.434
Receita não de juros	33.938.695	1.297.103	4.155.054	11.022.083	2.175.919	6.053.529
Receitas de clientes externos	33.104.765	1.284.675	4.154.851	11.022.083	2.175.919	3.697.368
Receitas de transações intersegmentos	833.930	12.428	203	--	--	2.356.161

	Exercício/2024					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	269.090.153	400.327	303.486	679.757	470.330	1.576.793
Receitas de clientes externos	268.686.660	399.363	38.111	183.667	560	898.867
Receitas de transações intersegmentos	403.493	964	265.375	496.090	469.770	677.926
Receita não de juros	31.188.593	1.340.940	3.700.166	10.831.880	1.749.187	5.621.725
Receitas de clientes externos	30.409.322	1.335.503	3.700.152	10.831.880	1.749.187	3.476.936
Receitas de transações intersegmentos	779.271	5.437	14	--	--	2.144.789



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7– Receita líquida de juros

	Exercício/2025	Exercício/2024
Receitas de juros	319.462.104	273.505.274
Carteira de crédito	175.442.213	142.633.064
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	70.078.122	50.802.832
Aplicações interfinanceiras de liquidez	43.734.048	51.771.221
Depósitos no Banco Central do Brasil	9.990.143	7.023.946
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	7.944.340	12.248.908
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.147.412	1.533.311
Outras receitas de juros ¹	11.125.826	7.491.992
Despesas de juros	(218.451.386)	(168.990.827)
Recursos de instituições financeiras	(96.638.913)	(78.829.937)
Recursos de clientes	(75.212.351)	(59.823.729)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(45.451.649)	(29.440.582)
Outras despesas de juros	(1.148.473)	(896.579)
Receita líquida de juros	101.010.718	104.514.447

1 – Inclui receitas com juros sobre depósitos de garantias e com títulos e créditos do Tesouro Nacional.

8– Receitas de tarifas e comissões

	Exercício/2025	Exercício/2024
Prestação de serviços a clientes	11.853.221	11.923.470
Conta corrente	5.493.677	5.909.759
Rendas de cartões	2.004.155	2.206.824
Operações de crédito e garantias prestadas	1.398.115	794.194
Cobrança	1.162.924	1.225.004
Arrecadações	969.237	990.394
Rendas do mercado de capitais	765.131	712.047
Interbancária e transferência de recursos	59.982	85.248
Administração de recursos de terceiros	14.328.586	12.525.504
Fundos de investimento	10.515.960	9.265.909
Consórcios	3.519.226	2.950.892
Tesouro nacional e fundos oficiais	293.400	308.703
Comissões	5.952.089	5.942.368
Comercialização de seguros	5.195.225	5.093.686
Comercialização de produtos de capitalização	557.491	563.644
Comercialização de produtos de previdência	199.373	285.038
Outros serviços	2.580.483	2.806.887
Total	34.714.379	33.198.229



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9– Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros ao valor justo

	Exercício/2025	Exercício/2024
Ao valor justo por meio do resultado	(2.689.368)	4.495.668
Instrumentos financeiros derivativos	(3.083.484)	4.640.038
Outros instrumentos financeiros	394.116	(144.370)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	528.584	508.177
Instrumentos de dívida	528.584	508.177
Ao custo amortizado	--	(1.312.163)
Instrumentos de dívida	--	(1.312.163)
Total	(2.160.784)	3.691.682

10– Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas

	Exercício/2025	Exercício/2024
Atualização de ativo atuarial	3.665.760	2.672.448
Títulos e créditos a receber	2.898.421	2.942.585
Recuperação de encargos e despesas	1.944.381	2.387.834
Operações com cartões	1.678.553	1.432.208
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1	1.038.757	1.102.225
Ganhos/(perdas) na alienação de valores e bens	531.137	307.933
Clube de Benefícios	483.924	459.127
Reversão de provisões para pagamentos diversos	476.189	477.329
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	180.988	67.164
Ganhos de capital	127.405	67.360
Outras	1.905.041	1.220.221
Total	14.930.556	13.136.434



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Outras despesas

	Exercício/2025	Exercício/2024
Operações com cartões	(2.908.694)	(2.071.949)
Serviços de terceiros	(1.781.625)	(1.599.658)
Bônus de relacionamento negocial	(1.695.491)	(1.376.665)
Atualização de obrigações atuariais	(1.377.093)	(1.344.921)
Perdas na posição monetária líquida ¹	(1.318.139)	(4.517.328)
Remuneração de correspondentes bancários e parceiros comerciais	(819.330)	(820.896)
Transporte de valores	(639.905)	(569.024)
Convênio INSS	(635.357)	(594.067)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(562.927)	(485.399)
Autoatendimento	(423.724)	(476.992)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(380.711)	(257.484)
Perdas de capital	(141.636)	(91.250)
Comissões por recebimento de créditos	(117.822)	(93.341)
Atualização de valores a liberar	(39.477)	(49.926)
Outras	(3.712.082)	(4.395.992)
Total	(16.554.013)	(18.744.892)

1 - Ajustes de hiperinflação sobre os itens não monetários e de resultado do Banco Patagonia em conformidade com a IAS 29, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de 31,5% no Exercício/2025 (117,8% no Exercício/2024).

11- Despesas de pessoal

	Exercício/2025	Exercício/2024
Proventos	(13.184.365)	(12.809.451)
Encargos sociais	(5.382.315)	(3.946.593)
Benefícios	(4.235.893)	(4.056.083)
Provisões administrativas de pessoal	(2.788.785)	(2.694.841)
Participação nos lucros ¹	(2.272.209)	(4.537.341)
Previdência complementar	(1.173.068)	(1.074.820)
Honorários de diretores e conselheiros	(76.765)	(65.259)
Treinamentos	(65.266)	(63.778)
Total	(29.178.666)	(29.248.166)

1 - Inclui o montante de R\$ 14.341 mil no Exercício/2025 (R\$ 12.473 mil no Exercício/2024) relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (Nota 30.m).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12– Outras despesas administrativas

	Exercício/2025	Exercício/2024
Processamento de dados	(1.682.533)	(1.174.657)
Serviços de vigilância e segurança	(1.471.792)	(1.432.744)
Manutenção e conservação de bens	(933.146)	(903.846)
Serviços técnicos especializados	(786.276)	(748.942)
Propaganda e publicidade	(563.178)	(567.213)
Serviços do sistema financeiro	(558.987)	(600.180)
Programa de Desempenho Gratificado – PDG	(519.512)	(609.904)
Comunicações	(460.873)	(533.588)
Serviços contratados de terceiros	(452.204)	(868.183)
Água, energia e gás	(442.595)	(520.673)
Promoções e relações públicas	(310.260)	(323.440)
Aluguéis	(202.886)	(313.932)
Contribuições filantrópicas	(195.477)	(249.768)
Viagens	(160.833)	(162.992)
Transporte	(142.372)	(156.945)
Material de escritório e similar	(36.204)	(55.511)
Outras	(536.401)	(506.780)
Total	(9.455.529)	(9.729.298)

13– Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários	19.737.849	20.079.736
Disponibilidades em moeda nacional	10.239.446	10.475.377
Disponibilidades em moeda estrangeira	9.498.403	9.604.359
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	39.897.676	63.087.507
Aplicações em operações compromissadas	313.853	14.609
Aplicações em depósitos interfinanceiros	39.583.823	63.072.898
Total de caixa e equivalentes de caixa	59.635.525	83.167.243

1 – Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14– Depósitos no Banco Central do Brasil

Os depósitos no Banco Central do Brasil se referem a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos de forma compulsória conforme determinação do Conselho Monetário Nacional. Estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos de poupança	42.454.209	43.201.622
Depósitos à vista	20.349.251	21.795.371
Depósitos a prazo	53.187.224	44.691.381
Conta de pagamento instantâneo	3.843.247	5.791.626
Depósitos de moeda eletrônica	182.202	214.923
Recursos de microfinanças	--	2.666
Total	120.016.133	115.697.589

15– Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações em operações compromissadas	128.352.373	322.190.443
Re vendas a liquidar - posição bancada	1.383.078	218.735
Letras Financeiras do Tesouro	16.000	--
Outros títulos	1.367.241	218.735
Perdas esperadas em outros títulos	(163)	--
Re vendas a liquidar - posição financiada	126.969.295	321.971.708
Letras do Tesouro Nacional	59.358.807	62.007.710
Letras Financeiras do Tesouro	52.494.857	60.203.375
Notas do Tesouro Nacional	15.111.835	198.315.177
Outros títulos	3.796	1.445.778
Perdas esperadas em outros títulos	--	(332)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	61.112.146	77.601.749
Aplicações em depósitos interfinanceiros	61.130.780	77.606.768
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(18.634)	(5.019)
Total	189.464.519	399.792.192

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2024	(Constituição) / reversão	Variação cambial	Saldo em 31/12/2025
Outros títulos - posição bancada	--	(163)	--	(163)
Outros títulos - posição financiada	(332)	332	--	--
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(5.019)	(14.232)	617	(18.634)
Total	(5.351)	(14.063)	617	(18.797)

	Saldo em 31/12/2023	(Constituição) / reversão	Variação cambial	Saldo em 31/12/2024
Outros títulos - posição financiada	(255)	(77)	--	(332)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(3.098)	(1.921)	--	(5.019)
Total	(3.353)	(1.998)	--	(5.351)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16– Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

a) Títulos e valores mobiliários

Valor justo dos ativos financeiros

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Instrumentos de dívida	6.647.486	34.908	6.682.394	5.351.032	107.662	5.458.694
Títulos públicos federais brasileiros	3.560.060	816	3.560.876	3.175.722	(40.104)	3.135.618
Títulos emitidos por empresas não financeiras	2.854.343	(12.493)	2.841.850	1.428.965	(53.331)	1.375.634
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	204.502	46.640	251.142	322.469	220.160	542.629
Títulos emitidos por empresas financeiras	28.581	(55)	28.526	423.876	(19.063)	404.813
Instrumentos de patrimônio	849.303	88.605	937.908	609.165	93.517	702.682
Fundos mútuos de investimento e outros	717.710	88.516	806.226	521.280	93.407	614.687
Ações	131.593	89	131.682	87.885	110	87.995
Total	7.496.789	123.513	7.620.302	5.960.197	201.179	6.161.376

Nos períodos informados não foram reclassificados ativos financeiros para a categoria valor justo por meio do resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Derivativos

Ativos	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Swaps	2.235.990	547.524	2.783.514	2.642.806	276.468	2.919.274
Operações a termo ¹	1.121.430	(244.364)	877.066	5.256.203	1.288.915	6.545.118
Opções	887.148	(375.988)	511.160	917.599	1.931.166	2.848.765
Outros ²	492.476	(6.732)	485.744	372.200	(17.642)	354.558
Total	4.737.044	(79.560)	4.657.484	9.188.808	3.478.907	12.667.715

Passivos	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo ¹	(3.127.455)	1.526.760	(1.600.695)	(1.362.847)	212.443	(1.150.404)
Swaps	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)	(6.172.015)	316.157	(5.855.858)
Opções	(983.261)	169.746	(813.515)	(1.136.950)	(115.759)	(1.252.709)
Outros ²	(719.219)	(7.876)	(727.095)	(67.040)	59.330	(7.710)
Total	(5.987.579)	1.512.845	(4.474.734)	(8.738.852)	472.171	(8.266.681)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.



Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 34. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

c) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo
Contratos de futuros				
Compromissos de compra	72.831.474	--	60.071.224	--
Risco de taxa de juros	43.695.170	--	43.025.122	--
Risco de moedas	29.010.228	--	12.711.774	--
Outros riscos	126.076	--	4.334.328	--
Compromissos de venda	40.505.425	--	25.204.056	--
Risco de taxa de juros	29.990.599	--	940.469	--
Risco de moedas	7.083.097	--	2.605.605	--
Outros riscos	3.431.729	--	21.657.982	--
Contratos de operações a termo ¹				
Posição ativa	21.393.178	877.066	46.912.098	6.545.118
Risco de moedas	19.782.018	655.993	41.482.891	5.089.401
Risco de taxa de juros	234.821	10.293	--	--
Outros riscos	1.376.339	210.780	5.429.207	1.455.717
Posição passiva	33.582.674	(1.600.695)	23.531.196	(1.150.404)
Risco de moedas	31.170.470	(1.461.802)	22.591.116	(1.081.183)
Risco de taxa de juros	2.314.775	(135.615)	--	--
Outros riscos	97.429	(3.278)	940.080	(69.221)
Contratos de opções				
Posição comprada	24.116.314	511.160	31.376.035	2.848.765
Risco de moedas	24.116.314	511.160	31.376.035	2.848.765
Posição vendida	24.014.075	(813.515)	30.242.517	(1.252.709)
Risco de moedas	23.562.873	(808.203)	29.650.194	(1.235.001)
Risco de taxa de juros	3.543	(7)	21.991	(127)
Outros riscos	447.659	(5.305)	570.332	(17.581)
Contratos de swap				
Posição ativa	40.149.749	2.783.514	26.545.155	2.919.274
Risco de taxa de juros	25.589.130	2.258.294	2.306.447	228.699
Risco de moedas	14.560.619	525.220	24.238.708	2.690.575
Posição passiva	19.197.847	(1.333.429)	52.129.086	(5.855.858)
Risco de moedas	9.735.554	(641.439)	50.491.731	(5.718.543)
Risco de taxa de juros	9.462.293	(691.990)	1.637.355	(137.315)
Outros contratos de derivativos ²				
Posição ativa	4.469.467	485.744	10.476.252	354.558
Risco de moedas	4.441.955	484.279	10.476.252	354.558
Outros riscos ³	27.512	1.465	--	--
Posição passiva	8.107.534	(727.095)	1.063.036	(7.710)
Risco de moedas	8.107.534	(727.095)	1.063.036	(7.710)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

3 – Refere-se a operações de CDS (Credit Default Swap) cujo risco transferido totaliza o montante do valor de referência do contrato da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Composição da carteira de derivativos por prazo de vencimento

Valor de referência - posição ativa	Vencimento em dias					
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de futuros	10.854.171	44.905.875	6.245.350	10.826.078	72.831.474	60.071.224
Contratos de operações a termo	5.560.376	9.680.087	4.378.598	1.774.117	21.393.178	46.912.098
Contratos de opções	2.740.903	11.155.407	3.976.940	6.243.064	24.116.314	31.376.035
Contratos de swap	5.600.301	5.829.247	6.481.021	22.239.180	40.149.749	26.545.155
Outros contratos de derivativos	2.609.355	1.522.645	337.467	--	4.469.467	10.476.252

Valor de referência - posição passiva	Vencimento em dias					
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de futuros	15.482.840	10.157.073	3.615.555	11.249.957	40.505.425	25.204.056
Contratos de operações a termo	4.064.413	14.369.906	8.255.530	6.892.825	33.582.674	23.531.196
Contratos de opções	3.303.721	10.322.834	4.134.190	6.253.330	24.014.075	30.242.517
Contratos de swap	1.302.105	1.337.205	2.314.911	14.243.626	19.197.847	52.129.086
Outros contratos de derivativos	2.690.966	4.277.832	1.138.736	--	8.107.534	1.063.036

e) Hedge contábil

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos Futuros e Swaps).

e.1) Hedge de valor justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor justo como segue:

- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor justo dos créditos correspondentes, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos, recursos de instituições financeiras e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor justo

	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos de hedge ¹		
Ativo	2.215.676	2.463.809
Swap	2.215.676	2.463.809
Passivo	(517.308)	(959.009)
Swap	(468.551)	(912.761)
Futuro	(48.757)	(46.248)
Itens objeto de hedge		
Ativo	4.236.075	3.115.326
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.187.393	3.069.133
Carteira de crédito	48.682	46.193
Passivo	(5.916.737)	(4.599.883)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(4.208.772)	(4.599.883)
Recursos de instituições financeiras	(1.707.965)	--

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Exercício/2025	Exercício/2024
(Perdas)/ganhos dos itens objeto de hedge	(415.642)	670.714
Ganhos/(perdas) dos instrumentos de hedge	408.177	(682.283)
Efeito líquido	(7.465)	(11.569)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e.2) Hedge de investimento líquido em operação no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido em operação no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Americas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido em operação no exterior

	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos de hedge		
Passivo	(1.710.908)	(1.760.174)
Futuros	(1.710.908)	(1.760.174)
Itens objeto de hedge		
Ativo	1.701.698	1.752.023
Investimento líquido no exterior	1.701.698	1.752.023

Em estruturas de proteção de investimento líquido em operações no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – Hedge de investimento líquido em operação no exterior" (Nota 30.g). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Exercício/2025	Exercício/2024
(Perdas)/ganhos dos itens objeto de hedge	(206.700)	363.896
Ganhos/(perdas) dos instrumentos de hedge	206.700	(358.805)
Efeito líquido ¹	--	5.091

1 – O impacto no resultado decorrente da parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil foi uma perda de R\$ 617 mil no Exercício/2025 (perda de R\$ 4.804 mil no Exercício/2024).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17– Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	31/12/2025				31/12/2024			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo
Instrumentos de dívida	674.002.349	(3.038.293)	(138.494)	670.825.562	491.393.427	(8.356.598)	(361.990)	482.674.839
Títulos públicos federais brasileiros	657.276.573	(2.961.452)	--	654.315.121	407.800.968	(8.123.875)	(2.533)	399.674.560
Títulos emitidos por empresas não financeiras ¹	9.423.393	(73.587)	(38.377)	9.311.429	68.898.556	(537.325)	(150.953)	68.210.278
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	5.943.722	(30.200)	(98.407)	5.815.115	9.182.318	279.558	(208.504)	9.253.372
Títulos emitidos por empresas financeiras	1.358.661	26.946	(1.710)	1.383.897	5.511.585	25.044	--	5.536.629
Instrumentos de patrimônio ²	2.035.778	277.919	--	2.313.697	1.552.869	71.472	(1.085)	1.623.256
Fundos mútuos de investimento	1.883.688	146.432	--	2.030.120	1.399.814	(24.955)	(1.085)	1.373.774
Ações	152.090	131.487	--	283.577	153.055	96.427	--	249.482
Total	676.038.127	(2.760.374)	(138.494)	673.139.259	492.946.296	(8.285.126)	(363.075)	484.298.095

1 - Em 1º de janeiro de 2025, o Banco aprimorou/revisitou seu modelo de negócios relacionado a títulos de empresas não financeiras, identificando operações no montante de R\$ 58.383 milhões que apresentavam características de concessão de crédito e passando a apresentá-las na "Carteira de Crédito" (nota 19.a) e a classificá-las como ativos financeiros ao custo amortizado, com reflexo em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 114 milhões, líquido de tributos.

2- Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2023	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2024	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2025
Perdas esperadas					
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	(38.160)	(170.344)	(208.504)	110.097	(98.407)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(47.147)	(103.806)	(150.953)	112.576	(38.377)
Títulos emitidos por empresas financeiras	--	--	--	(1.710)	(1.710)
Títulos públicos federais brasileiros	(616)	(1.917)	(2.533)	2.533	--
Fundos mútuos de investimento	(5.512)	4.427	(1.085)	1.085	--
Total	(91.435)	(271.640)	(363.075)	224.581	(138.494)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos de dívida e patrimônio por estágio

	31/12/2025				31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida e de patrimônio								
Títulos públicos federais brasileiros	654.315.121	--	--	654.315.121	399.674.560	--	--	399.674.560
Títulos emitidos por empresas não financeiras	9.311.294	--	135	9.311.429	67.566.225	163.587	480.466	68.210.278
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.202.406	1.612.709	--	5.815.115	9.253.372	--	--	9.253.372
Fundos mútuos de investimento	2.030.120	--	--	2.030.120	1.373.774	--	--	1.373.774
Títulos emitidos por empresas financeiras	1.383.897	--	--	1.383.897	5.536.629	--	--	5.536.629
Ações	283.577	--	--	283.577	249.482	--	--	249.482
Total	671.526.415	1.612.709	135	673.139.259	483.654.042	163.587	480.466	484.298.095

Valor justo dos ativos financeiros vinculados

	31/12/2025	31/12/2024
Compromissos de recompra	469.525.174	300.441.904
Prestação de garantia	21.058.292	19.589.471
Total	490.583.466	320.031.375

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na clearing da B3 (BM&FBOVESPA e Cetip), bem como garantindo as operações envolvendo ações na clearing da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação entre os estágios de perdas esperadas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2023	(71.780)	--	(19.655)	(91.435)
Transferidos para o estágio 3	17.278	--	--	17.278
Oriundos do estágio 1	--	--	(17.278)	(17.278)
Outras movimentações ¹	(13.413)	--	(258.227)	(271.640)
Saldo em 31/12/2024	(67.915)	--	(295.160)	(363.075)
Outras movimentações ¹	26.065	(96.644)	295.160	224.581
Saldo em 31/12/2025	(41.850)	(96.644)	--	(138.494)

1 - Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

18- Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

	31/12/2025					31/12/2024				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida										
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	31.773.004	10.325.445	--	--	42.098.449	1.863.386	28.911.162	--	--	30.774.548
Títulos públicos federais brasileiros	1.856.856	3.619.375	--	--	5.476.231	719.225	3.991.758	--	--	4.710.983
Títulos emitidos por empresas financeiras	5.046	--	--	--	5.046	--	--	--	3	3
Títulos emitidos por empresas não financeiras ¹	--	639	--	--	639	24.794.383	22.097.951	3.828.985	5.661.912	56.383.231
Subtotal	33.634.906	13.945.459	--	--	47.580.365	27.376.994	55.000.871	3.828.985	5.661.915	91.868.765
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(315.369)	(3.904)	--	--	(319.273)	(425.743)	(855.326)	(59.545)	(2.082.587)	(3.423.201)
Total	33.319.537	13.941.555	--	--	47.261.092	26.951.251	54.145.545	3.769.440	3.579.328	88.445.564

1 - Em 1º de janeiro de 2025, o Banco aprimorou/revisitou seu modelo de negócios relacionado a títulos de empresas não financeiras, identificando operações que apresentavam características de concessão de crédito e passando a apresentá-las na "Carteira de Crédito" (nota 19.a).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2023	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2024	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2025
Perdas esperadas					
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	(61.450)	(510.603)	(572.053)	252.780	(319.273)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(2.950.280)	99.520	(2.850.760)	2.850.760	--
Títulos públicos federais brasileiros	(200)	(188)	(388)	388	--
Total	(3.011.930)	(411.271)	(3.423.201)	3.103.928	(319.273)

Em 2025, não foram reclassificados ativos financeiros da categoria títulos e valores mobiliários ao custo amortizado. As movimentações de reversões referem-se aos títulos com característica de crédito, apresentados na Carteira de Crédito, conforme indicado no rodapé da nota 19.a.

Em 2024, foi realizada a reclassificação de Títulos da BB Corretora (Letras Financeiras do Tesouro - LFT) mensurados a Valor Justo por meio do Resultado para Títulos e Valores Mobiliários mensurados ao Custo amortizado, no montante de R\$ 1.668.707 mil.

Instrumento de dívida por estágios

	31/12/2025				31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida								
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	36.098.519	5.999.930	--	42.098.449	30.774.548	--	--	30.774.548
Títulos públicos federais brasileiros	5.476.231	--	--	5.476.231	4.710.983	--	--	4.710.983
Títulos emitidos por empresas financeiras	5.046	--	--	5.046	3	--	--	3
Títulos emitidos por empresas não financeiras	639	--	--	639	47.608.113	2.373.845	6.401.273	56.383.231
Subtotal	41.580.435	5.999.930	--	47.580.365	83.093.647	2.373.845	6.401.273	91.868.765
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(61.064)	(258.209)	--	(319.273)	(494.845)	(14.529)	(2.913.827)	(3.423.201)
Total	41.519.371	5.741.721	--	47.261.092	82.598.802	2.359.316	3.487.446	88.445.564



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação entre estágios de perdas esperadas

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2023	(122.492)	(4.845)	(2.884.593)	(3.011.930)
Transferidos para o estágio 2	341	--	--	341
Transferidos para o estágio 3	117.966	--	--	117.966
Oriundos do estágio 1	--	(341)	(117.966)	(118.307)
Outras movimentações ¹	(490.660)	(9.343)	88.732	(411.271)
Saldo em 31/12/2024	(494.845)	(14.529)	(2.913.827)	(3.423.201)
Outras movimentações ¹	433.781	(243.680)	2.913.827	3.103.928
Saldo em 31/12/2025	(61.064)	(258.209)	--	(319.273)

1 - Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19– Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	31/12/2025	31/12/2024
Operações de crédito	1.022.471.175	986.130.453
Empréstimos e direitos creditórios descontados	388.276.123	378.960.321
Financiamentos	198.692.549	188.814.682
Financiamentos rurais	373.579.404	356.657.713
Financiamentos imobiliários	61.834.001	61.590.136
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	89.098	107.601
Outros créditos com características de concessão de crédito	206.285.614	112.928.533
Títulos com características de concessão de crédito ²	101.820.642	--
Operações com cartão de crédito	62.717.699	57.751.024
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.324.947	29.510.029
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	7.379.771	9.455.007
Diversos	8.042.555	16.212.473
Operações de arrendamento mercantil	1.150.006	665.842
Total da carteira de crédito	1.229.906.795	1.099.724.828
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(96.837.174)	(69.717.722)
Perdas esperadas com operações de crédito	(88.743.131)	(66.550.407)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(7.908.085)	(3.154.242)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	(185.958)	(13.073)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	1.133.069.621	1.030.007.106

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Referem-se principalmente a títulos e valores mobiliários reclassificados para a carteira de crédito em decorrência de aprimoramento/revisitação no modelo de negócios, conforme indicado na nota 18.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Setor público	101.671.109	8,3	91.959.585	8,4
Administração pública	79.495.304	6,5	77.663.567	7,1
Petroleiro	16.865.575	1,4	12.203.468	1,1
Serviços	3.641.104	0,3	806.716	0,1
Energia elétrica	12.804	--	19.614	--
Demais atividades	1.656.322	0,1	1.266.220	0,1
Setor privado	1.128.235.686	91,7	1.007.765.243	91,6
Pessoa física	733.923.573	59,7	686.842.014	62,4
Pessoa jurídica	394.312.113	32,0	320.923.229	29,2
Agronegócio de origem vegetal	55.627.408	4,5	44.506.502	4,0
Serviços	52.571.121	4,3	36.390.305	3,3
Energia elétrica	25.725.650	2,1	18.449.920	1,7
Mineração e metalurgia	24.405.973	2,0	22.081.457	2,0
Transportes	21.059.441	1,7	20.639.468	1,9
Automotivo	20.878.392	1,7	16.028.696	1,5
Agronegócio de origem animal	20.358.676	1,7	19.749.633	1,8
Insumos agrícolas	17.553.981	1,4	12.146.445	1,1
Comércio varejista	16.989.899	1,4	17.161.242	1,6
Químico	16.363.756	1,3	11.582.071	1,1
Combustíveis	16.132.820	1,3	11.744.032	1,1
Imobiliário	13.239.738	1,1	12.126.736	1,0
Instituições e serviços financeiros	13.135.708	1,1	13.259.360	1,2
Eletroeletrônico	13.055.080	1,1	11.060.287	1,0
Atividades específicas da construção	12.941.431	1,1	11.566.188	1,0
Comércio atacadista e indústrias diversas	11.495.420	0,9	10.722.227	1,0
Papel e celulose	10.059.686	0,8	4.848.635	0,4
Têxtil e confecções	8.661.359	0,7	9.256.097	0,9
Madeireiro e moveleiro	7.419.285	0,6	6.306.364	0,6
Construção pesada	6.251.618	0,5	4.451.411	0,4
Telecomunicações	5.324.959	0,4	3.140.561	0,3
Demais atividades	5.060.712	0,3	3.705.592	0,3
Total	1.229.906.795	100,0	1.099.724.828	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Escalonamento da carteira de crédito por prazos de vencimento

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	82.114.989	81.995.726
31 a 60 dias	36.589.400	42.188.035
61 a 90 dias	30.234.243	31.090.308
91 a 180 dias	101.686.120	100.825.781
181 a 360 dias	160.455.694	174.556.386
Acima de 360 dias	772.612.800	648.666.379
Subtotal	1.183.693.246	1.079.322.615
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	4.956.350	2.093.503
15 a 30 dias	3.120.044	1.472.109
31 a 60 dias	4.503.005	2.981.209
61 a 90 dias	3.500.917	1.797.238
91 a 180 dias	11.083.570	4.474.853
181 a 360 dias	13.580.791	6.603.416
Acima de 360 dias	5.468.872	979.885
Subtotal	46.213.549	20.402.213
Total	1.229.906.795	1.099.724.828



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

	31/12/2025							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	898.787.026	(13.619.838)	31.422.920	(11.144.738)	92.261.229	(63.978.555)	1.022.471.175	(88.743.131)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	327.155.492	(4.103.287)	12.831.998	(4.154.366)	48.288.633	(33.428.400)	388.276.123	(41.686.053)
Financiamentos	191.421.019	(534.777)	1.858.162	(356.175)	5.413.368	(4.145.149)	198.692.549	(5.036.101)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(25.647.181)	373.579.404	(41.003.746)
Financiamentos imobiliários	55.345.834	(217.634)	1.649.349	(41.769)	4.838.818	(757.825)	61.834.001	(1.017.228)
Operações de crédito vinculadas a cessão	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	191.862.482	(977.070)	4.513.407	(713.798)	9.909.725	(6.217.217)	206.285.614	(7.908.085)
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.150.013)	101.820.642	(5.703.516)
Operações com cartão de crédito	60.498.011	(662.563)	1.884.799	(294.258)	334.889	(220.577)	62.717.699	(1.177.398)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.151)	26.324.947	(691.749)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(251.476)	8.042.555	(322.010)
Operações de arrendamento mercantil	962.901	(2.907)	2.079	(487)	185.026	(182.564)	1.150.006	(185.958)
Total	1.091.612.409	(14.599.815)	35.938.406	(11.859.023)	102.355.980	(70.378.336)	1.229.906.795	(96.837.174)

No período, a partir de janeiro de 2025, a Perda Esperada IFRS (PE) passou a ser apurada considerando aprimoramentos nos parâmetros de risco de crédito (PD, LGD e FCC), devido maior experiência e novas informações, com impacto prospectivo no resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2024							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	833.769.796	(10.456.904)	57.585.127	(6.542.632)	94.775.530	(49.550.871)	986.130.453	(66.550.407)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	292.972.060	(5.056.805)	33.652.485	(4.241.656)	52.335.776	(30.414.855)	378.960.321	(39.713.316)
Financiamentos	175.119.599	(771.866)	5.684.779	(218.563)	8.010.304	(4.726.332)	188.814.682	(5.716.761)
Financiamentos rurais	314.087.693	(4.275.553)	13.818.230	(1.692.357)	28.751.790	(12.654.602)	356.657.713	(18.622.512)
Financiamentos imobiliários	51.489.741	(351.842)	4.424.157	(389.972)	5.676.238	(1.754.662)	61.590.136	(2.496.476)
Operações de crédito vinculadas a cessão	100.703	(838)	5.476	(84)	1.422	(420)	107.601	(1.342)
Outros créditos com características de concessão de crédito	107.599.137	(1.168.888)	1.551.229	(139.634)	3.778.167	(1.845.720)	112.928.533	(3.154.242)
Operações com cartão de crédito	56.210.918	(1.059.521)	1.208.887	(114.765)	331.219	(232.193)	57.751.024	(1.406.479)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.005.472	(97.727)	316.453	(14.804)	3.188.104	(1.480.436)	29.510.029	(1.592.967)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	9.455.007	--	--	--	--	--	9.455.007	--
Diversos	15.927.740	(11.640)	25.889	(10.065)	258.844	(133.091)	16.212.473	(154.796)
Operações de arrendamento mercantil	651.715	(5.187)	4.135	(525)	9.992	(7.361)	665.842	(13.073)
Total	942.020.648	(11.630.979)	59.140.491	(6.682.791)	98.563.689	(51.403.952)	1.099.724.828	(69.717.722)

No período foram revisados os critérios de classificação por estágios dos instrumentos financeiros renegociados, resultando na migração de operações do estágio 2 para o estágio 1, aquelas cuja contraparte apresenta baixo risco de crédito, e do estágio 2 para o 3, as operações reestruturadas (renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Movimentação entre os estágios da carteira de crédito por modalidades

Estágio 1

	31/12/2024	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	833.769.796	103.342.766	(9.456.946)	(28.868.590)	--	898.787.026
Empréstimos e direitos creditórios descontados	292.972.060	51.358.531	(4.889.513)	(12.285.586)	--	327.155.492
Financiamentos	175.119.599	17.999.888	(738.166)	(960.302)	--	191.421.019
Financiamentos rurais	314.087.693	31.656.786	(5.382.223)	(15.586.267)	--	324.775.989
Financiamentos imobiliários	51.489.741	2.339.592	1.552.384	(35.883)	--	55.345.834
Operações de crédito vinculadas a cessão	100.703	(12.031)	572	(552)	--	88.692
Outros créditos com características de concessão de crédito	107.599.137	90.687.862	(3.810.314)	(2.614.203)	--	191.862.482
Títulos com características de concessão de crédito ¹	--	95.791.520	(2.054.406)	(2.304.046)	--	91.433.068
Operações com cartão de crédito	56.210.918	6.991.495	(1.090.416)	(1.613.986)	--	60.498.011
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.005.472	(206.547)	(407.357)	(289.904)	--	25.101.664
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	9.455.007	(2.075.341)	--	--	--	7.379.666
Diversos	15.927.740	(9.813.265)	(258.135)	1.593.733	--	7.450.073
Operações de arrendamento mercantil	651.715	312.589	(2.015)	612	--	962.901
Total da carteira de crédito	942.020.648	194.343.217	(13.269.275)	(31.482.181)	--	1.091.612.409

1 - Referem-se principalmente a títulos e valores mobiliários reclassificados para a carteira de crédito em decorrência de aprimoramento/revisitação no modelo de negócios, conforme indicado na nota 18.

	31/12/2023	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2024
Operações de crédito	746.066.575	114.011.609	(4.909.477)	(21.398.911)	--	833.769.796
Empréstimos e direitos creditórios descontados	272.443.357	30.795.517	(943.603)	(9.323.211)	--	292.972.060
Financiamentos	136.647.865	41.337.370	(393.261)	(2.472.375)	--	175.119.599
Financiamentos rurais	293.471.814	35.023.940	(4.690.243)	(9.717.818)	--	314.087.693
Financiamentos imobiliários	43.380.292	6.877.365	1.117.632	114.452	--	51.489.741
Operações de crédito vinculadas a cessão	123.247	(22.583)	(2)	41	--	100.703
Outros créditos com características de concessão de crédito	96.919.866	12.845.345	(188.897)	(1.977.177)	--	107.599.137
Operações com cartão de crédito	50.387.972	6.063.240	(90.933)	(149.361)	--	56.210.918
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	23.942.006	3.972.948	(97.964)	(1.811.518)	--	26.005.472
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	10.539.278	(1.084.271)	--	--	--	9.455.007
Diversos	12.050.610	3.893.428	--	(16.298)	--	15.927.740
Operações de arrendamento mercantil	472.184	174.966	8.210	(3.645)	--	651.715
Total da carteira de crédito	843.458.625	127.031.920	(5.090.164)	(23.379.733)	--	942.020.648



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

	31/12/2024	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	57.585.127	(18.816.271)	9.456.946	(16.802.882)	--	31.422.920
Empréstimos e direitos creditórios descontados	33.652.485	(17.342.372)	4.889.513	(8.367.628)	--	12.831.998
Financiamentos	5.684.779	(3.991.847)	738.166	(572.936)	--	1.858.162
Financiamentos rurais	13.818.230	3.106.000	5.382.223	(7.223.310)	--	15.083.143
Financiamentos imobiliários	4.424.157	(583.416)	(1.552.384)	(639.008)	--	1.649.349
Operações de crédito vinculadas a cessão	5.476	(4.636)	(572)	--	--	268
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.551.229	342.509	3.810.314	(1.190.645)	--	4.513.407
Títulos com características de concessão de crédito ¹	--	411.574	2.054.406	(411.086)	--	2.054.894
Operações com cartão de crédito	1.208.887	350.346	1.090.416	(764.850)	--	1.884.799
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	316.453	(390.497)	407.357	(5.382)	--	327.931
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	--	105	--	--	--	105
Diversos	25.889	(29.019)	258.135	(9.327)	--	245.678
Operações de arrendamento mercantil	4.135	(2.489)	2.015	(1.582)	--	2.079
Total da carteira de crédito	59.140.491	(18.476.251)	13.269.275	(17.995.109)	--	35.938.406

1- Referem-se principalmente a títulos e valores mobiliários reclassificados para a carteira de crédito em decorrência de aprimoramento/revisitação no modelo de negócios, conforme indicado na nota 18.

	31/12/2023	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2024
Operações de crédito	67.091.246	(2.686.464)	4.909.477	(11.729.132)	--	57.585.127
Empréstimos e direitos creditórios descontados	42.200.957	(2.553.225)	943.603	(6.938.850)	--	33.652.485
Financiamentos	5.138.819	529.700	393.261	(377.001)	--	5.684.779
Financiamentos rurais	13.327.848	(429.616)	4.690.243	(3.770.245)	--	13.818.230
Financiamentos imobiliários	6.416.251	(231.615)	(1.117.632)	(642.847)	--	4.424.157
Operações de crédito vinculadas a cessão	7.371	(1.708)	2	(189)	--	5.476
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.661.984	(257.428)	188.897	(42.224)	--	1.551.229
Operações com cartão de crédito	1.437.259	(301.647)	90.933	(17.658)	--	1.208.887
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	216.234	23.862	97.964	(21.607)	--	316.453
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	--	--	--	--	--	--
Diversos	8.491	20.357	--	(2.959)	--	25.889
Operações de arrendamento mercantil	18.332	(5.987)	(8.210)	--	--	4.135
Total da carteira de crédito	68.771.562	(2.949.879)	5.090.164	(11.771.356)	--	59.140.491



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

	31/12/2024	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	94.775.530	(5.190.971)	28.868.590	16.802.882	(42.994.802)	92.261.229
Empréstimos e direitos creditórios descontados	52.335.776	3.374.020	12.285.586	8.367.628	(28.074.377)	48.288.633
Financiamentos	8.010.304	(492.253)	960.302	572.936	(3.637.921)	5.413.368
Financiamentos rurais	28.751.790	(6.839.303)	15.586.267	7.223.310	(11.001.792)	33.720.272
Financiamentos imobiliários	5.676.238	(1.231.599)	35.883	639.008	(280.712)	4.838.818
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.422	(1.836)	552	--	--	138
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.778.167	6.884.245	2.614.203	1.190.645	(4.557.535)	9.909.725
Títulos com características de concessão de crédito ¹	--	6.077.830	2.304.046	411.086	(460.282)	8.332.680
Operações com cartão de crédito	331.219	483.600	1.613.986	764.850	(2.858.766)	334.889
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	3.188.104	(1.560.971)	289.904	5.382	(1.027.067)	895.352
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	--	--	--	--	--	--
Diversos	258.844	1.883.786	(1.593.733)	9.327	(211.420)	346.804
Operações de arrendamento mercantil	9.992	174.064	(612)	1.582	--	185.026
Total da carteira de crédito	98.563.689	1.867.338	31.482.181	17.995.109	(47.552.337)	102.355.980

1- Referem-se principalmente a títulos e valores mobiliários reclassificados para a carteira de crédito em decorrência de aprimoramento/revisitação no modelo de negócios, conforme indicado na nota 18.

	31/12/2023	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2024
Operações de crédito	60.758.817	35.478.414	21.398.911	11.729.132	(34.589.744)	94.775.530
Empréstimos e direitos creditórios descontados	40.374.670	22.171.489	9.323.211	6.938.850	(26.472.444)	52.335.776
Financiamentos	4.633.864	2.036.850	2.472.375	377.001	(1.509.786)	8.010.304
Financiamentos rurais	10.481.970	10.488.317	9.717.818	3.770.245	(5.706.560)	28.751.790
Financiamentos imobiliários	5.266.819	781.978	(114.452)	642.847	(900.954)	5.676.238
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.494	(220)	(41)	189	--	1.422
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.589.158	662.294	1.977.177	42.224	(492.686)	3.778.167
Operações com cartão de crédito	358.846	(191.894)	149.361	17.658	(2.752)	331.219
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	766.642	588.337	1.811.518	21.607	--	3.188.104
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	--	--	--	--	--	--
Diversos	463.670	265.851	16.298	2.959	(489.934)	258.844
Operações de arrendamento mercantil	4.331	4.516	3.645	--	(2.500)	9.992
Total da carteira de crédito	62.352.306	36.145.224	23.379.733	11.771.356	(35.084.930)	98.563.689



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Estágio 1

	31/12/2024	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	10.456.904	(483.935)	1.117.845	2.529.024	--	13.619.838
Empréstimos e direitos creditórios descontados	5.056.805	(2.970.436)	283.563	1.733.355	--	4.103.287
Financiamentos	771.866	(487.311)	131.459	118.763	--	534.777
Financiamentos rurais	4.275.553	3.276.561	625.427	586.596	--	8.764.137
Financiamentos imobiliários	351.842	(301.911)	77.393	90.310	--	217.634
Operações de crédito vinculadas a cessão	838	(838)	3	--	--	3
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.168.888	(999.040)	5.527	801.695	--	977.070
Títulos com características de concessão de crédito ¹	--	97.117	(14.448)	162.261	--	244.930
Operações com cartão de crédito	1.059.521	(404.953)	26.082	(18.087)	--	662.563
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	97.727	(57.775)	(2.825)	12.659	--	49.786
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	--	13.359	--	--	--	13.359
Diversos	11.640	(646.788)	(3.282)	644.862	--	6.432
Operações de arrendamento mercantil	5.187	(3.877)	6	1.591	--	2.907
Total	11.630.979	(1.486.852)	1.123.378	3.332.310	--	14.599.815

1- Referem-se principalmente a títulos e valores mobiliários reclassificados para a carteira de crédito em decorrência de aprimoramento/revisitação no modelo de negócios, conforme indicado na nota 18.

	31/12/2023	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2024
Operações de crédito	7.985.657	15.469.196	(1.419.847)	(11.578.102)	--	10.456.904
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.700.942	6.866.981	(503.941)	(6.007.177)	--	5.056.805
Financiamentos	734.761	1.024.571	(120.754)	(866.712)	--	771.866
Financiamentos rurais	2.132.270	7.441.291	(690.341)	(4.607.667)	--	4.275.553
Financiamentos imobiliários	416.447	136.726	(104.785)	(96.546)	--	351.842
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.237	(373)	(26)	--	--	838
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.846.032	(129.381)	(57.117)	(490.646)	--	1.168.888
Operações com cartão de crédito	1.706.136	(448.373)	(56.514)	(141.728)	--	1.059.521
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	63.011	367.938	(603)	(332.619)	--	97.727
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	30.659	(30.659)	--	--	--	--
Diversos	46.226	(18.287)	--	(16.299)	--	11.640
Operações de arrendamento mercantil	5.813	2.306	(170)	(2.762)	--	5.187
Total	9.837.502	15.342.121	(1.477.134)	(12.071.510)	--	11.630.979



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

	31/12/2024	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	6.542.632	9.927.295	(1.117.845)	(4.207.344)	--	11.144.738
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.241.656	2.588.693	(283.563)	(2.392.420)	--	4.154.366
Financiamentos	218.563	406.209	(131.459)	(137.138)	--	356.175
Financiamentos rurais	1.692.357	7.171.956	(625.427)	(1.646.458)	--	6.592.428
Financiamentos imobiliários	389.972	(239.482)	(77.393)	(31.328)	--	41.769
Operações de crédito vinculadas a cessão	84	(81)	(3)	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	139.634	802.985	(5.527)	(223.294)	--	713.798
Títulos com características de concessão de crédito ¹	--	399.762	14.448	(105.637)	--	308.573
Operações com cartão de crédito	114.765	328.694	(26.082)	(123.119)	--	294.258
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	14.804	20.387	2.825	8.796	--	46.812
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	--	53	--	--	--	53
Diversos	10.065	54.089	3.282	(3.334)	--	64.102
Operações de arrendamento mercantil	525	198	(6)	(230)	--	487
Total	6.682.791	10.730.478	(1.123.378)	(4.430.868)	--	11.859.023

1 - Referem-se principalmente a títulos e valores mobiliários reclassificados para a carteira de crédito em decorrência de aprimoramento/revisitação no modelo de negócios, conforme indicado na nota 18.

	31/12/2023	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2024
Operações de crédito	6.882.505	5.689.648	1.419.847	(7.449.368)	--	6.542.632
Empréstimos e direitos creditórios descontados	5.274.642	3.897.482	503.941	(5.434.409)	--	4.241.656
Financiamentos	204.681	82.079	120.754	(188.951)	--	218.563
Financiamentos rurais	990.286	1.615.160	690.341	(1.603.430)	--	1.692.357
Financiamentos imobiliários	412.763	94.919	104.785	(222.495)	--	389.972
Operações de crédito vinculadas a cessão	133	8	26	(83)	--	84
Outros créditos com características de concessão de crédito	171.805	(59.903)	57.117	(29.385)	--	139.634
Operações com cartão de crédito	147.415	(74.958)	56.514	(14.206)	--	114.765
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	22.986	4.597	603	(13.382)	--	14.804
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	--	--	--	--	--	--
Diversos	1.404	10.458	--	(1.797)	--	10.065
Operações de arrendamento mercantil	260	95	170	--	--	525
Total	7.054.570	5.629.840	1.477.134	(7.478.753)	--	6.682.791



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

	31/12/2024	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	49.550.871	55.744.166	(2.529.024)	4.207.344	(42.994.802)	63.978.555
Empréstimos e direitos creditórios descontados	30.414.855	30.428.857	(1.733.355)	2.392.420	(28.074.377)	33.428.400
Financiamentos	4.726.332	3.038.363	(118.763)	137.138	(3.637.921)	4.145.149
Financiamentos rurais	12.654.602	22.934.509	(586.596)	1.646.458	(11.001.792)	25.647.181
Financiamentos imobiliários	1.754.662	(657.143)	(90.310)	31.328	(280.712)	757.825
Operações de crédito vinculadas a cessão	420	(420)	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.845.720	9.507.433	(801.695)	223.294	(4.557.535)	6.217.217
Títulos com características de concessão de crédito ¹	--	5.666.919	(162.261)	105.637	(460.282)	5.150.013
Operações com cartão de crédito	232.193	2.705.944	18.087	123.119	(2.858.766)	220.577
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.480.436	163.237	(12.659)	(8.796)	(1.027.067)	595.151
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	--	--	--	--	--	--
Diversos	133.091	971.333	(644.862)	3.334	(211.420)	251.476
Operações de arrendamento mercantil	7.361	176.564	(1.591)	230	--	182.564
Total	51.403.952	65.428.163	(3.332.310)	4.430.868	(47.552.337)	70.378.336

1 - Referem-se principalmente a títulos e valores mobiliários reclassificados para a carteira de crédito em decorrência de aprimoramento/revisitação no modelo de negócios, conforme indicado na nota 18.

	31/12/2023	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2024
Operações de crédito	34.913.677	30.199.468	11.578.102	7.449.368	(34.589.744)	49.550.871
Empréstimos e direitos creditórios descontados	24.643.532	20.802.181	6.007.177	5.434.409	(26.472.444)	30.414.855
Financiamentos	2.871.413	2.309.042	866.712	188.951	(1.509.786)	4.726.332
Financiamentos rurais	5.380.143	6.769.922	4.607.667	1.603.430	(5.706.560)	12.654.602
Financiamentos imobiliários	2.018.086	318.489	96.546	222.495	(900.954)	1.754.662
Operações de crédito vinculadas a cessão	503	(166)	--	83	--	420
Outros créditos com características de concessão de crédito	984.321	834.054	490.646	29.385	(492.686)	1.845.720
Operações com cartão de crédito	260.687	(181.676)	141.728	14.206	(2.752)	232.193
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	380.237	754.198	332.619	13.382	--	1.480.436
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	--	--	--	--	--	--
Diversos	343.397	261.532	16.299	1.797	(489.934)	133.091
Operações de arrendamento mercantil	2.606	4.493	2.762	--	(2.500)	7.361
Total	35.900.604	31.038.015	12.071.510	7.478.753	(35.084.930)	51.403.952



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	31/12/2025			31/12/2024		
	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente
Até um ano ¹	620.639	(134.904)	485.735	270.239	(50.977)	219.262
Entre um e cinco anos	820.974	(178.449)	642.525	550.048	(103.758)	446.290
Após cinco anos	27.787	(6.041)	21.746	357	(67)	290
Total	1.469.400	(319.394)	1.150.006	820.644	(154.802)	665.842

1 - Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Perdas líquidas esperadas da carteira de crédito

	Exercício/2025	Exercício/2024
Constituição	(74.881.418)	(51.787.475)
Recuperação ¹	4.524.451	7.820.214
Perdas líquidas esperadas na carteira de crédito	(70.356.967)	(43.967.261)

1 - Refere-se apenas à recuperação de principal.

i) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Exercício/2025	Exercício/2024
Saldo inicial	(69.717.722)	(52.792.676)
(Constituição)/reversão de perdas esperadas	(74.881.418)	(51.787.475)
Variação cambial - provisões no exterior	209.629	(222.501)
Baixas para prejuízo	47.552.337	35.084.930
Saldo final	(96.837.174)	(69.717.722)

j) Créditos renegociados

	Exercício/2025
Saldo inicial	83.503.359
Renegociações	16.740.489
Reestruturações	26.105.933
(Recebimento) e apropriação de juros	(27.381.459)
Baixas para prejuízo	(19.198.713)
Saldo final ¹	79.769.609
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada	54,0%

1 - Inclui o valor de R\$ 74 mil referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 64.495.573 mil dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

k) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	637.488.377	122.297.111	87.768	759.873.256	27.309.860	279.844	--	27.589.704	69.600.402	44.562	--	69.644.964	734.398.639	122.621.517	87.768	857.107.924
Varejo PF	317.446.514	120.261.234	87.768	437.795.516	12.722.575	279.482	--	13.002.057	39.256.167	43.716	--	39.299.883	369.425.256	120.584.432	87.768	490.097.456
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	454.124.032	110.432.665	17.466.745	582.023.442	8.628.546	116.062	4.955	8.749.563	32.755.578	13.295	589.398	33.358.271	495.508.156	110.562.022	18.061.098	624.131.276
Atacado	313.077.837	83.039.733	16.254.993	412.372.563	3.459.812	28.573	157	3.488.542	19.994.360	6.189	585.925	20.586.474	336.532.009	83.074.495	16.841.075	436.447.579
Varejo MPE	100.789.494	25.946.372	1.211.752	127.947.618	4.938.762	87.089	4.798	5.030.649	12.088.270	7.106	3.473	12.098.849	117.816.526	26.040.567	1.220.023	145.077.116
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	1.091.612.409	232.729.776	17.554.513	1.341.896.698	35.938.406	395.906	4.955	36.339.267	102.355.980	57.857	589.398	103.003.235	1.229.906.795	233.183.539	18.148.866	1.481.239.200
%	81,35%	17,34%	1,31%	100,00%	98,90%	1,09%	0,01%	100,00%	99,37%	0,06%	0,57%	100,00%	83,03%	15,74%	1,23%	100,00%

	31/12/2024															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	578.333.339	109.211.449	382.706	687.927.494	41.471.066	1.813.677	--	43.284.743	62.959.557	133.374	--	63.092.931	682.763.962	111.158.500	382.706	794.305.168
Varejo PF	261.962.046	99.034.906	334.339	361.331.291	26.970.036	1.693.891	--	28.663.927	33.577.059	91.549	--	33.668.608	322.509.141	100.820.346	334.339	423.663.826
Produtor rural	316.371.293	10.176.543	48.367	326.596.203	14.501.030	119.786	--	14.620.816	29.382.498	41.825	--	29.424.323	360.254.821	10.338.154	48.367	370.641.342
Pessoas jurídicas	363.687.309	87.687.692	9.911.088	461.286.089	17.669.425	1.157.016	28.991	18.855.432	35.604.132	1.995.642	1.816.179	39.415.953	416.960.866	90.840.350	11.756.258	519.557.474
Atacado	280.643.389	68.308.484	9.717.950	358.669.823	9.208.020	476.975	28.954	9.713.949	22.744.810	1.212.655	1.313.432	25.270.897	312.596.219	69.998.114	11.060.336	393.654.669
Varejo MPE	83.034.482	19.378.721	193.138	102.606.341	8.461.291	680.039	37	9.141.367	12.857.743	782.914	502.747	14.143.404	104.353.516	20.841.674	695.922	125.891.112
Produtor rural	9.438	487	--	9.925	114	2	--	116	1.579	73	--	1.652	11.131	562	--	11.693
Total	942.020.648	196.899.141	10.293.794	1.149.213.583	59.140.491	2.970.693	28.991	62.140.175	98.563.689	2.129.016	1.816.179	102.508.884	1.099.724.828	201.998.850	12.138.964	1.313.862.642
%	81,97%	17,13%	0,90%	100,00%	95,17%	4,78%	0,05%	100,00%	96,15%	2,08%	1,77%	100,00%	83,71%	15,37%	0,92%	100,00%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20– Investimentos em coligadas e joint ventures

a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial		Dividendos	
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024
	Total	ON	Total	ON								
Coligadas ¹ e joint ventures ²												
Banco Votorantim S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	13.066.541	12.874.566	6.533.270	6.437.282	629.384	563.486	605.000	475.000
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ³	74,99	49,99	74,99	49,99	6.986.599	6.938.223	5.239.600	5.203.321	1.206.181	1.801.907	1.647.628	1.792.333
Cielo S.A. ⁴	29,17	29,17	29,17	29,17	11.133.797	9.249.854	3.612.128	3.062.570	550.757	419.841	--	1.232.422
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ⁵	30,00	1,38	30,00	1,38	9.501.112	9.064.396	2.850.333	2.719.319	394.303	330.725	263.568	321.999
BB Mapfre Participações S.A. ⁶	74,99	49,99	74,99	49,99	3.111.324	3.105.266	3.021.605	3.017.062	3.779.824	3.294.121	3.801.054	3.284.562
Elo Participações Ltda.	49,99	49,99	49,99	49,99	2.612.485	4.653.423	1.305.981	2.326.246	981.553	749.691	2.026.237	462
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ⁷	49,99	49,99	49,99	49,99	1.463.162	1.537.537	731.435	768.615	26.383	50.760	61.095	19.288
Brasilcap Capitalização S.A. ⁸	66,77	49,99	66,77	49,99	1.026.258	803.745	795.956	647.390	179.179	187.464	30.685	174.761
Outros ⁹							492.737	470.116	103.613	78.889	93.356	110.864
Resultado não realizado ¹⁰							(2.666.456)	(2.828.628)				
Total							21.916.589	21.823.293	7.851.177	7.476.884	8.528.623	7.411.691

1 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

2 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

3 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 51,19%.

4 - Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 364.332 mil.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49% (64,49% em 31/12/2024), em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

6 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 51,19%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 688.423 mil.

7 - Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários.

8 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 45,57%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

9 - Incluem as participações nas seguintes empresas: Brásil Dental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Cadam S.A., Ciclic Corretora de Seguros S.A., Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – QUOD, Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP, Galgo Sistemas de Informações S.A., Tecnologia Bancária S.A. – Tecban, Câmara Interbancárias de Pagamentos – CIP e Broto S.A. O valor contábil dos investimentos contempla perda por impairment acumulada no valor de R\$ 2.826 mil (R\$ 2.784 mil em 31/12/2024).

10 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das coligadas e joint ventures relevantes

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	Pais de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1 - Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31/12/2025							
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	61.565.655	453.243.360	111.794.249	3.444.825	259.030	1.433.582	459.711	6.105.602
Caixa e equivalentes de caixa	742.154	26.491	8.816.123	1.188.623	552	286.798	1.651	964
Outros ativos circulantes	60.823.501	453.216.869	102.978.126	2.256.202	258.478	1.146.784	458.060	6.104.638
Ativos não circulantes	77.270.185	19.191.023	9.707.626	7.613.443	2.853.655	1.796.081	1.258.722	7.815.008
Passivos circulantes	85.331.209	64.976.583	100.201.588	1.552.426	1.361	597.993	234.973	11.494.042
Passivos financeiros	79.794.330	2.640.293	143.200	87.708	--	4.137	--	--
Outros passivos circulantes	5.536.879	62.336.290	100.058.388	1.464.718	1.361	593.856	234.973	11.494.042
Passivos não circulantes	40.438.090	400.471.201	10.166.490	4.730	--	19.185	20.298	1.400.310
Passivos financeiros	38.652.755	24.093	9.989.848	--	--	687	--	9.162
Outros passivos não circulantes	1.785.335	400.447.108	176.642	4.730	--	18.498	20.298	1.391.148
Receitas	21.873.360	62.241.741	6.074.858	5.572.887	5.042.951	2.068.090	467.980	8.209.141
Receita de juros	21.873.360	59.928.859	478.680	--	36.291	30.256	--	1.411.548
Despesa de juros	(13.754.513)	(59.520.031)	(1.779.241)	(887)	--	(87.719)	(841)	(817.952)
Despesa líquida com perdas esperadas na carteira de crédito	(2.297.403)	--	--	--	--	--	--	--
Depreciação e amortização	(452.571)	--	(517.778)	(386.954)	--	--	(82.324)	(3.304)
IR e CSLL	97.221	(1.008.596)	(82.696)	(685.342)	11.369	(5.376)	(903)	(163.013)
Lucro ou (prejuízo) do período	1.258.769	1.608.349	1.888.094	1.314.345	5.040.437	1.963.500	52.776	268.362
Outros resultados abrangentes	242.650	(186.538)	169.676	--	49.615	--	(4.937)	108
Resultado abrangente total	1.501.419	1.421.811	2.057.770	1.314.345	5.090.052	1.963.500	47.839	268.470
Patrimônio líquido	13.066.541	6.986.599	11.133.797	9.501.112	3.111.324	2.612.485	1.463.162	1.026.258
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento ⁽¹⁾	6.533.270	5.239.600	3.247.796	2.850.333	2.333.182	1.305.981	731.435	685.207
Ágio sobre investimentos	--	--	364.332	--	688.423	--	--	110.749
Resultado não realizado	(1.764)	--	--	(2.219.620)	--	--	(445.072)	--

1 - Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2024							
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	69.874.908	416.074.864	110.824.639	2.352.195	277.504	963.331	451.511	6.085.371
Caixa e equivalentes de caixa	518.385	28.576	12.944.260	779.119	--	59.377	19.830	370
Outros ativos circulantes	69.356.523	416.046.288	97.880.379	1.573.076	277.504	903.954	431.681	6.085.001
Ativos não circulantes	68.854.533	18.192.988	9.430.140	7.942.503	2.828.808	4.746.611	1.324.642	7.445.779
Passivos circulantes	84.764.364	53.790.732	106.190.402	1.225.850	1.046	965.266	200.030	11.418.697
Passivos financeiros	82.740.507	1.524.892	3.105.827	20.208	--	4.919	--	--
Outros passivos circulantes	2.023.857	52.265.840	103.084.575	1.205.642	1.046	960.347	200.030	11.418.697
Passivos não circulantes	41.090.511	373.538.897	4.814.523	4.452	--	91.253	38.586	1.308.708
Passivos financeiros	39.202.362	317.054	4.498.339	--	--	1.813	--	10.291
Outros passivos não circulantes	1.888.149	373.221.843	316.184	4.452	--	89.440	38.586	1.298.417
Receitas	21.006.588	40.380.991	5.906.761	4.484.402	4.411.764	1.633.577	560.183	7.893.214
Receita de juros	21.006.588	36.856.189	51.074	85.474	8.293	92.802	--	1.176.426
Despesa de juros	(14.903.275)	(36.324.728)	(1.388.120)	(5.216)	--	(40.591)	(1.569)	(686.767)
Despesa líquida com perdas esperadas na carteira de crédito	(1.117.144)	--	--	--	--	--	--	--
Depreciação e amortização	(631.652)	--	(499.102)	(387.188)	--	--	(84.309)	(3.059)
IR e CSLL	15	(1.550.578)	2.098	(571.902)	(2.310)	(25.846)	(8.018)	(161.185)
Lucro ou (prejuízo) do período	1.126.972	2.402.703	1.439.292	1.102.416	4.392.747	1.499.682	101.540	280.771
Outros resultados abrangentes	(287.231)	(338.513)	2.327	--	(51.272)	--	(26.248)	18.499
Resultado abrangente total	839.741	2.064.190	1.441.619	1.102.416	4.341.475	1.499.682	75.292	299.270
Patrimônio líquido	12.874.566	6.938.223	9.249.854	9.064.396	3.105.266	4.653.423	1.537.537	803.745
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento ⁽¹⁾	6.437.282	5.203.321	2.698.238	2.719.319	2.328.639	2.326.246	768.615	536.641
Ágio sobre investimentos	--	--	364.332	--	688.423	--	--	110.749
Resultado não realizado	(2.481)	--	--	(2.335.427)	--	--	(490.720)	--

1 - Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Movimentação

Empresa	Saldo inicial	Movimentações			Saldo final
	31/12/2024	Resultado de equivalência	Dividendos	Demais ¹	31/12/2025
Banco Votorantim S.A.	6.437.282	629.384	(605.000)	71.604	6.533.270
Brasileprev Seguros e Previdência S.A.	5.203.321	1.206.181	(1.647.628)	477.726	5.239.600
Cielo S.A.	3.062.570	550.757	--	(1.199)	3.612.128
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	2.719.319	394.303	(263.568)	279	2.850.333
BB Mapfre Participações S.A.	3.017.062	3.779.824	(3.801.054)	25.773	3.021.605
Elo Participações Ltda.	2.326.246	981.553	(2.026.237)	24.419	1.305.981
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	768.615	26.383	(61.095)	(2.468)	731.435
Brasilcap Capitalização S.A.	647.390	179.179	(30.685)	72	795.956
Outros	470.116	103.613	(93.356)	12.364	492.737
Subtotal	24.651.921	7.851.177	(8.528.623)	608.570	24.583.045
Resultado não realizado	(2.828.628)	--	--	162.172	(2.666.456)
Total	21.823.293	7.851.177	(8.528.623)	770.742	21.916.589

1 - Refere-se principalmente aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variação cambial sobre investimento no exterior e ajustes de exercícios anteriores realizados pelas investidas.

e) Outras informações

Os investimentos em coligadas e joint ventures não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco esteja exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e joint ventures apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e joint ventures nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e joint ventures não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

Todos os investimentos do Banco em joint ventures são estruturados por meio de veículos separados.

21- Envolvimento com entidades estruturadas

Entidades estruturadas são entidades projetadas de modo que os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade. Normalmente, os direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as características abaixo:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido;
- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado; e
- financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (tranches).



Entidades estruturadas usualmente não realizam atividades comerciais e, normalmente, não possuem empregados. Os principais propósitos de uma entidade estruturada são oferecer aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer liquidez por meio de securitização de ativos financeiros.

As participações em entidades estruturadas referem-se a um envolvimento contratual e não contratual que expõem o Banco à variabilidade de retornos oriundos do desempenho da outra entidade. Essas participações normalmente são comprovadas pela posse de instrumentos de patrimônio ou de dívida, bem como outras formas de envolvimento, tais como, o recebimento de taxas pela gestão de ativos, o fornecimento de recursos como fonte de financiamento (funding), suporte de liquidez, melhoria de crédito e/ou garantias. A extensão da participação do Banco em entidades estruturadas irá variar dependendo da finalidade para a qual a entidade foi constituída.

Entidades estruturadas geralmente financiam a compra de ativos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários que são garantidos e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de patrimônio emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

a) Entidades estruturadas consolidadas

Os veículos de securitização e os fundos de investimentos controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, são classificados como entidades estruturadas consolidadas. Nestas entidades, os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade.

O Banco consolida as entidades estruturadas quando tem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos das entidades.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A EPE Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- (i) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- (iii) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE Dollar com os recursos acumulados em sua conta. A EPE Dollar não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

O seu capital social subscrito é de US\$ 1 mil dividido em 1.000 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 1.000 ações ordinárias foram emitidas para o BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited, na qualidade de curador de uma entidade das Ilhas Cayman. Dessa forma, BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited é o único acionista da EPE Dollar. O Banco é o titular dos "Direitos sobre Remessa" e único beneficiário dos recursos captados pela EPE Dollar, além de ser o responsável por enviar recursos financeiros para pagamento periódico de principal e juros dos valores mobiliários.



Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A EPE Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- (i) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- (iii) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE Loans com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a EPE Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE Loans não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

O capital integralizado da EPE Loans é de US\$ 250 dividido em 250 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 250 ações ordinárias foram emitidas para a empresa Maples Corporate Services e, em seguida, transferidas para a MaplesFS Limited, que é uma empresa de responsabilidade limitada constituída nas Ilhas Cayman. A MaplesFS Limited é uma provedora independente de serviços fiduciários especializados e única acionista da EPE Loans. O Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, é a única contraparte da EPE Loans nas operações compromissadas.

b) Entidades estruturadas não consolidadas

Fundos de investimento

O Banco administra diversos fundos de investimento, os quais são considerados como entidades estruturadas não consolidadas. O Banco mantém participações nesses fundos por meio do recebimento de taxas de administração entre outras e, em algumas situações, participação direta por meio de aquisição de cotas.

Os fundos de investimento possuem diferentes objetivos e políticas de investimento, porém todos eles aplicam o capital recebido com o objetivo de proporcionar aos investidores retornos a partir da apreciação do capital investido, rendimentos sobre os ativos ou ambos. Os fundos de investimento têm sido financiados por meio de capital fornecido pelos investidores e, em algumas circunstâncias, temporariamente pelo Banco (seed capital).

O Banco não consolida um fundo de investimento quando atua exclusivamente como um agente ou quando a outra parte investidora do fundo tem a capacidade de dirigir suas atividades relevantes.



Grupos de consórcios

O Banco organiza e administra grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes. O Banco mantém participações nesses grupos por meio de recebimento de taxas de administração de cotas de consórcio.

Os ativos off-balance, que representam os recursos dos grupos de consórcios, referem-se principalmente a:

- (i) aplicações dos recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, em fundos de investimento;
- (ii) direitos junto a consorciados contemplados;
- (iii) previsão mensal de recursos a receber de consorciados;
- (iv) contribuições devidas aos grupos e
- (v) bens a contemplar.

Gestão sobre os ativos detidos por entidades estruturadas

A tabela a seguir demonstra os tipos, natureza e propósitos das entidades estruturadas não consolidadas em que o Banco detenha participação, assim como o valor total de ativos mantidos pelas entidades.

Tipo	Natureza e propósito	Participações detidas	Total de ativos	
			31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimentos	• gerar taxas e comissões pela administração de ativos em nome dos investidores • estes veículos são financiados mediante a emissão de cotas para os investidores	• investimento em cotas emitidas pelos fundos • taxas de administração e outras	1.848.188.237	1.625.867.251
Grupos de consórcios	• administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso de bens e serviços	• taxas de administração de cotas de consórcios e outras	184.430.001	172.574.093
Total			2.032.618.238	1.798.441.344

Exposição máxima à perda

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis das participações detidas pelo Banco nas entidades estruturadas não consolidadas. A exposição máxima a perdas está limitada aos valores apresentados na tabela.

	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimentos	382.499	468.440



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22– Ativo imobilizado

	De uso							Total	De direito de uso
	Edificações	Móveis e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Terrenos	Veículos	Outros		
Vida útil estimada (em anos)	10-25	10	5-10	10-25	--	10	10		
Taxa anual de depreciação	4 - 10%	10 - 20%	10 - 20%	--	--	10%	--		
Custo de aquisição									
Saldo em 31/12/2023	7.149.038	5.185.778	6.370.985	4.623.127	363.472	14.685	741.808	24.448.893	9.442.686
Aquisições	598.796	436.017	1.334.100	509.219	--	5.721	88.463	2.972.316	1.239.108
Baixas	(1.375)	(360.372)	(480.305)	(68.552)	--	(446)	(46.173)	(957.223)	(19.003)
Variação cambial	87	13.517	9.813	24.547	--	212	3.357	51.533	--
Outras movimentações ¹	190.481	428.774	4.554	70.839	51.935	6.556	38.920	792.059	600.907
Saldo em 31/12/2024	7.937.027	5.703.714	7.239.147	5.159.180	415.407	26.728	826.375	27.307.578	11.263.698
Aquisições	773.046	641.114	1.825.455	702.849	--	16	82.292	4.024.772	1.861.975
Baixas	(1.396)	(224.481)	(633.366)	(81.930)	--	(302)	(55.647)	(997.122)	(1.370.772)
Variação cambial	(6.228)	(15.628)	(16.027)	(13.670)	--	(1.136)	(9.905)	(62.594)	--
Outras movimentações ¹	(1.007.420)	(175.412)	7.085	(69.924)	(35.353)	(1.216)	228.802	(1.053.438)	1.264.139
Saldo em 31/12/2025	7.695.029	5.929.307	8.422.294	5.696.505	380.054	24.090	1.071.917	29.219.196	13.019.040
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2023	(3.736.847)	(2.725.004)	(4.012.170)	(3.133.509)	--	(10.674)	(500.561)	(14.118.765)	(5.623.702)
Despesa de depreciação	(194.486)	(383.051)	(595.929)	(231.586)	--	(1.261)	(52.337)	(1.458.650)	(1.183.647)
Baixas	1.319	247.003	437.536	55.537	--	442	37.055	778.892	286.559
Variação cambial	172	7.018	9.558	21.362	--	39	1.888	40.037	--
Outras movimentações ¹	(79.747)	(374.649)	17.332	(110.643)	--	(2.558)	2.098	(548.167)	(308.796)
Saldo em 31/12/2024	(4.009.589)	(3.228.683)	(4.143.673)	(3.398.839)	--	(14.012)	(511.857)	(15.306.653)	(6.829.586)
Despesa de depreciação	(208.813)	(416.644)	(743.970)	(264.312)	--	(1.302)	(55.121)	(1.690.162)	(1.578.546)
Baixas	3.107	203.319	625.771	74.773	--	207	48.575	955.752	388.241
Variação cambial	(3.338)	(4.475)	(4.114)	(10.677)	--	(335)	(2.026)	(24.965)	--
Outras movimentações ¹	404.871	177.419	14.878	119.598	--	1.187	(137.129)	580.824	(211.271)
Saldo em 31/12/2025	(3.813.762)	(3.269.064)	(4.251.108)	(3.479.457)	--	(14.255)	(657.558)	(15.485.204)	(8.231.162)
Perdas por redução ao valor recuperável									
Saldo em 31/12/2023	(18.028)	(13.078)	--	--	--	--	--	(31.106)	--
Perdas	(1.758)	(5.546)	--	--	--	--	--	(7.304)	--
Reversões	304	39	--	--	--	--	--	343	--
Saldo em 31/12/2024	(19.482)	(18.585)	--	--	--	--	--	(38.067)	--
Perdas	(7.993)	12.932	--	--	--	--	--	4.939	--
Reversões	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Saldo em 31/12/2025	(27.475)	(5.653)	--	--	--	--	--	(33.128)	--
Valor contábil									
Saldo em 31/12/2024	3.907.956	2.456.446	3.095.474	1.760.341	415.407	12.716	314.518	11.962.858	4.434.112
Saldo em 31/12/2025	3.853.792	2.654.590	4.171.186	2.217.048	380.054	9.835	414.359	13.700.864	4.787.878

1 - No imobilizado de uso, inclui o ajuste de R\$ 158.089 mil nas Edificações e Benfeitorias em propriedades de terceiros, do Banco Patagonia, decorrente da hiperinflação na Argentina (R\$ 301.313 mil em 31/12/2024).



O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 580.600 mil (R\$ 589.202 mil em 31/12/2024).

Os valores das perdas e reversões de perdas por desvalorização são registrados em outras despesas na demonstração do resultado consolidado.

Imobilizado de direito de uso

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Análise de vencimento dos passivos de arrendamento – O quadro abaixo apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Até um ano	1.606.570	1.792.431
Entre um e cinco anos	1.443.568	3.383.486
Após cinco anos	2.692.037	1.046.181
Total	5.742.175	6.222.098



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23- Ativos intangíveis

	Software gerado internamente	Software adquirido	Direitos por gestão de folhas de pagamento	Outros ¹	Total
Vida útil estimada	10 anos	10 anos	5 a 10 anos	Estudo técnico	
Custo de aquisição					
Saldo em 31/12/2023	5.379.944	3.373.824	9.966.775	3.917.076	22.637.619
Gerado internamente	1.317.503	--	--	--	1.317.503
Aquisições	--	448.532	1.240.021	--	1.688.553
Baixas	(76.512)	(74.331)	(1.036.354)	(3.917.076)	(5.104.273)
Variação cambial	--	58.016	--	--	58.016
Outras movimentações ²	--	89.170	--	--	89.170
Saldo em 31/12/2024	6.620.935	3.895.211	10.170.442	--	20.686.588
Gerado internamente	1.568.527	--	--	--	1.568.527
Aquisições	--	119.554	1.723.742	61.027	1.904.323
Baixas	(127.263)	(50.736)	(1.742.426)	--	(1.920.425)
Variação cambial	--	(20.045)	--	(2.123)	(22.168)
Outras movimentações ²	--	(22.634)	--	--	(22.634)
Saldo em 31/12/2025	8.062.199	3.921.350	10.151.758	58.904	22.194.211
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2023	(1.606.527)	(2.292.968)	(3.649.816)	(3.917.076)	(11.466.387)
Amortizações	(363.192)	(226.978)	(1.877.089)	--	(2.467.259)
Baixas	23.444	69.938	837.587	3.917.076	4.848.045
Variação cambial	--	(48.113)	--	--	(48.113)
Outras movimentações ²	--	(77.582)	--	--	(77.582)
Saldo em 31/12/2024	(1.946.275)	(2.575.703)	(4.689.318)	--	(9.211.296)
Amortizações	(571.149)	(229.946)	(1.908.473)	--	(2.709.568)
Baixas	14.653	42.806	1.731.830	--	1.789.289
Variação cambial	--	15.676	--	--	15.676
Outras movimentações ²	--	14.369	--	--	14.369
Saldo em 31/12/2025	(2.502.771)	(2.732.798)	(4.865.961)	--	(10.101.530)
Perdas por redução ao valor recuperável³					
Saldo em 31/12/2023	--	(72.437)	(296.866)	--	(369.303)
Perdas	--	(15.337)	--	--	(15.337)
Reversões	--	61.000	174.670	--	235.670
Baixas ⁴	--	--	24.097	--	24.097
Saldo em 31/12/2024	--	(26.774)	(98.099)	--	(124.873)
Perdas	--	(5.531)	--	--	(5.531)
Reversões	--	7.647	83.224	--	90.871
Saldo em 31/12/2025	--	(24.658)	(14.875)	--	(39.533)
Valor contábil					
Saldo em 31/12/2024	4.674.660	1.292.734	5.383.025	--	11.350.419
Saldo em 31/12/2025	5.559.428	1.163.894	5.270.922	58.904	12.053.148

1 - Inclui, principalmente, combinações de negócios relativas a marcas adquiridas, goodwill, carteira de clientes e contratos.

2 - Inclui o valor referente aos ajustes de hiperinflação na Argentina.

3 - Os valores de constituição e de reversão de perdas são registrados em outras receitas/despesas operacionais (Nota 10).

4 - Baixa de provisão devido encerramento de contrato.

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Valores a amortizar	2.639.128	2.350.334	1.409.500	1.348.782	4.246.500	11.994.244



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24– Outros ativos e outros passivos

a) Financeiros

Outros ativos	31/12/2025	31/12/2024
Devedores por depósitos em garantia	39.250.337	38.559.827
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 38.f)	12.367.543	12.026.025
Rendas a receber	11.410.337	8.507.689
Títulos e créditos a receber ¹	3.408.244	3.732.081
Negociação e intermediação de valores	1.899.056	2.439.746
Fundo de compensação de variações salariais	598.591	2.947.503
Relações interfinanceiras/interdependências	--	246.607
Demais	1.916.272	2.079.245
Provisão para perdas associada ao risco de crédito	(5.033.008)	(3.634.237)
Total	65.817.372	66.904.486

1 – Inclui o saldo de R\$981.569 mil (R\$ 1.786.876 mil em 31/12/2024) relativo à equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992.

Outros passivos	31/12/2025	31/12/2024
Fundos financeiros e de desenvolvimento	62.189.713	53.422.534
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO	47.245.963	39.574.279
Marinha Mercante	4.962.643	6.001.738
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	5.277.364	5.171.749
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	2.852.672	1.794.345
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	1.459.293	497.897
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	85.722	97.379
Pasep	123.735	15.399
Outros	182.321	269.748
Obrigações por transações de pagamento	58.285.771	52.393.467
Obrigações por adiantamentos de contratos de câmbio de importação	46.434.377	50.773.101
Passivos de arrendamento	5.086.811	4.839.991
Negociação e intermediação de valores	404.306	227.949
Outros	20.931.539	21.403.865
Total	193.332.517	183.060.907



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Não financeiros

Outros ativos	31/12/2025	31/12/2024
Ativos atuariais (Nota 38.e)	31.774.494	27.338.861
Devedores diversos	4.361.549	4.653.411
Despesas antecipadas	1.436.565	1.541.258
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	381.369	305.437
Demais	1.891.428	1.938.494
Total	39.845.405	35.777.461

Outros passivos	31/12/2025	31/12/2024
Credores diversos	18.258.441	11.600.193
Passivos atuariais (Nota 38.e)	10.715.698	10.006.690
Comissões a apropriar	6.130.044	5.940.071
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	5.180.176	4.555.543
Obrigações por convênios oficiais	1.470.268	1.192.623
Obrigações sociais e estatutárias	1.154.195	4.511.763
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	679.914	418.546
Rendas antecipadas ¹	102.875	1.970.344
Demais	3.038.737	499.260
Total	46.730.348	40.695.033

1 - Refere-se, principalmente, a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, os quais estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

25- Recursos de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Brasil	843.553.760	810.544.535
Depósitos à vista	81.860.502	94.953.387
Sem remuneração	81.621.420	94.707.520
Com remuneração ¹	239.082	245.867
Depósitos de poupança	215.188.602	218.362.609
Depósitos a prazo	546.504.656	497.228.539
Exterior	54.383.689	63.166.156
Depósitos à vista - sem remuneração	10.320.870	12.947.282
Depósitos a prazo	44.062.819	50.218.874
Total	897.937.449	873.710.691

1 - Referem-se a "special accounts", cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26– Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações por operações compromissadas (Nota 26.b)	609.233.273	617.780.080
Obrigações por empréstimos e repasses	84.822.811	80.853.482
Valores a pagar a instituições financeiras	32.983.163	25.390.765
Depósitos interfinanceiros	32.893.966	25.283.067
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação	89.197	107.698
Total	727.039.247	724.024.327

b) Obrigações por operações compromissadas

	31/12/2025	31/12/2024
Carteira própria	482.263.422	297.253.818
Letras Financeiras do Tesouro	439.758.808	268.078.293
Títulos privados	26.629.663	24.484.282
Letras do Tesouro Nacional	8.218.576	9
Títulos no exterior	7.656.375	4.691.234
Carteira de terceiros	126.969.851	320.526.262
Letras do Tesouro Nacional	59.343.209	62.007.710
Letras Financeiras do Tesouro	52.510.997	60.203.375
Notas do Tesouro Nacional	15.111.835	198.315.177
Outros títulos	3.810	--
Total	609.233.273	617.780.080

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	31/12/2025	31/12/2024
Tomados junto a banqueiros	6.519.686	9.602.939	9.692.123	6.774.604	--	32.589.352	35.778.327
Importação	111.852	157.465	51.492	--	--	320.809	285.738
Total	6.631.538	9.760.404	9.743.615	6.774.604	--	32.910.161	36.064.065



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses

Programas	Taxa de atualização (a.a.)	31/12/2025	31/12/2024
Tesouro Nacional - Crédito Rural		1.249.845	82.934
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	506	6.903
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC	Pré 1,00%	1.233.191	20
Outros		6.303	66.166
BNDES	Pré 0,50% a 10,72% TJLP + 0,50% a 5,00% IPCA TLP + 1,99% a 3,20% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%	15.869.546	13.420.673
Caixa Econômica Federal ¹	Pré 4,85% (média)	25.522.638	26.080.370
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 1,60% a 2,10% Selic + 0,75% a 1,41% TFBD + 0,95% a 6,47%	7.647.495	4.754.354
Outras Instituições Oficiais		647.199	451.086
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 13,00% a 14,50% Funding 10,00% a 11,50%	647.171	451.058
Outros		28	28
Do Exterior		975.927	--
Total		51.912.650	44.789.417

1 - Prazo médio da maturidade das operações com a Caixa Econômica Federal é de 352 meses.

27- Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

	31/12/2025	31/12/2024
Recursos de aceites e emissão de títulos	289.751.933	286.024.658
Dívidas subordinadas	41.785.187	39.540.586
Total	331.537.120	325.565.244



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Programa "Global medium-term notes" ¹						17.212.145	25.495.427
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	--	6.324.118
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	290.309	269.435
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	--	225.639
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	398.464	378.753
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	604.569	578.202
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	700.724	686.179
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	4.132.061	4.582.721
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.806.812	3.155.869
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	4.139.934	4.648.744
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	4.139.272	4.645.767
Certificados de depósitos ²						5.295.722	8.097.344
Curto Prazo			0,00% a 16,25%			5.173.363	7.615.959
Longo Prazo			3,02% a 16,25%		2028	122.359	481.385
Certificado de operações estruturadas						275.050	226.383
Curto Prazo			9,53% a 15,77% DI			271.674	223.750
Longo Prazo			12,66% a 15,25% DI		2027	3.376	2.633
Letras de crédito imobiliário						16.103.911	14.706.576
Curto Prazo			69,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,72%			4.410.417	2.963.066
Longo Prazo					2028	11.693.494	11.743.510
Letras de crédito do agronegócio						213.144.186	206.142.331
Curto Prazo			0,96% a 99,50% DI 9,09% a 14,70% p.a.			42.544.901	116.401.339
Longo Prazo					2029	170.599.285	89.740.992
Letras financeiras						28.766.183	20.268.220
Curto Prazo			100,00% do DI + 0,30% a 0,75%			18.007.386	4.573.283
Longo Prazo					2028	10.758.797	15.694.937
Banco Patagonia						262.538	62.443
Curto Prazo	USD	47.222	6,25%	2025	2026	262.538	--
	ARS	937.500	Badlar + 4,50%	2024	2025	--	5.905
	ARS	8.955.224	Badlar + 6,50%	2024	2025	--	56.538
Entidade de propósitos específicos - EPE no exterior						8.715.196	11.063.365
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ³							
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	110.200	372.044
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	2022/2023	2029	3.298.903	4.641.057
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	758.909	928.156
Notas estruturadas³							
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	2014/2015	2034	2.780.707	3.134.059
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.766.477	1.988.049
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários, em poder de controlada no exterior						(22.998)	(37.431)
Total						289.751.933	286.024.658

1 - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor *outstanding*, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2 - Títulos no exterior em USD.

3 - Informações relativas às EPEs podem ser encontradas na Nota 21.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste						11.734.759	14.668.449
Letras financeiras subordinadas						30.015.161	13.787.795
		20.000	100%CDI + 2,75	2021	Perpétuo	21.360	21.039
		2.328.600	100%CDI + 2,60	2022	Perpétuo	2.440.658	2.415.629
		199.800	100%CDI + 2,50	2023	Perpétuo	217.327	213.059
		2.639.600	100%CDI + 2,25	2023	Perpétuo	2.761.931	2.734.367
		4.775.100	100%CDI + 1,20	2024	Perpétuo	5.396.182	5.344.908
		2.750.700	100%CDI + 1,90	2024	Perpétuo	3.149.014	3.058.793
		14.093.300	100%CDI + 1,30	2025	Perpétuo	15.693.687	--
		300.000	100%CDI + 1,25	2025	Perpétuo	335.002	--
Bônus Perpétuos						--	10.870.158
	USD	1.708.698	8,75%	2013	Perpétuo	--	10.870.158
Total ¹						41.749.920	39.326.402

1 - O montante R\$ 11.734.759 mil (R\$ 14.668.449 mil, em 31/12/2024) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com as regras aplicadas às instituições financeiras no Brasil. Não inclui os juros sobre instrumento elegível a capital principal no valor de R\$ 35.267 mil.

Esta seção pode ser lida em conjunto com a Nota 33 – Capital regulatório e limite de imobilização.

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas perpétuas, o montante de R\$ 27.512.100 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 23.668.002 mil em 31/12/2024).

Em junho de 2024, o Banco exerceu a opção de resgate para os bônus emitidos em 2014.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.708.698 mil), tiveram, em 27/09/2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01/10/2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30/10/2013.

Em abril de 2024, os bônus emitidos em janeiro de 2013 tiveram a taxa de juros redefinida de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano em virtude do não exercício da opção de resgate pelo Banco.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro de 2013 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim, estes



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, estabelecer por escrito a extinção dos títulos para viabilizar a continuidade do Banco.

Em outubro de 2025, o Banco exerceu a opção de resgate para os bônus emitidos em 2013.

c) Conciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

	31/12/2024	Movimentações caixa		Movimentações não caixa		31/12/2025
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	44.380.577	14.393.300	(10.640.576)	(1.645.939)	384.636	46.871.998
Dívidas subordinadas	39.540.586	14.393.300	(9.331.266)	(1.645.939)	(1.171.494)	41.785.187
Passivo de arrendamento	4.839.991	--	(1.309.310)	--	1.556.130	5.086.811
Instrumentos de patrimônio	712.753	--	(10.595.236)	(608.523)	18.399.964	7.908.958
Instrumento elegível a capital principal	5.100.000	--	(1.000.000)	--	--	4.100.000
Ações em tesouraria / reserva de capital	6.375.004	--	--	--	10.262	6.385.266
Resultados acumulados não apropriados	(15.375.577)	--	(6.901.118)	--	15.340.646	(6.936.049)
Participação de acionistas não controladores	4.613.326	--	(2.694.118)	(608.523)	3.049.056	4.359.741
Total - movimentação		14.393.300	(21.235.812)	(2.254.462)	18.784.600	
Movimentação líquida			(6.842.512)		16.530.138	

	31/12/2023	Movimentações caixa		Movimentações não caixa		31/12/2024
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	42.444.417	7.525.800	(11.110.872)	2.719.410	2.801.822	44.380.577
Dívidas subordinadas	38.323.924	7.525.800	(10.071.945)	2.719.410	1.043.397	39.540.586
Passivo de arrendamento	4.120.493	--	(1.038.927)	--	1.758.425	4.839.991
Instrumentos de patrimônio	7.612.647	--	(17.776.162)	(367.965)	11.244.233	712.753
Instrumento elegível a capital principal	6.100.000	--	(1.000.000)	--	--	5.100.000
Ações em tesouraria / reserva de capital	6.366.103	--	--	--	8.901	6.375.004
Resultados acumulados não apropriados	(9.188.503)	--	(15.036.906)	--	8.849.832	(15.375.577)
Participação de acionistas não controladores	4.335.047	--	(1.739.256)	(367.965)	2.385.500	4.613.326
Total - movimentação		7.525.800	(28.887.034)	2.351.445	14.046.055	
Movimentação líquida			(21.361.234)		16.397.500	



28– Provisões e passivos contingentes

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos. Em 31 de dezembro de 2025, o salário mínimo era de R\$ 1.518,00.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo referente às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo homologado pelo Plenário do STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 meses, em votação no Plenário Virtual do STF, finalizada no dia 16/12/2022, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023. Após, em nossa sessão virtual, finalizada em 23/05/2025, o STF julgou o mérito da controvérsia e declarou a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todavia, foi garantido aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo homologado pela Suprema Corte, desde que manifestem suas adesões no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do STF, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE n.º 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correto. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.



Em 22/06/2021, o recurso extraordinário foi inadmitido, sendo interposto novo recurso pelo Banco direcionado à Corte Especial do STJ. Em 01/02/2023, a Corte Especial do STJ acolheu o recurso do Banco e determinou o processamento e a remessa do Recurso Extraordinário ao STF. Em 23/06/2023 esse recurso foi autuado sob o nº 1.445.162 e encontra-se pendente de julgamento. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou a questão como constitucional e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso decretou a suspensão nacional do processamento de todas as matérias pendentes que tratem desse mesmo assunto, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP Rural nº 94.008514-1. O RE nº 1.445.162 encontra-se pendente de julgamento final pelo STF.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados a sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

a) Provisões

O Banco constitui provisão para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas cíveis, trabalhistas e fiscais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Exercício/2025	Exercício/2024
Demandas cíveis		
Saldo inicial	14.941.432	10.925.549
Constituição	11.571.182	11.171.192
Reversão da provisão	(3.990.819)	(4.017.365)
Baixa por pagamento	(3.869.295)	(3.940.421)
Atualização monetária e variação cambial	1.629.728	802.477
Saldo final	20.282.228	14.941.432
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	7.679.384	6.710.432
Constituição	3.934.600	4.114.692
Reversão da provisão	(1.437.045)	(1.164.144)
Baixa por pagamento	(2.901.584)	(2.596.318)
Atualização monetária e variação cambial	772.582	614.722
Saldo final	8.047.937	7.679.384
Demandas fiscais		
Saldo inicial	1.158.205	1.089.696
Constituição	396.181	395.351
Reversão da provisão	(560.483)	(278.716)
Baixa por pagamento	(163.604)	(153.373)
Atualização monetária e variação cambial ¹	729.336	105.247
Saldo final	1.559.635	1.158.205
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	29.889.800	23.779.021

1 - Inclui o saldo de R\$ 592.298 mil reclassificado de "Outros passivos".

Despesas com demandas cíveis, trabalhistas e fiscais

	Exercício/2025	Exercício/2024
Demandas cíveis	(9.222.867)	(7.913.914)
Demandas trabalhistas	(3.270.137)	(3.565.270)
Demandas fiscais	27.179	(221.882)
Total	(12.465.825)	(11.701.066)

Cronograma esperado de desembolsos

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	16.327.716	7.295.130	993.782
Acima de 5 anos	3.954.512	752.807	565.853
Total	20.282.228	8.047.937	1.559.635

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos o cronograma esperado de desembolsos.



b) Passivos contingentes

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis, quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31/12/2025	31/12/2024
Demandas fiscais	13.366.086	18.380.927
Demandas cíveis	2.305.913	1.942.911
Demandas trabalhistas	98.390	89.978
Total	15.770.389	20.413.816

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- Compensações não homologadas – R\$ 4.796.866 mil: litígios referentes a créditos indicados à compensação apurados a partir da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- ISSQN – R\$ 2.920.663 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

c) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em "Outros ativos financeiros".

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31/12/2025	31/12/2024
Demandas cíveis	19.869.516	19.877.228
Demandas fiscais	10.499.731	10.283.339
Demandas trabalhistas	8.770.296	8.280.607
Total	39.139.543	38.441.174



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

29- Impostos

a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na demonstração do resultado consolidado

	Exercício/2025	Exercício/2024
Impostos correntes		
Do exercício	(6.030.735)	(9.477.679)
Ajustes de exercícios anteriores	(76.841)	(28.882)
Total	(6.107.576)	(9.506.561)
Impostos diferidos		
Ajustes decorrentes de perdas associadas ao risco de crédito	5.379.653	4.663.813
Ajustes de marcação a mercado de ativos financeiros	1.171.364	(1.766.492)
Ajustes decorrentes de perda esperada com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	(723.994)	(387.526)
Ajustes decorrentes de perda esperada para demais ativos financeiros	(1.279.650)	667.376
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(1.842.159)	(1.412.859)
Créditos recuperados a prazo ¹	--	2.133.166
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL ¹	--	(2.007.485)
Outras diferenças temporárias/encargos diferidos	14.570.664	9.077.543
Total	17.275.878	10.967.536
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido	11.168.302	1.460.975

1 – Inclui, no exercício/2024, os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023.

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2025	Exercício/2024
Lucro antes dos impostos	5.613.636	27.710.589
Despesa de IR (25%) e de CSLL (20%)	(2.526.136)	(12.469.765)
Juros sobre o capital próprio	2.332.728	5.665.970
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	3.533.030	3.364.598
Outras receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis ^{1 2}	7.828.680	4.900.172
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.168.302	1.460.975
Alíquota efetiva	--	--

1 – Inclui, no exercício/2024, os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023.

2 – Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas tributárias

	Exercício/2025	Exercício/2024
Cofins	(5.580.662)	(5.211.943)
ISSQN	(1.438.690)	(1.421.987)
PIS/Pasep	(952.480)	(891.058)
Outros	(947.699)	(1.192.162)
Total	(8.919.531)	(8.717.150)

d) Passivos fiscais diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Passivos fiscais diferidos		
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	12.472.759	9.599.384
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.841.397	2.960.041
Ganhos por compras vantajosas	337.712	337.712
Ajuste da carteira de leasing	144.348	85.079
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144
Outras diferenças temporárias	478.768	2.522.264
Total	15.409.128	15.638.624

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	31/12/2024	Constituição	Realizações	31/12/2025
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	43.816.155	28.829.697	(17.009.424)	55.636.428
Provisões passivas - outras	17.175.837	9.352.800	(136.266)	26.392.371
Combinação de negócios	2.372.085	7.388	--	2.379.473
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.334.306	2.270.565	(5.125.168)	1.479.703
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	946.199	(489.960)	954.678
Contribuição social a compensar	636.538	--	--	636.538
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	735.350	188.804	(555.822)	368.332
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	252.681	--	(20.363)	232.318
Outras diferenças temporárias	5.303.435	--	(4.034.911)	1.268.524
Total	75.124.826	41.595.453	(27.371.914)	89.348.365

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos tributários no exterior	1.015.344	1.268.819
Prejuízo fiscal/Base negativa	26.376	24.775
Diferenças temporárias	5.045	4.528
Total dos créditos tributários	1.046.765	1.298.122



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31/12/2025.

	Ativos fiscais diferidos
Em 2026	22.806.604
Em 2027	22.863.817
Em 2028	20.243.354
Em 2029	3.381.106
Em 2030	3.167.513
Em 2031	3.250.534
Em 2032	3.081.086
Em 2033	3.265.095
Em 2034	3.078.280
Em 2035	4.210.976
Total de créditos tributários em 31/12/2025	89.348.365

No Exercício/2025, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 27.371.914 mil, correspondentes a 163,56% da respectiva projeção de utilização para o período de 2025, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2024.

30- Patrimônio líquido

a) Valor de mercado por ação ordinária

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	189.207.675	179.623.018
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	21,92	24,17

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$ 120.000.000 mil em 31/12/2024), está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.



O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 29/07/2025, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à quarta parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 20/05/2025.

d) Reservas de capital

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

O saldo da conta reservas de capital de R\$ 6.643.763 mil (R\$ 6.638.527 mil em 31/12/2024) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações, ao aumento na participação societária no Banco Patagonia decorrente do exercício de opção de venda, por acionistas minoritários, conforme previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 12/04/2011, entre o Banco e os minoritários, bem como à alienação de ações em tesouraria, ocorrido em 23/10/2019.

e) Reservas de lucros

	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de lucros	82.301.417	81.215.405
Reserva legal	16.128.978	15.221.388
Reservas estatutárias	66.172.439	65.994.017
Margem operacional	54.328.927	58.145.999
Equalização de remuneração do capital	11.843.512	7.848.018

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por ação

	Exercício/2025	Exercício/2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	13.698.124	26.358.860
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.708.696.148	5.708.392.262
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	2,40	4,62

g) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(3.001.469)	(6.049.681)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	(37.076)	(150.762)
Conversão de investimentos no exterior	(6.499.951)	(4.625.576)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(6.217.529)	(5.701.461)
Hedge de fluxo de caixa	(22.237)	17.776
Outros	(864.697)	(1.182.110)
Total	(16.642.959)	(17.691.814)

h) Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla, além do resultado do período ainda não destinado, o efeito das diferenças entre as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade. O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil é totalmente destinado, semestralmente, na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas legal e de lucros.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2025	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	516.306	0,090	02/06/2025	12/06/2025
3º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	410.587	0,072	01/12/2025	11/12/2025
4º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	261.630	0,046	02/12/2025	12/12/2025
Juros sobre o capital próprio complementares	1.234.747	0,216	23/02/2026	05/03/2026
Total destinado aos acionistas	5.183.839	0,907		
Juros sobre o capital próprio ¹	5.183.839	0,907		

1 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

2024	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	940.587	0,165	11/06/2024	21/06/2024
Juros sobre o capital próprio	1.170.153	0,410	11/03/2024	27/03/2024
Juros sobre o capital próprio complementares	1.673.349	0,293	11/06/2024	21/06/2024
2º Trimestre				
Dividendos	866.815	0,152	21/08/2024	30/08/2024
Juros sobre o capital próprio	1.165.792	0,204	13/06/2024	28/06/2024
Juros sobre o capital próprio complementares	1.795.047	0,314	21/08/2024	30/08/2024
3º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	1.065.116	0,187	11/09/2024	27/09/2024
Juros sobre o capital próprio complementares	2.758.680	0,483	25/11/2024	06/12/2024
4º Trimestre				
Dividendos	776.293	0,136	11/03/2025	20/03/2025
Juros sobre o capital próprio	1.007.404	0,176	11/12/2024	27/12/2024
Juros sobre o capital próprio complementares	1.955.503	0,343	11/03/2025	20/03/2025
Total destinado aos acionistas	15.174.739	2,863		
Dividendos	2.583.695	0,453		
Juros sobre o capital próprio ¹	12.591.044	2,410		

1 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	256.062.490	4,5	257.988.090	4,5
Ações em tesouraria ¹	22.455.806	0,4	22.876.034	0,4
Outros acionistas	2.586.898.660	45,1	2.584.552.832	45,1
Total	5.730.834.040	100,0	5.730.834.040	100,0

1 - Inclui, em 31/12/2025, 73.450 (89.466 em 31/12/2024) e 11.957 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset e no BB-BI, respectivamente.

	Ações ON ¹	
	31/12/2025	31/12/2024
Conselho de Administração (exceto a Presidente do Banco)	45.282	--
Diretoria Executiva (inclui a Presidente do Banco)	292.753	252.633
Conselho Fiscal	--	22.576
Comitê de Auditoria	4.030	5.808

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

k) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31/12/2024	5.730.834.040	22.876.034
Movimentação	--	(420.228)
Saldos em 31/12/2025	5.730.834.040	22.455.806

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.288.271	49,6	2.841.946.128	49,6
Outras movimentações ¹	334.826		342.143	
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	2.842.623.097	49,6	2.842.288.271	49,6

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	22.455.806	100,0	22.876.034	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	72,0	16.150.700	70,6
Programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.625.287	25,1	5.987.066	26,2
Programa de remuneração variável	679.693	2,9	738.142	3,2
Incorporações	126	--	126	--
Valor contábil	(258.497)		(263.523)	

m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do programa de participação nos lucros e resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco do Brasil foram de R\$ 28.683 mil no exercício/2025 (R\$ 24.946 mil no exercício/2024).

A BB Asset e o BB-BI, em decorrência dessa resolução, também aprovaram políticas de remuneração variável para suas diretorias, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco e do mercado de capitais, respectivamente. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações do programa	Custo médio ¹	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2021					
	442.658	16,76	354.170	88.488	03/2026
Total de ações a distribuir				88.488	
Programa 2022					
	400.715	19,58	241.223	79.746	03/2026
				79.746	03/2027
Total de ações a distribuir				159.492	
Programa 2023					
	306.250	29,01	153.384	61.064	03/2026
				42.724	03/2027
				30.512	03/2028
				18.566	03/2029
Total de ações a distribuir				152.866	
Programa 2024					
	346.759	28,03	69.342	104.016	03/2026
				69.342	03/2027
				48.531	03/2028
				34.664	03/2029
				20.864	03/2030
Total de ações a distribuir				277.417	

1 - No programa 2024, refere-se ao custo médio ponderado das ações do Banco do Brasil, BB Asset e BB-BI.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31- Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	19.737.849	19.737.849	20.079.736	20.079.736
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	120.016.133	115.697.589	115.697.589
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.435.612.604	1.429.791.175	1.585.149.348	1.582.515.541
Aplicações interfinanceiras de liquidez	189.464.519	189.896.383	399.792.192	399.755.004
Carteira de crédito	1.133.069.621	1.128.042.254	1.030.007.106	1.029.413.503
Títulos e valores mobiliários	47.261.092	46.035.166	88.445.564	86.442.548
Outros ativos financeiros	65.817.372	65.817.372	66.904.486	66.904.486
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.277.786	12.277.786	18.829.091	18.829.091
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	673.139.259	673.139.259	484.298.095	484.298.095
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.149.846.333	2.143.368.209	2.106.361.169	2.110.956.353
Recursos de clientes	897.937.449	896.808.990	873.710.691	874.416.253
Recursos de instituições financeiras	727.039.247	721.689.582	724.024.327	727.913.949
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	331.537.120	331.537.120	325.565.244	325.565.244
Outros passivos financeiros	193.332.517	193.332.517	183.060.907	183.060.907
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.474.734	4.474.734	8.266.681	8.266.681

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos no Banco Central do Brasil

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos no Banco Central do Brasil equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.



d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado

Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

e) Carteira de crédito

O valor justo da carteira de crédito, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros da carteira de crédito são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.



Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

f) Recursos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

g) Recursos de instituições financeiras

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não consideram qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

h) Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

O valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

i) Outros ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.



j) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor marcado a mercado será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de default associada a cada instrumento como o spread do risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2025	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	689.653.120	664.222.431	25.096.194	334.495
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.277.786	3.812.018	8.253.482	212.286
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.620.302	3.812.018	3.595.998	212.286
Títulos públicos	3.812.018	3.812.018	--	--
Títulos privados	3.808.284	--	3.595.998	212.286
Derivativos	4.657.484	--	4.657.484	--
Swaps	2.783.514	--	2.783.514	--
Operações a termo	877.066	--	877.066	--
Opções	511.160	--	511.160	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	485.744	--	485.744	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	673.139.259	660.410.413	12.655.319	73.527
Títulos públicos	660.130.236	660.130.236	--	--
Títulos privados	13.009.023	280.177	12.655.319	73.527
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	4.236.075	--	4.187.393	48.682
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.187.393	--	4.187.393	--
Carteira de crédito	48.682	--	--	48.682
Passivo	10.391.471	--	10.391.471	--
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.474.734	--	4.474.734	--
Derivativos	4.474.734	--	4.474.734	--
Operações a termo	1.600.695	--	1.600.695	--
Swaps	1.333.429	--	1.333.429	--
Opções	813.515	--	813.515	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	727.095	--	727.095	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	5.916.737	--	5.916.737	--
Recursos de instituições financeiras	1.707.965	--	1.707.965	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.208.772	--	4.208.772	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.425.555.100	25.746.355	20.288.811	1.379.519.934
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.425.555.100	25.746.355	20.288.811	1.379.519.934
Aplicações interfinanceiras de liquidez	185.708.990	--	--	185.708.990
Carteira de crédito	1.127.993.572	--	--	1.127.993.572
Títulos e valores mobiliários	46.035.166	25.746.355	20.288.811	--
Outros ativos financeiros	65.817.372	--	--	65.817.372
Passivo	2.137.451.472	--	--	2.137.451.472
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.137.451.472	--	--	2.137.451.472
Recursos de clientes	896.808.990	--	--	896.808.990
Recursos de instituições financeiras	719.981.617	--	--	719.981.617
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	327.328.348	--	--	327.328.348
Outros passivos financeiros	193.332.517	--	--	193.332.517



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2024	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	506.242.512	417.489.734	88.377.658	375.120
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.829.091	4.137.424	14.656.869	34.798
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.161.376	4.137.424	1.989.154	34.798
Títulos públicos	3.678.247	3.678.247	--	--
Títulos privados	2.483.129	459.177	1.989.154	34.798
Derivativos	12.667.715	--	12.667.715	--
Operações a termo	6.545.118	--	6.545.118	--
Swaps	2.919.274	--	2.919.274	--
Opções	2.848.765	--	2.848.765	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	354.558	--	354.558	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	484.298.095	413.352.310	70.651.656	294.129
Títulos públicos	408.927.932	408.877.600	50.332	--
Títulos privados	75.370.163	4.474.710	70.601.324	294.129
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	3.115.326	--	3.069.133	46.193
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.069.133	--	3.069.133	--
Carteira de crédito	46.193	--	--	46.193
Passivo	12.866.564	--	12.866.564	--
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.266.681	--	8.266.681	--
Derivativos	8.266.681	--	8.266.681	--
Swaps	5.855.858	--	5.855.858	--
Opções	1.252.709	--	1.252.709	--
Operações a termo	1.150.404	--	1.150.404	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	7.710	--	7.710	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	4.599.883	--	4.599.883	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.599.883	--	4.599.883	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.579.400.215	12.887.252	71.096.082	1.495.416.881
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.579.400.215	12.887.252	71.096.082	1.495.416.881
Aplicações interfinanceiras de liquidez	396.685.871	--	--	396.685.871
Carteira de crédito	1.029.367.310	--	--	1.029.367.310
Títulos e valores mobiliários	86.442.548	12.887.252	71.096.082	2.459.214
Outros ativos financeiros	66.904.486	--	--	66.904.486
Passivo	2.106.356.470	--	--	2.106.356.470
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.106.356.470	--	--	2.106.356.470
Recursos de clientes	874.416.253	--	--	874.416.253
Recursos de instituições financeiras	727.913.949	--	--	727.913.949
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	320.965.361	--	--	320.965.361
Outros passivos financeiros	183.060.907	--	--	183.060.907

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Descrição	Valor Justo em 31/12/2024	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 31/12/2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	34.798	96.886	76.138	(2)	--	4.466	212.286
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	294.129	(45.673)	--	(46.874)	(128.055)	--	73.527
Carteira de crédito (objeto de hedge)	46.193	2.489	--	--	--	--	48.682
Total	375.120	53.702	76.138	(46.876)	(128.055)	4.466	334.495

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis:

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo. A análise de sensibilidade é elaborada considerando as informações de mercado e dados produzidos pelo Banco utilizando método próprio de aplicação de choques nas curvas de mercado nos fatores de risco mais relevantes.

32- Garantias financeiras e outros compromissos

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos contratados a liberar	233.183.539	201.998.850
Garantias prestadas	18.148.866	12.138.964
Créditos abertos para importação contratados	1.567.203	1.411.702
Créditos de exportação confirmados	186.535	836.484

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar na carteira de crédito e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes as práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 34.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

a) Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(165.621)	(24.577)	(444.628)	(634.826)
Compromissos de empréstimos	(142.614)	(16.013)	(460)	(159.087)
Total	(308.235)	(40.590)	(445.088)	(793.913)

	31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(176.507)	(1.512)	(542.036)	(720.055)
Compromissos de empréstimos	(1.540.801)	(59.136)	--	(1.599.937)
Total	(1.717.308)	(60.648)	(542.036)	(2.319.992)

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas

As provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos, são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado, em “(Perda)/reversão líquida esperada com outros instrumentos financeiros”.

	31/12/2024	(Constituição)/ reversão	Outros	31/12/2025
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(720.055)	64.477	20.752	(634.826)
Compromissos de empréstimos	(1.599.937)	1.455.207	(14.357)	(159.087)
Total	(2.319.992)	1.519.684	6.395	(793.913)

	31/12/2023	(Constituição)/ reversão	Outros	31/12/2024
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(454.871)	(270.209)	5.025	(720.055)
Compromissos de empréstimos	(2.606.489)	1.006.552	--	(1.599.937)
Total	(3.061.360)	736.343	5.025	(2.319.992)



33– Capital regulatório e limite de imobilização

a) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional levando em consideração à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Apetite ¹	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a



Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

- a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRB) e operacional;
- a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;
- a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e
- a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.



b) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 4.100.000 mil (R\$ 5.100.000 mil até junho/2025), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 30.c.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A Resolução CMN nº 5.199/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1º de janeiro de 2028.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	31/12/2025	31/12/2024
PR – Patrimônio de Referência	204.528.805	184.158.129
Nível I	192.794.046	169.489.680
Capital Principal (CP)	165.281.946	145.821.678
Patrimônio Líquido	184.878.402	181.825.840
Instrumento elegível a capital principal	4.100.000	5.100.000
Ajuste decorrente da aplicação da Resolução CMN 5.199/2024	8.018.074	--
Ajustes prudenciais	(31.714.530)	(41.104.162)
Capital Complementar	27.512.100	23.668.002
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 27.b)	27.512.100	13.118.800
Bônus perpétuos (Nota 27.b)	--	10.549.202
Nível II	11.734.759	14.668.449
Dívidas subordinadas elegíveis a capital – Recursos captados do FCO (Nota 27.b) ¹	11.734.759	14.668.449
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.351.829.024	1.338.853.643
Risco de crédito (RWACPAD)	1.090.837.455	1.087.482.877
Risco de mercado (RWAMPAD)	40.709.562	52.732.352
Risco operacional (RWAOPAD)	220.282.007	198.638.414
Patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) ²	108.146.322	107.108.292
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido (PR-PRMR) ³	96.382.483	77.049.837
Índice de capital Nível I (Nível I / RWA) ³	14,26%	12,66%
Índice de capital principal (CP / RWA) ³	12,23%	10,89%
Índice de Basileia (PR / RWA) ³	15,13%	13,75%

1 – Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2025, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 40% (50% em 2024) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 – Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator “F” ao montante de RWA, sendo “F” igual a 8%.

3 – Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(17.165.731)	(14.809.708)
Ativos intangíveis	(11.970.240)	(11.322.083)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(1.073.292)	(1.800.850)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(864.385)	(873.406)
Participação de não controladores ²	(583.688)	(521.325)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(52.779)	(1.627)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013	(4.415)	(6.073)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	--	(10.005.072)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	--	(1.764.018)
Total	(31.714.530)	(41.104.162)

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assembléias a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

c) Limite de imobilização e margem

	31/12/2025	31/12/2024
Situação do limite de imobilização	19,82%	15,55%
Margem em relação ao limite de imobilização	61.723.580	63.442.445

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

d) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31/12/2025
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	12,23%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	14,26%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	15,13%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	19,82%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico.

Em 31/12/2025, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.



e) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 27 e 30.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho do Ministério da Fazenda, o Banco procedeu à devolução da terceira parcela de R\$ 1 bilhão à União, em julho/2025, remanescendo o saldo de R\$ 4,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

34– Gestão de riscos

a) Governança dos riscos e capital

O modelo de governança definido para o gerenciamento integrado de riscos e de capital do Banco envolve estrutura de Comitês Estratégicos, com a participação de diversas áreas do Banco, e contempla os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio versus risco;
- (ii) estrutura específica de gestão de riscos e capital;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de competências e alçadas; e
- (vi) referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão e/ou assunção de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil. Em conformidade com a Resolução Bacen n.º 54/2020, o Banco do Brasil divulga as informações referentes à gestão de riscos alinhadas às diretrizes do Pilar 3 de Basileia II. O Banco divulga as informações referentes a gestão de riscos no site www.bb.com.br/ri.



O Banco promove, continuamente, a avaliação da estrutura, da governança, dos processos, dos sistemas e das metodologias aplicadas ao gerenciamento de riscos e de capital. Essa avaliação, que objetiva identificar oportunidades de melhoria, pode resultar em modificações na estrutura de governança presente, com vistas ao aprimoramento da gestão.

O gerenciamento de riscos e capital se orienta pelo Modelo Referencial de linhas de Defesa – MRLD. Nele, a gestão dos riscos e dos controles necessários à sua mitigação é realizada com base em três linhas de defesa. O modelo permite a integração dos processos de gestão corporativa de riscos e controles, com papéis bem definidos, conferindo maior assertividade no gerenciamento de riscos e de capital.

A diretoria de gestão de riscos (Diris), vinculada à vice-presidência de controles internos e gestão de riscos (VICRI) é a área do Banco responsável pela regulação e supervisão corporativa da gestão de riscos, ou seja, responde pela gestão de todos os riscos relevantes, em 2ª linha de defesa, incluindo aqueles que forem definidos relevantes no futuro. À diretoria de controles internos (Dicoi) cabe a regulação e supervisão do sistema de controles internos e compliance.

A auditoria interna (Audit) efetua avaliações periódicas nos processos de gerenciamento dos riscos, com a finalidade de verificar se estão de acordo com as orientações estratégicas, as políticas específicas e as normas internas e regulatórias.

A gestão do capital do Banco consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes, para suportar os requerimentos de capital exigidos pelo regulador e para alcançar os objetivos estratégicos e orçamentários definidos internamente com objetivo de otimizar a alocação de capital.

b) Processo de gestão de riscos e de capital

O Banco considera a gestão integrada de riscos e de capital como um instrumento fundamental para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle, mitigação e aprimoramento dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O processo de gerenciamento integrado de riscos e capital atende aos aspectos e padrões previstos nas normas emitidas pelo CMN e pelo Bacen. É realizado com base nas políticas e estratégias da Alta Administração do Banco e permeia diversas áreas, em diferentes níveis de governança do Banco, compreendendo o CA e seus comitês de assessoramento, o Conselho Diretor (CD), Comitês Estratégicos, Diretorias e os Fóruns.

O gerenciamento corporativo de riscos e de capital do Banco do Brasil baseia-se em processo de avaliação capaz de identificar os riscos que representam oportunidades ou ameaças ao atingimento dos objetivos estratégicos do Banco, compreendendo, sob visão abrangente, a identificação e gestão dos riscos relevantes, a definição do apetite e tolerância a riscos e a avaliação da suficiência de capital.

Identificação e gestão dos riscos relevantes

O Banco possui processo para identificação dos riscos que devem fazer parte do inventário de riscos e para a definição do conjunto corporativo de riscos relevantes. Este processo tem elevada importância para a gestão de riscos e de capital, bem como para a gestão dos negócios.

A avaliação da relevância dos riscos considera critérios quantitativos (perdas diretas) e qualitativos (perdas indiretas e fatores ou causas dos riscos) que resultam na matriz de relevância dos riscos.



Definição do apetite e da tolerância a riscos

A Declaração de apetite e tolerância a riscos – RAS (Risk Appetite Statement), é o documento estratégico, revisado anualmente e aprovado pelo CA, em caráter ordinário, e a qualquer tempo, em caráter extraordinário, por meio do qual é definido o nível máximo de risco que o banco aceita incorrer para atingir seus objetivos estratégicos. A RAS atua como importante instrumento de indução prospectivo na busca pela geração orgânica de resultados e fortalecimento da estrutura de capital do Banco, uma vez que os níveis de apetite e métricas definidos são direcionadores da estratégia de negócios, do orçamento e do capital, objetivando uma alocação sustentável, além de promover a disseminação da cultura de riscos.

Para a definição dos limites da RAS, são utilizados indicadores de gestão, que possibilitam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

Para o estabelecimento dos limites, são consideradas informações relevantes, como por exemplo, premissas internas, possíveis cenários internos, externos e idiossincráticos, com suas probabilidades de ocorrência, além dos objetivos estratégicos do Banco, desempenho de concorrentes de mesmo porte, orientações do controlador, expectativa de resultados, cenários corporativos (inclusive de estresse), inter-relação entre os riscos relevantes do Banco e a relação risco *versus* retorno dos portfólios.

Política de gerenciamento de riscos e de capital

A política de gestão de riscos orienta o gerenciamento de riscos e de capital no Conglomerado Prudencial do Banco. Tem por objetivo estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas.

A política específica voltada para o gerenciamento de riscos e de capital aplica-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital e visa orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionamentos estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento dos riscos e do capital.

c) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Políticas

As políticas de risco de mercado, risco de taxa de juros da carteira bancária, utilização de instrumentos financeiros derivativos e de classificação e reclassificação de operações na carteira de negociação, aprovadas pelo CA, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão do risco de mercado e IRRBB do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como abrangência da gestão e segregação de funções.



No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado e IRRBB, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar, mitigar o risco de mercado, bem como, aprimorar a gestão no âmbito do Conglomerado Prudencial e das respectivas instituições integrantes, individualmente, bem como identificar e acompanhar o risco de mercado das demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.

Sistemas de mensuração e metodologias para avaliação dos riscos

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se: sensibilidade, valor em risco (VaR) e estresse.

Por meio das métricas de sensibilidade são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

O desempenho da métrica de VaR é avaliado periodicamente mediante a aplicação de testes de aderência (backtests).

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) compreende todas as operações não classificadas na carteira de negociação. O escopo de abrangência do IRRBB é composto, majoritariamente, por operações de crédito, captações de varejo e títulos e valores mobiliários (TVM) e apresenta como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, à exceção de alguns títulos que, mesmo compondo a carteira bancária, podem apresentar oportunidades de negociação.

A gestão do IRRBB compartilha das metodologias de construção de curvas e marcação a mercado utilizadas na gestão do risco de mercado.

A gestão do IRRBB tem como principais componentes as posições ativas em instrumentos prefixados, que agregadas ao conjunto das demais exposições, formam o montante sujeito ao risco de taxas de juros.

Um importante aspecto na gestão do IRRBB é a incorporação do risco de opcionalidades no cálculo das métricas de risco. As opcionalidades presentes em um instrumento podem ser classificadas como explícitas ou embutidas e são subdivididas em:

- a) opções automáticas: de bolsa, balcão ou explícitas em produtos, permitem ao Banco alterar a taxa ofertada dos produtos; e
- b) opções comportamentais: permitem ao cliente o direito de efetuar resgates antecipados e pré-pagamentos.



(i) Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco; e
- (ii) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – carteira de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	31/12/2025			31/12/2024		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação						
Taxa pré-fixada	(59.016)	(185.673)	(364.233)	(86.835)	(310.587)	(608.410)
Cupons de taxas de juros	(21.388)	(359)	(717)	(9.988)	(78)	(157)
Cupons de índices de preços	(184.117)	(320.059)	(594.607)	(84.063)	(150.791)	(281.533)
Cupons de moedas estrangeiras	(270.703)	(291.709)	(609.006)	(514.184)	(687.095)	(1.448.368)
Total	(535.224)	(797.800)	(1.568.563)	(695.070)	(1.148.551)	(2.338.468)
Carteira de negociação e bancária						
Taxa pré-fixada	(13.989.424)	(42.601.912)	(80.641.925)	(12.738.680)	(43.945.693)	(82.652.246)
Cupons de taxas de juros	(13.629.125)	(24.712.100)	(52.923.067)	(7.884.300)	(24.667.296)	(53.116.079)
Cupons de índices de preços	(455.321)	(728.816)	(1.382.330)	(226.850)	(305.895)	(586.865)
Cupons de moedas estrangeiras	(5.082.322)	(303.072)	(616.128)	(3.665.877)	(2.312.748)	(4.773.932)
Total	(33.156.192)	(68.345.900)	(135.563.450)	(24.515.707)	(71.231.632)	(141.129.122)

(ii) Valor em Risco (VaR)

Metodologia

Para mensuração do VaR Total, o Banco adota a técnica de Simulação Histórica, com os seguintes parâmetros:

a) VaR Total: (VaR + VaR Estressado) x Multiplicador, onde:

- VaR: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques com 252 dias úteis, nível de confiança de 99% e holding period de 10 dias (Circular Bacen n.º 3.646/2013);
- VaR Estressado (SVaR): a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques diários contidos em 12 meses de estresse da carteira, a partir de 02/01/2004, nível de confiança de 99% e holding period de 10 dias; e
- Multiplicador: M=3

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível "estado do mercado" sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. Exemplo: real versus dólar, real versus euro, real versus iene; (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALES (Vale-PNA); e (iv) preços de mercadorias (commodities): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado. Exemplo: boi gordo, soja, milho.



Processo de Monitoramento Contínuo (PMC)

Para fins de gestão do risco de modelo, os modelos empregados na gestão de riscos do Banco devem possuir, em primeira linha de defesa, processo de acompanhamento periódico de seu desempenho, com intuito de avaliar seu nível de atingimento do objetivo para qual o modelo foi desenvolvido, auxiliando o processo de tomada de decisão.

No escopo das atualizações sobre a gestão de risco de modelo cabe ao gestor do modelo monitorá-lo continuamente de forma a garantir a qualidade das estimativas realizadas. Como segunda linha de defesa, é executada validação independente dos modelos submetidos para análise, e pelo teste de aderência (backtesting) dos modelos em uso pelo Banco.

Em razão da natureza e forma do modelo VaR, aplica-se como metodologia do PMC o Teste de Basileia (Traffic Lights), também pela sua implementação direta e compreensão intuitiva. O PMC tem por prerrogativa a apuração da quantidade de extrapolações observadas e, de acordo com este valor, atesta-se o nível de acurácia do modelo.

Considerando as especificidades e a volatilidade das parcelas do modelo VaR, a apuração do monitoramento contínuo é feita trimestralmente, considerando o horizonte temporal de 250 dias úteis históricos para análise.

Processo de backtesting

O backtesting, executado anualmente, por unidade segregada, em atendimento ao disposto no artigo 9º da Resolução CMN nº 4.557/17, buscou avaliar a calibragem do modelo de VaR utilizado na verificação da adequação de capital para cobertura do Risco de Mercado.

A metodologia utilizada consiste em analisar se as extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) estão compatíveis com previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico). Para tanto, foram aplicados os testes de Basileia, de Cobertura Incondicional de Kupiec, de Christoffersen e de Cobertura Condicional.

Constatou-se a manutenção da acurácia do modelo, uma vez que nos testes realizados os resultados adversos (quantidade de extrapolações) ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos testes estatísticos.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.



Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do Banco segrega a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- a) projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no plano de recuperação do Banco;
- b) teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- c) indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e
- d) limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
 - Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
 - Reserva de Liquidez;
 - Colchão de Liquidez;
 - Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
 - Indicador de Concentração de Captações.

O Banco possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das MCL, visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao CA.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.



Gerenciamento das captações

Os passivos são apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. A segregação em prazos leva em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras financeiras, independentemente do período de carência, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, em função de atendimento aos critérios trazidos pelo IFRS 7, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição das captações

Passivo	31/12/2025						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. prazo	1.831.242	20.782.790	8.117.937	236.499.720	3.744	267.235.433	14,6%
LCA	11.535.470	19.679.049	11.892.557	170.593.039	--	213.700.115	11,7%
LCI	190.364	1.988.591	2.243.910	11.680.911	--	16.103.776	0,9%
Letras Financeiras	--	4.627.913	13.369.768	10.752.945	--	28.750.626	1,6%
Poupança	214.193.122	--	--	--	--	214.193.122	11,7%
Dep. vista	75.986.157	--	--	--	--	75.986.157	4,0%
Dep. judicial	273.087.477	--	--	--	--	273.087.477	14,9%
Captações de tesouraria	8.219.620	17.613.876	16.144.716	10.118.511	5.851.612	57.948.335	3,2%
Dep. prazo fixo	3.113.144	2.488.549	1.671.139	6.669.468	--	13.942.300	0,8%
Outras captações comerciais	7.470.254	65.773	317.959	2.086.270	--	9.940.256	0,5%
Captações comerciais ME	4.456.480	17.851.761	7.537.350	22.580.065	--	52.425.656	2,9%
Compromissadas	584.803.019	13.585.902	365.540	10.478.812	--	609.233.273	33,2%
Total	1.184.886.349	98.684.204	61.660.876	481.459.741	5.855.356	1.832.546.526	100,0%

Passivo	31/12/2024						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. prazo	1.523.503	33.756.664	5.231.657	190.901.136	2.644	231.415.604	12,9%
LCA	6.279.994	49.370.552	60.740.186	89.066.541	--	205.457.273	11,4%
LCI	109.893	1.821.674	1.603.653	12.724.001	--	16.259.221	0,9%
Poupança	216.918.781	--	--	--	--	216.918.781	12,1%
Dep. vista	91.363.819	--	--	--	--	91.363.819	5,1%
Dep. judicial	255.757.773	--	--	--	--	255.757.773	14,2%
Captações de tesouraria	4.035.712	32.421.178	4.422.282	14.142.595	5.985.021	61.006.788	3,4%
Dep. prazo fixo	3.036.465	1.200.969	621.821	7.605.700	--	12.464.955	0,7%
Outras captações comerciais	8.190.749	30.474	--	--	--	8.221.223	0,5%
Captações comerciais ME	11.996.112	12.606.838	5.266.107	33.849.648	--	63.718.705	3,5%
Compromissadas	593.007.099	13.776.496	370.668	10.625.817	--	617.780.080	34,3%
Total	1.192.219.900	144.984.845	78.256.374	358.915.438	5.987.665	1.780.364.222	100,0%

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes pessoas físicas, pessoas jurídicas e outras instituições financeiras perante terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para fins de gestão do risco de liquidez do Banco na composição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez realizado mensalmente, bem como no cálculo do LCR e NSFR.

Seguem quadros com a distribuição dos vencimentos contratuais dos contratos de garantias financeiras realizados pelo Banco, posição de 31/12/2025 e 31/12/2024:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Descrição	31/12/2025				31/12/2024			
	Avais e fianças	Coobrigações em cessões de crédito	Demais coobrigações	Total	Avais e fianças	Coobrigações em cessões de crédito	Demais coobrigações	Total
1 a 6 meses	3.860.961	--	479.928	4.340.889	6.042.143	--	448.561	6.490.704
6 a 12 meses	3.467.945	--	1.142	3.469.087	3.471.498	466	--	3.471.964
1 a 5 anos	11.836.172	--	--	11.836.172	4.993.446	--	--	4.993.446
Acima de 5 anos	90.374	--	--	90.374	118.062	--	--	118.062
Total	19.255.452	--	481.070	19.736.522	14.625.149	466	448.561	15.074.176

Compromisso de empréstimos

O Banco oferece linhas de crédito que impactam a mensuração do risco de liquidez, cheque especial e o limite do cartão de crédito.

Nessas linhas o Banco mantém limite de crédito aprovado destinado a clientes com conta corrente e pode ser utilizado sempre que houver necessidade.

A seguir os quadros representam a distribuição dos vencimentos contratuais dos compromissos de empréstimos realizados pelo Banco, posição de 31/12/2025 e 31/12/2024:

Passivo		31/12/2025				31/12/2024			
		1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Cheque especial	Utilizado	1.455.449	2.233.465	--	3.688.914	1.761.379	1.350.076	--	3.111.455
	Não utilizado	3.100.573	23.344.857	--	26.445.430	13.239.108	11.837.758	--	25.076.866
Cartão de crédito	Utilizado	55.142.189	18.221.997	--	73.364.186	31.701.468	32.509.964	--	64.211.432
	Não utilizado	81.766.398	25.212.188	--	106.978.586	64.721.445	32.542.174	--	97.263.619
Total		141.464.609	69.012.507	--	210.477.116	111.423.400	78.239.972	--	189.663.372

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de hedge está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo CA.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de VaR, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

e) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.



A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco de conveniente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo CA, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC), consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.



Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas considerando a probabilidade de ativo problemático dos próximos 12 meses ou durante a vida da operação, incluindo a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável nos ativos financeiros, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, podem ser obtidas nas Notas 3.h, 17, 18, 20, 22, 23, 24 e 33.

Cenários econômicos

A perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). A relação dessas variáveis torna a estimativa da perda esperada mais dinâmica, principalmente quando considera as condições macroeconômicas atuais.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	115.697.589
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.537.820.856	1.661.929.859
Aplicações interfinanceiras de liquidez	189.483.316	399.797.543
Carteira de crédito	1.229.906.795	1.099.724.828
Títulos e valores mobiliários	47.580.365	91.868.765
Outros ativos financeiros	70.850.380	70.538.723
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.277.786	18.829.091
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.620.302	6.161.376
Derivativos	4.657.484	12.667.715
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	673.277.753	484.661.170
Itens não registrados no balanço	251.332.405	214.137.814

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Carteira de crédito - Ativos recebidos em garantia

Tipo de Operações	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias
Contratadas com Garantias	730.613.537	683.831.952	730.732.750	685.235.488
Produtor Rural	375.201.060	342.926.821	358.269.678	331.026.106
Pessoa Física	53.901.893	53.217.004	53.799.935	53.248.663
Financiamento de Veículos	2.443.188	2.344.507	3.235.389	3.112.499
Financiamento Imobiliário	44.736.541	44.506.971	46.162.816	45.947.981
Demais	6.722.164	6.365.526	4.401.730	4.188.183
Pessoa Jurídica	301.510.584	287.688.127	318.663.137	300.960.719
Atacado	125.331.420	113.846.680	138.703.049	129.797.425
Varejo/MPE	176.179.164	173.841.447	179.960.088	171.163.294
Contratadas sem garantias	194.202.966	não se aplica	178.928.577	não se aplica
Contratadas com outros mitigadores	305.090.292	não se aplica	190.063.501	não se aplica
Total	1.229.906.795		1.099.724.828	

As garantias vinculadas à carteira de crédito são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Na carteira de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:

Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ¹	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement – cash collateral ²	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ³	100%
Seguro de crédito	100%
Pledge Agreement – securities ⁴	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁵	77%
Semoventes bovinos ⁶	70%
Pledge Agreement – cash collateral ⁷	70%
Demais garantias ⁸	50%

1 - Exceto os que possuam contrato de swap.

2 - Mesma moeda da operação.

3 - Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

4 - Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

5 - Exclusivo ou varejo.

6 - Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

7 - Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

8 - Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Bacen.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Carteira de crédito – Exposições por região geográfica

	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	1.164.471.947	1.034.967.779
Sudeste	463.031.985	401.720.080
Sul	196.235.862	187.067.967
Centro-Oeste	237.344.101	208.449.088
Nordeste	182.600.742	158.633.192
Norte	85.259.257	79.097.452
Mercado externo	65.434.848	64.757.049
Total	1.229.906.795	1.099.724.828

Carteira de crédito – Concentração das operações de crédito

A tabela a seguir apresenta o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco se relaciona em relação à carteira de crédito interna e externa:

	31/12/2025	31/12/2024
Maior cliente	1,4%	1,1%
2º ao 20º	7,4%	7,3%
21º ao 100º	7,7%	5,8%
100 Maiores clientes	16,6%	14,3%

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 19 – Carteira de crédito.

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito, por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas e com alteração das condições originalmente pactuadas.

Essas operações visam fornecer ao cliente uma situação de viabilidade financeira ao longo do tempo, adaptando o reembolso do empréstimo junto ao Banco, à nova situação de geração de fundos do cliente.

As renegociações são realizadas de acordo a viabilidade das operações com base na disposição e capacidade de pagamento do cliente, para esse fim é realizada uma análise atualizada de sua situação econômico-financeira e capacidade de gerar receitas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos que o Banco adquiriu na liquidação de operações de crédito

	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis	335.432	268.370
Máquinas e equipamentos	256	270
Veículos e afins	270	333
Outros	65.951	21.124
Total	401.909	290.097

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, na modalidade de leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

f) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão dos riscos não financeiros, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

Destaca-se que, com o advento do uso da IA e IA Generativa no Banco, houve a necessidade de aplicação do escopo da gestão do risco de modelo para além dos modelos tradicionais, dada a relevância em termos de estratégia para a Organização.

Dessa forma, o Risco de Modelo passou a ser avaliado como um risco de nível 1, saindo do escopo de categoria gerencial do risco operacional.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhados, monitorados e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política Específica de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.



Ferramentas de Gestão e Monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação as ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se o acompanhamento sistemático dos eventos e dos respectivos limites de perdas ao CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais.

35 - Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e carteira de crédito. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	466.906.681	453.427.816	295.448.783	295.097.790
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários ¹	28.984.986	28.805.774	4.993.121	2.156.028
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	32.292	29.832	--	--
Total	495.923.959	482.263.422	300.441.904	297.253.818

1 – Em 31.12.2025, inclui o saldo de R\$ 26.398.785 referente a títulos com característica de concessão de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação ¹				
Ativos financeiros transferidos	89.098	89.098	107.601	107.601
Passivos financeiros associados	89.197	89.197	107.698	107.698
Posição líquida	(99)	(99)	(97)	(97)

1 - Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos "Carteira de crédito" e "Recursos de instituições financeiras", respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

36– Compensação de ativos e passivos financeiros

O Banco apresenta ativos e passivos financeiros que aparecem de forma líquida no balanço patrimonial consolidado ou que estão sujeitos a um contrato máster de compensação executável ou acordos similares, independentemente de serem apresentados de forma líquida no balanço patrimonial consolidado.

Os acordos similares incluem os contratos globais de derivativos: contratos CGD e ISDA (International Swap and Derivatives Agreement), no Brasil e no exterior, respectivamente e que contemplam cláusulas de compensação e os contratos globais de operações compromissadas: contratos máster de compensação GMRA (Global Master Repurchase Agreement) com cláusulas de compensação similares àquelas dos contratos CGD/ISDA.

A compensação de ativos e passivos financeiros firmados por meio de acordos máster de compensação e acordos similares pode ocorrer no curso normal das operações (netting of payments ou multiple transaction payment netting) e em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes (set off).

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31/12/2025	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	3.053.784	(241.332)	2.812.452	(1.148.716)	--	--	1.663.736	1.845.032	4.657.484
Aplicações em operações compromissadas	858.302	--	858.302	--	--	(853.429)	4.873	127.494.071	128.352.373
Total	3.912.086	(241.332)	3.670.754	(1.148.716)	--	(853.429)	1.668.609	129.339.103	133.009.857

31/12/2024	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	6.851.061	(516.758)	6.334.303	(720.280)	--	--	5.614.023	6.333.412	12.667.715
Aplicações em operações compromissadas	1.511.044	--	1.511.044	--	--	(1.445.599)	65.445	320.679.399	322.190.443
Total	8.362.105	(516.758)	7.845.347	(720.280)	--	(1.445.599)	5.679.468	327.012.811	334.858.158

1 – Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

2 – Incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez, sujeitos a condições normais de mercado. Títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação, tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

3 – Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31/12/2025	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(2.378.149)	241.332	(2.136.817)	38.561	--	--	(2.098.256)	(2.337.917)	(4.474.734)
Obrigações por operações compromissadas	(8.208.595)	--	(8.208.595)	--	--	6.567.620	(1.640.975)	(718.830.652)	(727.039.247)
Total	(10.586.744)	241.332	(10.345.412)	38.561	--	6.567.620	(3.739.231)	(721.168.569)	(731.513.981)

31/12/2024	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(4.643.384)	516.758	(4.126.626)	1.983.766	--	--	(2.142.860)	(4.140.055)	(8.266.681)
Obrigações por operações compromissadas	(5.839.365)	--	(5.839.365)	--	--	4.671.832	(1.167.533)	(718.184.962)	(724.024.327)
Total	(10.482.749)	516.758	(9.965.991)	1.983.766	--	4.671.832	(3.310.393)	(722.325.017)	(732.291.008)

1 - Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

2 - Incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez, sujeitos a condições normais de mercado. Títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação, tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

3 - Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

37– Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

1 – Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31/12/2025			31/12/2024		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de aposentadoria e pensão	86.919	121.572	208.491	88.174	121.982	210.156
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.525	98.524	101.049	2.815	99.348	102.163
Plano Previ Futuro	74.410	5.036	79.446	75.232	4.522	79.754
Plano Informal	--	1.717	1.717	--	1.820	1.820
Outros Planos	9.984	16.295	26.279	10.127	16.292	26.419
Planos de assistência médica	88.528	104.848	193.376	89.715	105.748	195.463
Cassi	80.182	99.898	180.080	81.208	100.554	181.762
Outros Planos	8.346	4.950	13.296	8.507	5.194	13.701



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	Exercício/2025	Exercício/2024
Planos de aposentadoria e pensão	2.381.250	2.233.273
Plano de Benefícios 1 – Previ ¹	697.239	685.053
Plano Previ Futuro	1.246.846	1.117.144
Plano Informal	121.579	126.081
Outros Planos	315.586	304.995
Planos de assistência médica	2.375.815	2.241.923
Cassi	2.104.075	1.998.136
Outros Planos	271.740	243.787
Total	4.757.065	4.475.196

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 23.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 31/12/2025, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.013.337 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.162.681 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	Exercício/2025	Exercício/2024
Planos de aposentadoria e pensão	2.165.024	1.251.152
Plano de Benefícios 1 – Previ	3.596.214	2.615.142
Plano Previ Futuro	(1.246.846)	(1.117.144)
Plano Informal	(102.145)	(103.730)
Outros Planos	(82.199)	(143.116)
Planos de assistência médica	(2.626.426)	(2.474.060)
Cassi	(2.365.608)	(2.233.927)
Outros Planos	(260.818)	(240.133)
Total	(461.402)	(1.222.908)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 37.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.



Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.



Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.



Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31/12/2025 e 31/12/2024.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024
Saldo inicial	(129.071.404)	(170.184.420)	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(7.762.407)	(10.008.619)
Custo de juros	(17.594.917)	(16.805.251)	(82.895)	(76.667)	(1.157.512)	(1.094.779)	(1.060.976)	(998.629)
Custo do serviço corrente	(10.108)	(32.447)	--	--	(91.825)	(92.829)	(2.541)	(3.909)
Custo do serviço passado	--	--	(19.251)	(27.063)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	17.045.504	16.486.575	121.579	126.081	987.804	951.818	986.275	947.416
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(9.942.316)	41.464.139	(46.739)	156.076	(445.235)	2.689.119	(497.952)	2.301.334
Ajuste de experiência	(1.442.634)	(3.502.836)	(9.801)	2.870	532	100.180	(17.242)	(104.183)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	(183.709)	--	(8.198)	--	26.623	11.435	5.705
Alterações premissas financeiras	(8.499.682)	45.150.684	(36.938)	161.404	(445.767)	2.562.316	(492.145)	2.399.812
Saldo final	(139.573.241)	(129.071.404)	(664.842)	(637.536)	(9.166.110)	(8.459.342)	(8.337.601)	(7.762.407)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(139.573.241)	(129.071.404)	--	--	(361.462)	--	(7.671.516)	(7.714.673)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(664.842)	(637.536)	(8.804.648)	(8.459.342)	(666.085)	(47.734)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos ¹	
	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024
Saldo inicial	182.839.230	217.226.231	--	--	--	--	7.714.673	8.065.338
Receita de juros	24.797.453	22.067.980	--	--	--	--	1.032.972	845.192
Antecipação de Contraprestação ²	--	--	--	--	361.462	--	--	--
Contribuições recebidas	1.383.605	1.355.345	121.579	126.081	987.804	951.818	518.751	494.002
Participantes	686.366	670.292	--	--	--	--	196.857	190.281
Empregador	697.239	685.053	121.579	126.081	987.804	951.818	321.894	303.721
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(17.045.504)	(16.486.575)	(121.579)	(126.081)	(987.804)	(951.818)	(986.275)	(947.416)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	10.216.237	(41.323.751)	--	--	--	--	(608.605)	(742.443)
Saldo final	202.191.021	182.839.230	--	--	361.462	--	7.671.516	7.714.673

1 – Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

2 – Reconhecimento do adiantamento das contribuições patronais sobre o 13º salário dos anos 2026 a 2028, como ativo garantidor do Plano de Associados da Cassi.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1) Valor justo dos ativos do plano	202.191.021	182.839.230	--	--	361.462	--	7.671.516	7.714.673
2) Valor presente das obrigações atuariais	(139.573.241)	(129.071.404)	(664.842)	(637.536)	(9.166.110)	(8.459.342)	(8.337.601)	(7.762.407)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	62.617.780	53.767.826	(664.842)	(637.536)	(8.804.648)	(8.459.342)	(666.085)	(47.734)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ¹	31.308.890	26.883.913	(664.842)	(637.536)	(8.804.648)	(8.459.342)	(780.605)	(454.864)

1 – Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024	Exercício/2025	Exercício/2024
Custo do serviço corrente	(5.054)	(16.223)	--	--	(91.825)	(92.829)	(1.270)	(1.956)
Custo dos juros	(8.797.458)	(8.402.625)	(82.894)	(76.667)	(1.157.512)	(1.094.780)	(586.966)	(553.569)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	12.398.726	11.033.990	--	--	--	--	514.772	421.178
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(19.251)	(27.063)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(1.116.271)	(1.046.318)	(273.716)	(252.798)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	4.163	3.896
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	3.596.214	2.615.142	(102.145)	(103.730)	(2.365.608)	(2.233.927)	(343.017)	(383.249)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(5.175.074)	(5.208.015)	(69.842)	(155.684)	(200.844)	(1.679.860)	(255.701)	(750.441)
Ajustes de avaliação patrimonial	131.525	62.813	(46.740)	156.077	(445.236)	2.689.119	(574.170)	903.089
Efeitos fiscais	(62.550)	(29.872)	21.033	(70.235)	200.356	(1.210.103)	259.714	(408.349)
Saldo final	(5.106.099)	(5.175.074)	(95.549)	(69.842)	(445.724)	(200.844)	(570.157)	(255.701)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	7,45	17.076.362	16.794.198	16.478.812	311.823.117	362.172.489
Plano Informal (Previ)	5,43	114.338	106.223	98.375	952.892	1.271.828
Plano de Associados (Cassi)	8,73	1.069.360	1.047.213	1.025.912	29.803.043	32.945.528
Regulamento Geral (Econumus)	7,32	769.129	761.624	752.989	13.602.578	15.886.320
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	8,32	5.048	5.256	5.475	134.381	150.160
Plus I e II (Econumus)	9,59	54.824	56.600	58.277	2.238.814	2.408.515
Grupo B' (Econumus)	6,50	26.655	26.285	25.863	360.936	439.739
Prevmais (Econumus)	7,97	37.823	37.649	37.464	843.232	956.168
Multifuturo I (Fusesc)	7,52	9.360	9.298	9.226	179.232	207.116
Plano I (Fusesc)	6,21	54.849	53.350	51.742	657.427	817.368
Plano BEP (Prevbep)	7,68	8.426	8.367	8.298	166.270	191.361

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros planos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Renda fixa	140.057.720	116.962.255	7.117.660	7.126.005
Renda variável ¹	44.562.901	48.013.582	114.449	131.446
Investimentos imobiliários	10.857.658	10.641.243	198.082	206.842
Empréstimos e financiamentos	5.398.500	5.210.918	152.730	154.238
Outros	1.314.242	2.011.232	450.057	96.142
Total	202.191.021	182.839.230	8.032.978	7.714.673
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8.734.652	8.776.283	19.794	19.027
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.192.927	1.225.023	30.249	32.032

1 - No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 5.207.747 mil (R\$ 3.947.785 mil em 31/12/2024), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de inflação (a.a.)	3,58%	3,80%	3,60%	3,89%	3,57%	3,78%	3,58%	3,80%
Taxa real de desconto (a.a.)	9,80%	10,70%	9,74%	10,86%	9,83%	10,62%	9,79%	10,72%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	13,73%	14,91%	--	--	--	--	13,72%	14,92%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,77%	--	--	--	--	0,56%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.



A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar- Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31/12/2025.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.292.325)	2.367.881	2.102.774	(2.159.187)	466	(465)
Plano Informal (Previ)	(7.981)	8.185	15.845	(15.881)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(132.876)	137.369	106.207	(108.549)	518	(508)
Regulamento Geral (Economus)	(105.156)	108.481	97.584	(101.345)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.078)	1.113	(1.971)	2.007	--	--
Plus I e II (Economus)	(12.524)	13.020	16.168	(15.985)	--	--
Grupo B' (Economus)	(2.990)	3.074	4.347	(4.500)	--	--
Prevmais (Economus)	(5.577)	5.767	1.884	(1.861)	706	(701)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.537)	1.606	884	(924)	156	(149)
Plano I (Fusesc)	(5.116)	5.742	7.774	(7.441)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.250)	1.292	938	(981)	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo atuarial		Passivo atuarial	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Plano 1 (Previ)	31.308.890	26.883.913	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(664.842)	(637.536)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(8.804.648)	(8.459.342)
Regulamento Geral (Econumus)	--	--	(433.310)	(114.788)
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	11.481	12.046	--	--
Plus I e II (Econumus)	--	--	(607.913)	(607.867)
Grupo B' (Econumus)	--	--	(204.985)	(187.157)
Prevmais (Econumus)	188.701	179.204	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	93.519	86.353	--	--
Plano I (Fusesc)	133.578	139.110	--	--
Plano BEP (Prevbep)	38.324	38.235	--	--
Total	31.774.493	27.338.861	(10.715.698)	(10.006.690)

f) Destinações do Superávit do Plano 1 – Previ

	Exercício/2025	Exercício/2024
Fundo de Utilização ¹		
Saldo inicial	12.026.025	11.608.853
Contribuição ao Plano 1	(697.239)	(685.053)
Atualização	1.038.757	1.102.225
Saldo final	12.367.543	12.026.025

1- Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).

38– Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	Exercício/2025	Exercício/2024
Benefícios de curto prazo	69.059	62.371
Honorários e encargos sociais	39.364	34.452
Diretoria Executiva	39.050	34.140
Conselho de Administração	314	312
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	21.192	20.611
Outros ¹	8.503	7.308
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	604	590
Remuneração baseada em ações	15.138	14.088
Total	84.801	77.049

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.



De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 30.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações de compra e venda de moeda estrangeira, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No Exercício/2025, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 485.120 mil (R\$ 435.071 mil no Exercício/2024). No Exercício/2025, o banco foi ressarcido em R\$ 788.885 mil (R\$ 707.756 mil no Exercício/2024), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus;
- aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia;
- valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de



garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e

- garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2025, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.180.000 mil (de até R\$ 1.830.000 mil em 2024).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados nas Notas 16, 17 e 18; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Notas 24 e 26; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 37.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No Exercício/2025, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 133.792 mil (R\$ 184.949 mil no Exercício/2024).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2025	Exercício/2024
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.929.710	5.937.492

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	1.887.571	14.722.005	6.209	37.204.601	53.820.386
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.913.661	--	5.900.166	7.813.827
Ativos financeiros	81	253.451	--	1.592.374	1.845.906
Carteira de crédito ¹	--	8.112.906	6.209	19.370.790	27.489.905
Outros ativos ²	1.887.490	4.441.987	--	10.341.271	16.670.748
Garantias recebidas	207.061	--	--	2.501.538	2.708.599
Passivos	48.760.700	23.305.175	31.519	73.394.527	145.491.921
Recursos de clientes	3.777.713	407.858	2.971	11.117.284	15.305.826
Recursos de instituições financeiras	16.653	2.458.498	--	60.402.779	62.877.930
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	35.267	22.450	28.548	57.692	143.957
Outros passivos ^{2,3}	44.931.067	20.416.369	--	1.816.772	67.164.208
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	5.066.435	4.383	105.064	5.568.709
Demonstração do resultado	Exercício/2025				
Receitas de juros	7.062.509	1.323.747	1.189	3.528.841	11.916.286
Despesas de juros	(248.912)	(337.822)	(4.077)	(4.709.760)	(5.300.571)
Receitas de prestação de serviços	112.263	7.291.318	16	656.646	8.060.243
Outras receitas	6.956	836.653	--	365.341	1.208.950
Outras despesas ²	(2.603.914)	(1.538.227)	--	(632.338)	(4.774.479)

1 – A carteira de crédito possui R\$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 20.415 mil no Exercício/2025.

2 – As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 – Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" se referem, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2024
Ativos	2.886.718	12.932.218	9.072	16.203.455	32.031.463
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	391.426	--	2.550.800	2.942.226
Ativos financeiros	--	157.667	--	1.151.066	1.308.733
Carteira de crédito ¹	--	10.178.905	9.072	12.199.687	22.387.664
Outros ativos ²	2.886.718	2.204.220	--	301.902	5.392.840
Passivos	5.481.770	21.702.652	33.746	63.109.898	90.328.066
Recursos de clientes	3.318.400	518.895	2.558	10.727.350	14.567.203
Recursos de instituições financeiras	82.934	1.967.321	--	51.325.175	53.375.430
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	626.174	31.754	31.188	240.203	929.319
Outros passivos ^{2,3}	1.454.262	19.184.682	--	817.170	21.456.114
Garantias prestadas e outras coobrigações	353.745	5.000.721	--	--	5.354.466
Demonstração do resultado	Exercício/2024				
Receitas de juros	4.266.532	1.126.456	835	996.976	6.390.799
Despesas de juros	(260.832)	(45.219)	(2.472)	(3.783.680)	(4.092.203)
Receitas de prestação de serviços	126.961	7.201.157	21	744.280	8.072.419
Outras receitas	197.375	679.327	--	15.266	891.968
Outras despesas	(1.548.504)	(863.386)	--	(550.702)	(2.962.592)

1 – A carteira de crédito possui R\$ 23 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 20 mil no Exercício/2024.

2 – As transações com o Controlador se referem, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 – Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" se referem, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

39– Ativos e passivos circulantes e não circulantes

	31/12/2025		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	19.737.849	--	19.737.849
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	--	120.016.133
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	667.977.479	767.635.125	1.435.612.604
Aplicações interfinanceiras de liquidez	187.703.126	1.761.393	189.464.519
Carteira de crédito	421.288.780	711.780.841	1.133.069.621
Títulos e valores mobiliários	33.319.537	13.941.555	47.261.092
Outros ativos financeiros	25.666.036	40.151.336	65.817.372
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	10.596.238	1.681.548	12.277.786
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.620.302	--	7.620.302
Derivativos	2.975.936	1.681.548	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	29.435.356	643.703.903	673.139.259
Ativos não circulantes mantidos para venda	298.917	--	298.917
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	21.916.589	21.916.589
Ativo imobilizado	--	18.488.742	18.488.742
De uso	--	13.700.864	13.700.864
De direito de uso	--	4.787.878	4.787.878
Ativos intangíveis	--	12.053.148	12.053.148
Ativos fiscais	39.796.206	61.960.615	101.756.821
Correntes	12.127.707	280.749	12.408.456
Diferidos	27.668.499	61.679.866	89.348.365
Outros ativos	7.748.181	32.097.224	39.845.405
Total do ativo	895.606.359	1.559.536.894	2.455.143.253
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.531.384.980	618.461.353	2.149.846.333
Recursos de clientes	654.263.505	243.673.944	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	668.002.994	59.036.253	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	76.992.192	254.544.928	331.537.120
Outros passivos financeiros	132.126.289	61.206.228	193.332.517
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Provisões	14.902.599	22.993.373	37.895.972
Cíveis, fiscais e trabalhistas	9.062.424	20.827.376	29.889.800
Outras provisões	5.840.175	2.165.997	8.006.172
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	308.235	485.678	793.913
Passivos fiscais	6.425.409	15.409.128	21.834.537
Correntes	6.425.409	--	6.425.409
Diferidos	--	15.409.128	15.409.128
Outros passivos	18.562.084	28.168.264	46.730.348
Patrimônio líquido	--	193.567.416	193.567.416
Total do passivo e patrimônio líquido	1.574.890.134	880.253.119	2.455.143.253



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2024		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	20.079.736	--	20.079.736
Depósitos no Banco Central do Brasil	115.697.589	--	115.697.589
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	901.000.477	684.148.871	1.585.149.348
Aplicações interfinanceiras de liquidez	396.692.929	3.099.263	399.792.192
Carteira de crédito	443.220.268	586.786.838	1.030.007.106
Títulos e valores mobiliários	26.951.251	61.494.313	88.445.564
Outros ativos financeiros	34.136.029	32.768.457	66.904.486
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.829.091	--	18.829.091
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.161.376	--	6.161.376
Derivativos	12.667.715	--	12.667.715
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	25.557.023	458.741.072	484.298.095
Ativos não circulantes mantidos para venda	141.065	--	141.065
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	21.823.293	21.823.293
Ativo imobilizado	--	16.396.970	16.396.970
De uso	--	11.962.858	11.962.858
De direito de uso	--	4.434.112	4.434.112
Ativos intangíveis	--	11.350.419	11.350.419
Ativos fiscais	14.051.304	75.124.826	89.176.130
Correntes	14.051.304	--	14.051.304
Diferidos	--	75.124.826	75.124.826
Outros ativos	6.635.055	29.142.406	35.777.461
Total do ativo	1.101.991.340	1.296.727.857	2.398.719.197
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.624.329.299	482.031.870	2.106.361.169
Recursos de clientes	672.108.971	201.601.720	873.710.691
Recursos de instituições financeiras	675.786.099	48.238.228	724.024.327
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	139.826.660	185.738.584	325.565.244
Outros passivos financeiros	136.607.569	46.453.338	183.060.907
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.266.681	--	8.266.681
Provisões	15.338.994	16.284.534	31.623.528
Cíveis, fiscais e trabalhistas	9.423.907	14.355.114	23.779.021
Outras provisões	5.915.087	1.929.420	7.844.507
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	1.717.308	602.684	2.319.992
Passivos fiscais	9.577.826	15.638.624	25.216.450
Correntes	9.577.826	--	9.577.826
Diferidos	--	15.638.624	15.638.624
Outros passivos	27.375.147	13.319.886	40.695.033
Patrimônio líquido	--	184.236.344	184.236.344
Total do passivo e patrimônio líquido	1.686.605.255	712.113.942	2.398.719.197



40– Outras informações

a) MP nº 1.314/2025 – Crédito Rural

A Medida Provisória nº 1.314/2025, publicada em 5 de setembro de 2025, autorizou o uso de recursos do superávit financeiro da União e de recursos livres das instituições financeiras para operações de crédito rural destinadas à liquidação, amortização ou alongamento de dívidas de produtores rurais e cooperativas afetados por eventos adversos, especialmente climáticos.

Em atendimento à MP, o Banco do Brasil passou a operar as linhas BB Regulariza Dívidas Agro (recursos livres) e BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (Fundo Social/BNDES). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das operações contratadas era de R\$ 22.556.901 mil.

b) Imposto Mínimo Global (Pilar 2)

Em 27 de dezembro de 2024, foi sancionada a Lei nº 15.079/2024, que introduz no Brasil o Adicional da CSLL destinado à implementação do Imposto Mínimo Global (Pilar 2), alinhado às Regras GloBE da OCDE, aplicável a grupos multinacionais com receita consolidada superior a € 750 milhões, faixa na qual se enquadra o conglomerado liderado pelo Banco.

A regulamentação brasileira adaptou conceitos da legislação internacional, incorporando elementos próprios das Regras GloBE que divergem de práticas tradicionais do sistema tributário nacional, incluindo ajustes específicos ao lucro GloBE e o tratamento do imposto de renda diferido nos tributos abrangidos.

A Administração tem acompanhado a regulamentação vigente no Brasil e no exterior e vem adequando processos internos e sistemas para atendimento às exigências do Pilar 2 nas jurisdições em que o Banco e suas controladas operam.

O Banco continuará acompanhando a evolução da regulamentação brasileira e as atualizações propostas pela OCDE, inclusive aquelas influenciadas pelo cenário geopolítico internacional, que podem afetar a implementação global do Pilar 2.

Até a presente data, não foram identificados impactos materiais a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis, permanecendo a Administração avaliando eventuais efeitos conforme novas orientações sejam emitidas.

c) Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e PLP 108/2024 já aprovado aguardando sanção presidencial, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033.

O Banco vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.



41- Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes no período.

42- Conciliação do patrimônio líquido e do resultado

	Referência	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
		Exercício/2025	Exercício/2024	31/12/2025	31/12/2024 ¹
Atribuível ao controlador em BRGAAP		17.808.013	35.439.890	187.901.710	174.618.438
Ajustes de IFRS líquidos de efeito fiscal		(4.109.889)	(9.081.030)	1.305.965	5.004.580
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	423.247	603	--	(423.247)
Combinações de negócios e reorganizações societárias	(b)	(27.388)	(9.866)	382.550	409.938
Perdas esperadas em instrumentos financeiros	(c)	(3.124.489)	(5.800.229)	1.912.543	5.037.032
Outros ajustes ²		(1.381.259)	(3.271.538)	(989.128)	(19.143)
Atribuível ao controlador em IFRS		13.698.124	26.358.860	189.207.675	179.623.018
Atribuível às participações de acionistas não controladores		3.083.814	2.812.704	4.359.741	4.613.326
Apurado no consolidado em IFRS		16.781.938	29.171.564	193.567.416	184.236.344

1 - Inclui os ajustes de adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021.

2 - Inclui os ajustes de hiperinflação na Argentina, conforme IAS 29.

a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, até 31/12/2024, as tarifas cobradas e comissões pagas pela originação da carteira de crédito eram reconhecidas no resultado no ato do recebimento e pagamento.

De acordo com as IFRS, em consonância com a IFRS 9, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizadas ao longo da vida esperada dos contratos.

Os ajustes apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas e despesas, reconhecidas até 31/12/2024, em função do prazo apurado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios e reorganizações societárias

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil até 2022, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.



Os ajustes classificados como “Combinações de Negócios” referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.

c) Perdas esperadas com a carteira de crédito, garantias prestadas, compromissos por empréstimos e demais ativos financeiros ao custo amortizado

Embora tanto as práticas contábeis internacionais e as brasileiras utilizem o conceito de perda esperada, o modelo internacional apresenta diferenças em relação a norma brasileira. O modelo adotado pelo banco, baseado na IFRS 9, considera a inadimplência e a alteração significativa do nível de risco de crédito, com a revisão periódica do enquadramento desses ativos, mediante a projeção de cenários econômicos. O banco avalia suas operações em três estágios: Estágio 1 – Operações em normalidade, Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco, e Estágio 3 – Operações em descumprimento. As operações podem migrar entre os estágios de acordo com a melhora ou o agravamento do risco de crédito da operação. Além disso, a norma brasileira em adoção nas demonstrações contábeis Brgaap prevê a aplicação de pisos mínimos de provisionamento, de acordo com o tipo de instrumento financeiro e o tempo de atraso. Esses valores são revertidos no processo de harmonização contábil para o IFRS.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)

Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil Telefone
+55 (61) 3362 3700

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos

**Acionistas, Conselho da Administração e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.**

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3(h) e 20 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco registrou em 31 de dezembro de 2025 provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito.

A avaliação da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD); (ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default – LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default – EAD). A provisão para perdas esperadas considera as características do cliente (informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação, segmento do cliente e cenário macroeconômico), aspectos financeiros e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e quantificação do risco de crédito de forma coletiva. Ademais, o Banco utiliza pontualmente de análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, nestes casos, as premissas utilizadas envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco calcula a perda esperada até o final da vida do instrumento financeiro quando a operação apresenta aumento significativo de risco de crédito (Estágio 2) ou quando são classificados como ativos problemáticos (Estágio 3), para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1).

Devido à relevância e complexidade da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito, principalmente como resultado das incertezas relacionadas às premissas e métodos utilizados no cálculo dos parâmetros mencionados acima, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados aos processos de: (i) desenvolvimento e aprovação dos modelos utilizados no cálculo da provisão para perdas esperadas; (ii) determinação das premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD e cenários macroeconômicos futuros; (iii) marcação de operações como ativos problemáticos e aumento significativo de risco de crédito; (iv) alocação das operações de crédito e títulos com características de concessão por estágio; e (vi) aprovação do cálculo e análise de perda esperada sobre operações analisadas individualmente;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimento especializados em risco de crédito, realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da IFRS 9 - *Financial Instruments*; e (ii) recálculo independente das PDs, EADs, LGDs, e cenários macroeconômicos ponderados e alocação por estágios;
- Avaliação, com base em amostragem, da perda esperada calculada individualmente, analisando as premissas e inspecionando a documentação relacionada utilizada pelo Banco; e
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas com empréstimos a clientes, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (o), 4 (g) e 29 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista. Uma provisão para essas ações é registrada quando o Banco possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e o montante possa ser estimado com confiabilidade.

A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a determinação dos métodos “Individualizado” e “Massificado”, bem como para a escolha das premissas a serem utilizadas em cada método, que se baseia em: valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais, classificação e grau de risco de perda da ação judicial, para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações.

Devido à relevância dos montantes e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e o valor provável de desembolso, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos processos de: (i) definição e aprovação dos métodos e premissas utilizados na mensuração da provisão; (ii) revisão dos dados relevantes dos processos que suportam o método massificado; (iii) revisão da probabilidade de perda e do valor atribuído às causas analisadas de forma individualizada pelos assessores jurídicos; e (iv) análise periódica sobre a suficiência de provisão pelo Banco;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos em estatística, avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados para a mensuração da provisão pelo método “Massificado” e analisamos o cálculo do valor da provisão;
- Avaliação das premissas utilizadas no método “Individualizado”, por meio de amostragem, através de inspeção documental dos estudos técnicos preparados pelos assessores jurídicos do Banco, bem como a consistência das informações obtidas por meio de consultas em fontes externas oficiais;
- Avaliação da suficiência de provisão para as contingências, com base na análise do histórico de desembolsos ocorridos no exercício quando comparado com os respectivos valores provisionados; e
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3(n), 4(f) e 38 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco é patrocinador de planos de previdência privada, relacionados a complemento de aposentadoria de seus empregados.

Nos planos de benefício definido, em que o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente sobre a entidade patrocinadora, a mensuração dos passivos atuariais, apresentado no balanço patrimonial em outros passivos, requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas para mensurar os passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, relacionados aos planos de benefício definido, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas na mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;
- Recálculo, por amostragem e com o auxílio dos nossos especialistas, do passivo atuarial dos planos de benefício definido; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia do Banco possui processos de gerenciamento de acessos, e de mudanças nos sistemas e aplicativos, e de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados em diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Banco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou em informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis gerados por esses sistemas e aplicativos.

Devido a elevada dependência do Banco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos que processam informações utilizadas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave, de acesso a sistemas e aplicações, tais como: de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Avaliação, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas chave para elaboração das demonstrações contábeis consolidadas;
- Avaliação das áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, incluindo também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; e
- Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos que identificamos como chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações de determinados sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

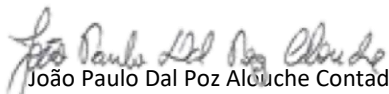
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 10 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0


João Paulo Dal Poz Alouche Contador
CRC 1SP245785/O-2



Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Brasil em IFRS

Segundo semestre de 2025

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco e a gestão de capital mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2025, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 13/12/2024, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico: bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou, ao Conselho de Administração, informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.



Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a KPMG atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a política específica do BB e com a legislação aplicável;
- e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações financeiras consolidadas no padrão IFRS relativas a 31/12/2025 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA (COAUD)

Egídio Otmar Ames
Coordenador

Aramis Sá de Andrade

Rachel de Oliveira Maia

Marcelo Gasparino da Silva

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
Gilson Alceu Bittencourt
José Ricardo Sasseron
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Alexandre Bocchetti Nunes
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Euler Antonio Luz Mathias
João Vagnes de Moura Silva
José Salvador Constantino Zarcos Filho
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Luciano Matarazzo Regno
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Pedro Henrique Duarte Oliveira
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola
Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Elisa Vieira Leonel
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Fernando Florêncio Campos
Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
Selma Cristina Alves Siqueira
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL

Andriei José Beber
Bernard Appy
João Vicente Silva Machado
Renato da Motta Andrade Neto
Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Marcelo Gasparino da Silva
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador Geral
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00

Anelise da Cunha Camilo Mariano
Contadora CRC-DF 023877/O-0
CPF 017.576.901-07